



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**Jane Soares da Silva**

**A concomitância entre trabalho e estudo nas trajetórias de graduados(as) do município  
de Teresópolis**

**Rio de Janeiro**

**2016**

**Jane Soares da Silva**

**A concomitância entre trabalho e estudo nas trajetórias de graduados(as) do município  
de Teresópolis**

Dissertação apresentada ao Programa EICOS -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como  
parte dos requisitos necessários à obtenção do  
grau de mestre em Psicossociologia de  
Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora:

**Profa. Dra. Simone Ouvinha Peres**

**Rio de Janeiro**

**2016**

### **Ficha Catalográfica**

SILVA, Jane Soares de

A concomitância entre trabalho e estudo nas trajetórias de graduados(as) do município de Teresópolis/Jane Soares da Silva. Rio de Janeiro, 2016.165f.

Orientadora: Simone Ouvinha Peres.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, 2016.

1. Transição. 2. Concomitância trabalho-estudo. 3. Ensino Superior Privado – Teses.  
I. Peres, Simone Ouvinha (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III.

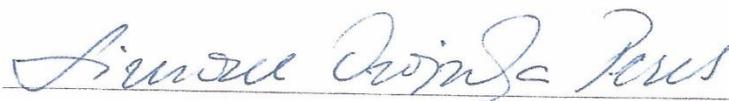
## FOLHA DE APROVAÇÃO

*“A concomitância entre trabalho e estudo nas trajetórias de graduados(as) do município de Teresópolis”.*

***Jane Soares da Silva***

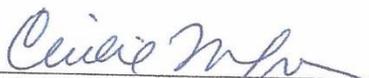
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Simone Ouvinha Peres

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social / EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.



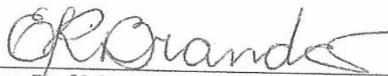
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone Ouvinha Peres (Orientadora)

Programa EICOS/IP/UFRJ



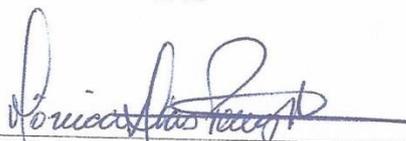
Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria Cecília de Mello e Souza

Programa EICOS/IP/UFRJ



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elaine Reis Brandão

UFRJ



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Dias Peregrino Ferreira

UNIRIO

Rio de Janeiro

- 2016 -

## AGRADECIMENTOS

Quero, em primeiro lugar, agradecer a Deus que me ajudou nos momentos difíceis desta caminhada.

Agradeço todo o apoio e carinho que recebi da minha família, em especial dos meus pais e do meu esposo.

À Profa. Simone Peres agradeço pelas aulas e por todas as indicações de leitura e orientação nesses dois anos de mestrado.

À Profa. Cecilia de Mello e Souza, por ter aceito o convite para integrar a banca examinadora da qualificação e defesa, pelas sugestões que colaboraram enormemente para o aperfeiçoamento deste estudo.

À Profa. Elaine Brandão, por ter aceito, prontamente, o convite para fazer parte da banca de qualificação e defesa, pelas ideias que ajudaram no desenvolvimento desta dissertação.

À Profa. Mônica Dias Peregrino Ferreira por ter aceito o convite para fazer parte da banca de defesa, pelas sugestões importantes para o aperfeiçoamento deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por financiar esta pesquisa através da concessão de bolsa de estudo.

Aos professores e funcionários do Programa EICOS, pelo acolhimento que proporcionam aos alunos.

Aos/as graduados/as que participaram desta pesquisa, por terem compartilhado comigo um pouco da sua trajetória de vida.

*[...] Coração de estudante  
Há que se cuidar da vida  
Há que se cuidar do mundo  
Tomar conta da amizade  
Alegria e muito sonho  
Espalhados no caminho  
Verdes, plantas, sentimento  
Folha, coração, juventude e fé.*

*Milton Nascimento e Wagner Tiso*

SILVA, Jane Soares da. (2016) *A concomitância entre trabalho e estudo nas trajetórias de graduados(as) do município de Teresópolis*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

## **RESUMO**

Este estudo visa analisar a concomitância entre trabalho e estudo e o processo de transição para a vida adulta. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas, a partir de um questionário semi-estruturado. As entrevistas foram realizadas com graduados entre 27 e 38 anos que vivem no município de Teresópolis, cidade serrana do estado do Rio de Janeiro. O estudo teve como referencial teórico autores como Casal (1996); Pimenta (2007) e Tartuce (2007) que descrevem o processo de transição para a vida adulta como uma articulação complexa de processos de formação, inserção profissional e emancipação familiar. O principal objetivo foi compreender como ocorreu o processo de concomitância entre trabalho e estudo para os graduados do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO) e os desdobramentos desta concomitância no âmbito do trabalho e da transição para a vida adulta. Buscou-se a compreensão das trajetórias de escolarização e de trabalho de dez entrevistados. Constatamos que durante o curso o apoio da instituição de ensino (através da concessão de bolsa parcial de estudo), da família, do empregador e também a comodidade de estudar na cidade de moradia viabilizou a permanência no curso para os entrevistados. Contudo, dedicar oito horas ao trabalho, mais quatro horas ao estudo dificultou o processo de aprendizagem e o êxito profissional após a conclusão do curso de graduação. Os resultados indicam que predominou entre os entrevistados o trabalho na área de formação, mas não na profissão na qual se graduaram. Percebemos ainda que, quatro entrevistados que realizaram os exames da Ordem dos Advogados ou do Conselho Regional de Contabilidade reprovaram nessas avaliações. Adicionalmente, observamos que predomina a ideia de educação ao longo da vida e de reciclagem dos conhecimentos adquiridos através da busca por cursos de pós-graduação lato sensu. Verificamos também que, oito dos dez entrevistados deixou a casa dos pais para viver em união consensual ou casar. Contudo, houve três separações relatadas pelas entrevistadas. Desta forma, podemos concluir que o processo de transição à vida adulta vem ocorrendo de forma despadronizada e que, atualmente, é mais difícil atuar na profissional de formação superior.

Palavras-chave: transição; concomitância trabalho-estudo; ensino superior privado.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the simultaneity of work and study and the transition to adulthood. This is a qualitative research, based on interviews, from a semi-structured questionnaire. Interviews were conducted with graduates between 27 and 38 years, who live in the city of Teresópolis, mountain city of the state of Rio de Janeiro. The study was based on theoretical authors as Casal (1996); Pimenta (2007) and Tartuce (2007) describing the transition to adulthood as a complex articulation of formation process, professional insertion and family emancipation. The main objective was to understand how was the process of concomitance between work and study for graduates of the University Center Sierra the Organs (UNIFESO) and the consequences of this concomitance in the work and the transition to adulthood. We sought to understand the trajectories of schooling and work ten respondents. Verified that during the course the support of the educational institution (by granting partial scholarship to study), of the family, of the employer and also the facilities to study as residing of the city allowed the stay on course. However, devote eight hours to work and four hours in study adds to the difficulties in the process of learning, smaller professional success after the completion of the degree course. The results indicate that prevailed among respondents the work in the graduation area, but not in the profession in which they graduated. We realize also that four respondents who performed the examinations of the Bar Association or the Accounting Regional Council reproached those assessments. In addition we note that predominates the idea of education and lifelong and recycling of knowledge acquired through the search for sensu post-graduation courses. We also found that eight of the ten respondents left the parental home to live in a consensual union or marriage. However, there were three separations reported by interviewees. Thus, we can conclude that the process of transition to adulthood is occurring of despadronizada way and that, currently is more difficult to act in profession of the formation higher.

Keywords: transition, concomitance work-study, private higher education

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arco-íris de carreira.....	38
Figura 2 – Estudantes IES pública e privada no Brasil segundo o turno.....	57
Figura 3 – Vista da Cidade de Teresópolis com a Serra dos Órgãos ao fundo .....	65
Figura 4 – Mapa do município com suas principais estradas federais .....	72

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Expansão e regulamentação do ensino superior.....	46
Quadro 2 –	Classificação das instituições de ensino superior.....	51
Quadro 3 –	Concepção de <i>Trow</i> para sistema de ensino superior.....	53
Quadro 4 –	Cursos de graduação com maior número de matrículas nos estabelecimentos de ensino superior privado.....	62
Quadro 5 –	Criação dos cursos superiores a partir de 1970 no UNIFESO.....	80
Quadro 6 –	Breve síntese do perfil dos entrevistados.....	88
Quadro 7 –	Trajetória de escolarização dos entrevistados.....	89
Quadro 8 –	Família de origem, local de moradia e ocupação dos entrevistados....	90
Quadro 9 –	Síntese das trajetórias.....	92

## **LISTA DE SIGLAS**

EICOS –	Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
ES –	Educação Superior
ENADE –	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FHC –	Fernando Henrique Cardoso
FIES –	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IES –	Instituição de Educação Superior
INEP –	Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB –	Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional
MEC –	Ministério da Educação e Cultura
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE –	Plano Nacional de Educação
ProUni –	Programa Universidade para Todos
REUNI –	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UFRJ –	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO –	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	13
	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1</b>	<b>CAPÍTULO I – MERCADO DE TRABALHO E TRANSIÇÃO À VIDA ADULTA DO JOVEM TRABALHADOR-ESTUDANTE</b> .....	19
1.1	Mudanças no mercado de trabalho.....	19
1.2	Mudanças na transição dos jovens para a vida adulta .....	21
1.3	Qualificação, trabalho e transição para a vida adulta.....	24
1.4	Concomitância entre trabalho e estudo.....	30
1.5	“Escolha” do curso no ensino superior.....	36
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO II - EXPANSÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR</b> .....	40
2.1	Perspectiva histórica do acesso à educação.....	40
2.2	Expansão do ensino superior no Brasil.....	42
2.3	Características do ensino superior público e privado.....	56
2.4	Ensino superior noturno e o trabalhador-estudante.....	62
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO III - ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS/RJ</b> .....	65
3.1	Breve síntese da História de Teresópolis .....	67
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO IV - METODOLOGIA</b> .....	73
4.1	Procedimentos da pesquisa.....	73
4.2	O UNIFESO e o Município de Teresópolis.....	78
4.3	Campo de Possibilidades .....	81
4.4	Abordagem biográfica.....	82
4.5	Caracterização dos entrevistados.....	85
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO V - ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	116
5.1	Procedimentos de análise das entrevistas.....	116
5.2	A centralidade do trabalho na vida dos/as graduados/as.....	117
5.3	A escolha do curso .....	124
5.4	Dificuldades versus facilidades na concomitância entre trabalho e estudo	129
5.5	Qualificação e projetos.....	134
5.6	A Família .....	138
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	144

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICES.....,</b>	<b>161</b>

## APRESENTAÇÃO

O interesse em pesquisar sobre o trabalhador-estudante teve início em minha prática docente, no campo da Educação de Jovens e Adultos. Durante o tempo em que trabalhei no período noturno, não era incomum ouvir histórias tristes, de luta, de resiliência e de muita fé na mudança de vida, como parte dos discursos dos meus alunos, na época.

Em muitos desses relatos, naqueles anos de 2010 até 2012, podia-se constatar a vontade de superar dificuldades, principalmente financeiras. A educação era vista como uma opção de melhores oportunidades no mercado de trabalho, qualidade de vida e realização pessoal.

Diferente do que muitas pessoas julgam ser lugar comum, os alunos trabalhadores não somente chegam cansados à instituição de ensino; ao contrário, a maior parte gosta da escola e está motivada a construir o conhecimento, principalmente aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar em idade adequada. Mais do que obter um diploma, o ato de estudar representava o momento de adquirir competências e habilidades para uma possível reinserção profissional exitosa.

No caso do trabalhador-estudante, o querer aprender, como elemento essencial para o aprendizado, compete com a falta de tempo para dedicar-se ao estudo, o grande obstáculo a ser superado. Em geral, prevalece a perseverança rumo a uma mudança de trajetória, cuja melhoria das condições de vida por meio da educação é o alvo.

Mesmo diante de todas as dificuldades cotidianas enfrentadas – transporte de ônibus, preocupações no trabalho, avaliações do curso, problemas familiares e, por vezes, financeiros –, o otimismo e o amor pela vida são notáveis e, ao mesmo tempo, um elo de ligação entre os alunos, que acabam por desenvolverem sentimentos fortes de amizade e de preocupação uns com os outros. Quando um aluno “sumia”, deixava de frequentar as aulas por um tempo, os demais procuravam saber o que havia ocorrido e buscavam ajudar. A amizade e a solidariedade eram elementos importantes e facilitavam a convivência e o aprendizado.

Com o passar dos anos, observei que muitos desses meus ex-alunos conseguiam concluir o Ensino Médio e ingressavam no ensino superior privado noturno, num prolongamento da parceria trabalho/estudo. Então, esse processo me motivou a compreender como ocorria na minha cidade de nascimento à concomitância entre trabalho e estudo.

Em Teresópolis existe um único curso de graduação em instituição pública, a maioria dos jovens que terminam o ensino médio e pretendem cursar o ensino superior precisam sair da cidade ou cursar o ensino superior em instituição de ensino privado.

Nesse sentido, o acesso ao ensino superior torna-se mais difícil para as pessoas que residem na cidade, principalmente, para aquelas cujos pais não podem financiar seus estudos. Dessa forma, ser um trabalhador antes de ser um estudante é a solução encontrada por muitos jovens e adultos que precisam custear em parte, ou integralmente seu estudo.

## INTRODUÇÃO

As transformações que ocorreram no mercado de trabalho, flexibilização das relações trabalhistas, diminuição dos postos de trabalho e desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação ampliam as necessidades de qualificação profissional para uma parcela não desprezível da população, especialmente jovem. Essa indispensabilidade de adquirirem-se competências e habilidades para um melhor exercício profissional é a alavanca propulsora que motiva muitos jovens trabalhadores a conciliarem o trabalho com o estudo. Esta dissertação se volta para a análise da conciliação trabalho/estudo tendo em vista as crescentes exigências de qualificação profissional para a obtenção e manutenção de um emprego mais estável que possibilite aos jovens à transição para a vida adulta.

O cenário retratado converge para a expansão do ensino superior noturno e, portanto, para a concomitância entre trabalho e estudo, o que torna complexo o processo de transição para a vida adulta, no sentido de conquista da autonomia, da independência econômica, dentre outras dimensões associadas a este processo.

Desde 1990, o debate sobre a qualificação profissional, de um lado, e a inserção de jovens no mercado de trabalho, de outro, ganhou visibilidade na cena pública de vários países, entre eles o Brasil. Em um cenário de crescente desemprego e de mudanças na esfera produtiva, a qualificação adquiriu maior destaque (TARTUCE, 2007).

Contudo, as dificuldades de cursar o ensino superior permanecem, principalmente devido à expansão ter ocorrido via ensino superior privado.

Segundo dados do INEP (2012), 73% das matrículas de jovens entre 18 e 24 anos ocorrem na rede privada de ensino superior, ou seja, muitos estudantes precisam custear sua própria formação. É relevante enfatizar também que, nas instituições privadas, uma parcela significativa de alunos (63%) estuda no período noturno. Tendência contrária é demonstrada na rede federal, em que cerca de 70% das matrículas estão concentradas em cursos presenciais no turno diurno (INEP, 2012).

Os cursos noturnos para trabalhadores começaram a se multiplicar no País no final do século passado e, desde então, vem ganhando força no cenário nacional a expansão da educação básica e superior para jovens trabalhadores (CORROCHANO, 2005), incluindo os cursos a distância. Entretanto, a inclusão e a permanência de estudantes no ensino superior brasileiro têm sido uma tarefa de difícil execução, uma vez que não conta com a presença de ações sistemáticas desenvolvidas pelo Estado.

A expansão foi realizada com menor intervenção do Estado, que priorizou investimentos no ensino superior privado, em detrimento do ensino público através da isenção de impostos as instituições privadas, promovendo programas como o Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (CAVALCANTE, 2008). A pouca intervenção do Estado, em tempos de neoliberalismo<sup>1</sup>, favoreceu a educação superior privada e fez expandir o ensino superior pago, sendo o Brasil um dos países que mais possui esse modelo de educação superior (SAMPAIO, 2014, p.112).

Cenário desta pesquisa, a cidade de Teresópolis<sup>2</sup> possui apenas um curso de graduação em instituição pública, o que limita bastante a entrada do jovem no ensino superior. Diferente de outras cidades serranas vizinhas que já possuem um número significativo de cursos de graduação em instituições federais e estaduais, Teresópolis por décadas permanece esquecida, e seus jovens precisam viajar para cursarem o ensino superior público; com isso, uma parcela de jovens precisa trabalhar para custear seu estudo em instituição de ensino superior privada, caso queira ou precise permanecer dentro do mesmo perímetro urbano.

Como explica Becker (2010, p.224), certificados e qualificações são cada vez menos suficientes, mas, ao mesmo tempo, cada vez mais necessários para alcançarem-se as almeçadas e disputadas posições profissionais.

Criado em 1966, o Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), principal<sup>3</sup> instituição de ensino superior da cidade em questão e com maior número de cursos<sup>4</sup> presenciais, torna-se referência para aqueles que trabalham durante o dia e pretendem estudar no período noturno.

A expansão do setor terciário de trabalho influenciou na demanda de profissionais qualificados, e o aumento da escolarização, além de ser necessidade, é visto também como mais uma forma de selecionar pessoas para as poucas vagas no mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> Após a crise capitalista dos anos de 1970, no âmbito econômico e político, o Brasil passa a entrar no ideário Neoliberal. Isso ocorreu com o Governo Collor e teve seu apogeu com o Fernando Henrique Cardoso, presidente no período de 1995 a 2002, quando houve a Reforma do Estado Brasileiro, cujo cerne ocorreu nos anos de 1990, em que o Estado brasileiro passa a ser considerado “Estado mínimo”, sob os pressupostos da reação conservadora que deu origem ao neoliberalismo. Ainda foi implementada a reforma da educação, veiculada à ideia da educação como “direito de acordo com a capacidade de cada um”, transferindo a responsabilidade de acesso à educação superior ao cidadão, eximindo o Estado de prover esse direito (RAMIREZ, 2011, p.28).

<sup>2</sup> Município do Estado do Rio de Janeiro, cidade serrana com 173.060 habitantes (IBGE, 2015).

<sup>3</sup> Na cidade existe apenas um curso superior público de bacharelado em turismo da UERJ, que iniciou suas atividades em 2010. Privados: Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) de ensino a distância, que iniciou suas atividades em 2009. Em 2014, alguns cursos da Universidade Estácio de Sá chegaram à cidade.

<sup>4</sup> Nas últimas décadas, o UNIFESO vem expandindo seu número de cursos no período noturno e atualmente possui 12 dos 16 cursos oferecidos nesse turno.

Pochmann (1998) relata que, durante a década de 1990, de cada dez empregos criados dois eram assalariados, porém sem registro formal. Para o autor, além de uma diminuição dos postos ocupacionais, houve também uma precarização das condições e das relações de trabalho. Diferentemente dos anos 80, quando 96,1% dos trabalhadores da população total ingressavam no mercado de trabalho, em 1990 apenas 62,5% conseguiram encontrar um emprego (SANSONE, 2003), evidenciando um paradoxo que ainda é verificado: ao mesmo tempo em que as pessoas alcançam uma escolaridade mais elevada, a expectativa de obterem um emprego formal diminui. Devido à precarização do mundo do trabalho e massificação<sup>5</sup> do ensino superior, os níveis de escolarização elevaram-se sem um retorno significativo no processo de crescimento na carreira. Paralelamente, as tentativas de massificação da educação no Brasil não vêm ocorrendo sem problemas, demandando um grande desafio para as instituições de ensino superior: garantirem a qualidade do ensino.

Embora um diploma de nível superior possa diminuir a possibilidade de desemprego, não há garantias de isso ocorra após a formação. Com um maior número de alunos tendo acesso a esse nível de ensino, a competitividade por empregos aumenta, assim como as dificuldades relacionadas à inserção profissional.

Há riscos de investimento em títulos desvalorizados que não garantem emprego estável e bem remunerado após um longo processo de escolarização. Assim, as expectativas de sucesso, após a conclusão do curso graduação, são menores que anteriormente, quando o ensino superior era menos acessível ao trabalhador.

Dessa forma, investigar a trajetória de escolarização e trabalho de graduados/as que trabalharam e estudaram concomitantemente é importante para compreender-se como vem ocorrendo a expansão do ensino superior privado/noturno para os trabalhadores-estudantes.

Nesse sentido, o presente projeto de pesquisa objetiva compreender como ocorreu o processo de concomitância entre trabalho e estudo para os graduados do Centro Universitário

---

<sup>5</sup> O sistema de massa tende a responder a demandas e interesses de um público bem mais amplo e diferenciado, proveniente das classes sociais cujos filhos/as concluíram o ensino médio. Mesmo mantendo a perspectiva meritocrática, as formas de acesso e seleção ao sistema de massa se processam pela incorporação de critérios políticos, isto é, exames de ingresso e critérios estabelecidos por políticas compensatórias, as quais visam a garantir igualdade de oportunidades, dentro dos limites da democracia liberal. O ingresso de um contingente maior de estudantes fortalece os movimentos para alterarem-se os mecanismos de acesso e seleção, em face da superação da concepção de Ensino Superior como privilégio (de classe), que cede lugar à ancoragem social da educação como direito. Ampliado e diversificado, o sistema de massa tende a ser transformado em sua estrutura de ensino, na ampliação numérica da relação professor/estudante e na estrutura burocrático-administrativa de suas IES. Obviamente que tal processo não se faz naturalmente, mas em função de políticas públicas. Como o sistema de massa passa a ter uma vinculação mais estreita e sistemática com as estruturas produtiva e de emprego da sociedade capitalista contemporânea, o Ensino Superior tende a converter-se em ensino, na forma de transmissão de conhecimentos gerais e específicos, técnicos e profissionais, formando quadros para os diversos setores da economia e da sociedade (GOMES; MORAES, 2012, p.175).

Serra dos Órgãos (UNIFESO) e os desdobramentos desta concomitância no âmbito do trabalho e da transição para a vida adulta. Com um maior número de alunos tendo acesso a esse nível de ensino, a competitividade por empregos aumenta, assim como as dificuldades relacionadas à inserção e reinserção profissional. Nesse sentido, a transição pode ocorrer de forma despadronizada, incerta e com maior margem de erro nas escolhas realizadas.

Com o fim de estruturar a pesquisa, este texto ficou assim dividido:

O Capítulo 1 – “Transição à vida adulta e o jovem trabalhador-estudante” – apresenta as mudanças do mercado de trabalho que refletiram na forma de o jovem trabalhador realizar a transição à vida adulta. Enfatiza-se os fatos de que, por um lado, o exercício dos dois papéis conjuntamente (trabalhar e estudar) é uma demanda do mercado de trabalho para a classe trabalhadora, mas, por outro, não há garantias de uma colocação laboral mais exitosa e condizente com a formação recém-obtida.

No Capítulo 2, “Expansão do acesso ao ensino superior”, buscou-se apresentar um panorama do processo de escolarização da passagem da educação básica pública ao ensino superior no Brasil. Enfatiza-se que, com a universalização da educação básica, o ensino superior tornou-se mais heterogêneo e diversificado devido ao maior acesso de jovens e adultos de faixas de renda mais baixas.

Os caminhos metodológicos da pesquisa compõem o Capítulo 3, que versa sobre a escolha dos participantes, o perfil de cada entrevistado e a síntese de suas trajetórias.

O Capítulo 4 centra-se na análise das entrevistas. O material analisado foi dividido em cinco eixos principais: a centralidade do trabalho na vida dos/as graduados/as; a escolha do curso; dificuldades versus facilidades na conciliação; qualificação e projetos (subtema: heterogeneidade nas trajetórias); a família.

As considerações finais procuram responder às indagações formuladas ao longo da pesquisa, numa síntese dos principais pontos.

## **CAPÍTULO I – MERCADO DE TRABALHO E TRANSIÇÃO À VIDA ADULTA DO JOVEM TRABALHADOR-ESTUDANTE**

### **1.1 Mudanças no mercado de trabalho**

Este capítulo apresenta as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho que refletiram na forma de o jovem trabalhador realizar sua transição à vida adulta. O desempenho dos papéis de trabalhador e estudante não só promove modificações no cenário educacional nacional, como também representa uma demanda do mercado de trabalho atual, mas, por si só, não garante emprego estável.

Segundo Furlani (1998, p. 15), a revolução industrial e o desenvolvimento do capitalismo trariam para o interior da escola a questão da preparação de recursos humanos para a economia, com a separação temporal de dois mundos agora intercomunicáveis – o universo da educação e o universo do trabalho –, criando a sequência educação-trabalho. A autora explica que o trabalho, antes restrito à força física no desempenho dos meios de produção, passou a ser também intelectual, fruto de uma formação profissional prolongada:

A rápida transformação dos processos produtivos faz com que a educação deixe de ser anterior ao trabalho para ser concomitante deste. A formação e o desempenho profissional tendem a fundir-se em um só processo produtivo, sendo sintomas as exigências de educação permanente, de reciclagem, e o aumento de adultos trabalhadores-estudantes entre a população estudantil (SANTOS, 1995 *apud* FURLANI, 1998, p. 15).

A partir dos anos setenta, a economia dos países industrializados e, posteriormente, a dos países emergentes, vivenciou um período de reestruturação produtiva, que tornou flexíveis as relações trabalhistas e diminuiu a necessidade de funcionários nas empresas, aumentando a rotatividade e competitividade no mercado de trabalho.

Como explica Cavalcante (2008), o trabalho direto foi suprimido, ou seja, a atividade produtiva do homem passou a ser atividade direta da máquina, atribuindo ao homem apenas a função de cuidado sobre a mesma. A autora acrescenta que a entrada da inteligência artificial sinaliza para um mundo de menos trabalho. Novas ocupações surgem das transformações tecnológicas, dando espaço a novos modelos de exercício do trabalho.

Atualmente, segundo o DIEESE (2012), 75% dos empregos estão concentrados no setor de serviços.

Para Tartuce (2007), no atual estágio do capitalismo, pode-se observar o uso da ciência como ferramenta para atender as novas necessidades produtivas. Para a autora, a

política educacional de ensino superior passa por mudanças em seu modelo de funcionamento pedagógico e administrativo e que implicou revisão de currículos, oferta de cursos com carga horária flexível, voltados para o suprimento de demandas do mundo produtivo, com o objetivo de qualificar a mão de obra disponível (TARTUCE, 2007).

No quadro da globalização da economia capitalista e sua ideologia, predomina a tendência de fazer crer que uma educação tem mais qualidade quando propicia aos indivíduos e às empresas maiores ganhos de eficiência e de capacidades competitivas.

Em outras palavras, a qualidade educativa estaria associada à produtividade, lucro, desenvolvimento a qualquer custo, empreendedorismo, competitividade, competências profissionais apropriadas às mudanças no mundo do trabalho e na economia. Ela seria subsidiária da racionalidade empresarial, em que prevalecem o individual sobre o comunitário, o privado sobre o público, os interesses e concepções instrumentais sobre os valores da vida social. Educação de qualidade seria, na perspectiva neoliberal, a que equipa o indivíduo com conhecimentos e técnicas úteis à *démarche* competitiva individual e ao fortalecimento das empresas, numa lógica em que esse mecanismo é entendido como o mais importante motor do enriquecimento e progresso de um país (SOBRINHO, 2010, p. 1227).

Na mudança do paradigma produtivista, de uma base taylorista-fordista<sup>6</sup> para outro ancorado nos preceitos toyotistas<sup>7</sup>, passam a ser exigidos do trabalhador mais qualificações e maior desenvolvimento das chamadas competências, habilidades e atitudes, próprios ao contexto laboral e associados a uma postura comportamental<sup>8</sup>, a um modo de ser, de portar-se e de aprender a fazer do que aquele próprio do tempo das corporações anteriores (MATTOS, 2011).

Tartuce (2007) explica que o chamado modelo de competência se assenta sobre alguns fundamentos, dentre eles a competência, por ser um atributo que remete à subjetividade do indivíduo e por relacionar-se com a conscientização das responsabilidades pessoais frente a sua atuação profissional.

---

<sup>6</sup> Taylorismo e fordismo são formas de organização da produção industrial que transformaram o trabalho nas fábricas no século XX. Esses dois sistemas visavam à maximização da produção e do lucro. Taylor, desenvolveu um conjunto de métodos para a produção industrial que ficou conhecido como taylorismo. Henry Ford (1863 – 1947) desenvolveu o fordismo que possui como principal característica a introdução das linhas de montagem (WOOD, 1992).

<sup>7</sup> Toyotismo é um modelo criado pelo japonês Taiichi Ohno e implantado nas fábricas de automóveis Toyota. Na década de 70, o modelo espalhou-se pelo mundo. A ideia principal era produzir somente o necessário, flexibilizar a produção, produzir em pequenos lotes, com a máxima qualidade, trocando a padronização pela diversificação (WOOD, 1992).

<sup>8</sup> Na contemporaneidade, diante da necessidade de um trabalhador polivalente, tanto do ponto de vista técnico quanto comportamental, sob o paradigma produtivista da acumulação flexível, baseado na revolução microeletrônica, o que se tem é um refinamento do processo seletivo e, ao mesmo tempo, excludente da força de trabalho, muitas vezes pautado no nível de escolarização dos trabalhadores e **nos aspectos subjetivos dos indivíduos** (MATTOS, 2011, p. 204, grifo nosso).

A competência está intimamente associada à ação desenvolvida em uma situação específica, o que significa dizer que, tão importante quanto os conhecimentos adquiridos, é **a mobilização e a capacidade do sujeito para articular a dimensão cognitiva desses saberes com as atitudes necessárias para, de forma autônoma, resolver problemas em uma dada situação.** [...] Nesse modelo, o controle dar-se-ia por objetivos e resultados, e não mais por tarefas, já que a *prescrição* estaria sendo substituída por um *trabalho flexível*. No que se refere ao recrutamento, à remuneração e à promoção, eles não seriam realizados mais por cargos, mas, sim, por competências, o que significa um deslocamento da rede de qualificações do posto de trabalho para o indivíduo (TARTUCE, 2007, p. 60, grifo nosso).

Nesse sentido, a inserção profissional deixou de ser automática, como na época do pós-guerra, e a qualificação profissional tornou-se pré-requisito para o trabalho, dilatando o período em que os jovens e adultos permanecem matriculados em instituições de ensino.

Segundo Casal (1996), após a década de 70, o ingresso no mercado de trabalho tornou-se incerto, já não é mais possível garantir emprego estável para os graduados.

## 1.2 Mudanças na transição dos jovens para a vida adulta

Tendo em vista o cenário descrito de transformações no mercado de trabalho, os eventos relacionados à transição para a vida adulta foram atingidos por essas transformações, não obedecendo mais uma linearidade, ou seja, a saída da casa dos pais e a saída da escola ou da universidade, com a conseqüente formação de uma nova família e a entrada em condição de paternidade/maternidade tornaram-se eventos mais tardios ou/e irregulares (NASCIMENTO, 2008). Inclusive, o próprio conceito do termo *transição*, usado a partir dos anos 70, ganha uma complexidade que antes não comportava.

O termo '*transição*' começou a ser utilizado no mesmo período em que ocorreram mudanças no mercado de trabalho, na década de setenta do século passado. Podemos verificar um uso simples da palavra: transição da escola para o trabalho; e um uso mais complexo relacionado ao processo de emancipação (CASAL, 1996). Ou seja, transição como processo de aquisição do status de adulto.

Trata-se de uma etapa múltipla em eventos demográficos e em acontecimentos vitais que estão extremamente inter-relacionados, onde germinam as bases em termos de segurança e autonomia, responsáveis pela plena integração social do indivíduo (BAIZÁN MUÑOZ, 2003). Chama atenção o fato de a autonomia estar diretamente relacionada à estabilidade financeira, acentuando que o processo de emancipação se torna difícil e incerto com a precarização do trabalho.

Se a transição é multidimensional, ela não diz respeito somente à transição profissional. Aspectos sociais e culturais, relacionados à saída da casa dos pais, à formação de

uma nova família, à aquisição de autonomia, à formação de identidades, entre outros, devem ser analisados quando se observam os eventos relacionados à transição (TARTUCE, 2007).

Tartuce (2007), referindo se ao trabalho de Pais (1995), relata que as etapas tradicionais de transição se têm mostrado reversíveis, com uma multiplicidade de etapas intermediárias. Para a autora, deixar a casa dos pais, ou de origem, não coincide necessariamente com concluir os estudos; pode-se adquirir experiência profissional ainda estudando ou mesmo casar sem ter encontrado um emprego.

Pesquisas realizadas por Pimenta (2001) confirmaram a hipótese de que as diferentes origens sociais e econômicas dos estudantes podem interferir no processo de transição para a vida adulta, o qual pode ser mais longo ou mais breve, direto ou errático, variando de acordo com o sexo e as condições socioeconômicas do estudante.

Casal (1996) descreve diferentes modalidades de transição. A transição da classe trabalhadora até 1960, segundo o autor, identificava os casos de jovens qualificados no próprio ambiente de trabalho:

A modalidade das trajetórias trabalhadoras identifica os casos de jovens orientados para a 'cultura do trabalho' manual e pouco qualificado, que têm um horizonte muito limitado em termos de formação, e que são profissionalizados fundamentalmente 'no local de trabalho', mais em função da demanda por postos de trabalho e circunstâncias da vida do que por opções de escolha pessoal. A escassa qualificação básica e a falta de perspectiva de ascensão social no trabalho, entre outros, fazem com que esta trajetória seja particularmente vulnerável em relação ao mercado de trabalho (rotatividade de trabalho, situações de desemprego intermitentes). Nessa forma de transição para a vida adulta, os ganhos financeiros são limitados, levando à dependência da família, porém, mesmo assim, a transição para a vida adulta ocorre de forma precoce, comparada a outras transições para a vida adulta (CASAL, 1996, p. 308, tradução nossa).

A centralidade do trabalho e a transição precoce para a vida adulta estavam entre as principais características desse processo de transição.

Os resultados de uma pesquisa realizada por Mello (2006) mostram que os jovens em piores condições econômicas deixam a escola, entram no mercado de trabalho, saem de casa e têm filhos mais cedo que os jovens de renda elevada. O papel da formação de família como um processo simultâneo aos demais pode evidenciar diferenças significativas de gênero. Enquanto escola e trabalho podem ser mais importantes para os homens, as mulheres têm maior preocupação com a escola e a maternidade (OLIVEIRA; RIOS-NETO; OLIVEIRA, 2006).

Corseuil e Santos (2000) apontam que a frequência escolar sofre abrupto declínio entre as idades de 15 a 20 anos, com o ingresso progressivo dos jovens no mercado de trabalho. No

período até os 15 anos de idade, grande parte dos jovens frequenta a escola e muito poucos trabalham. Já a partir dos 20 anos, os que somente estudam constituem uma parte mínima.

Segundo Marini (1984), a partir do final da adolescência, quando a frequência escolar não é mais obrigatória, uma série de mudanças de papéis começa a tomar lugar, marcando a passagem para a vida adulta. Dentre essas mudanças, incluem-se deixar a identidade de aluno e caminhar para uma nova posição social, a de trabalhador ou de dona de casa, com a entrada em casamento e na parentalidade.

Embora esses eventos sejam espaçados no tempo, eles sofrem influência da duração do tempo gasto pelo indivíduo na escola e, portanto, pelo nível de escolaridade conquistado. Para Madeira (2006), o Brasil caminhou na contramão dos países desenvolvidos e emergentes, persistindo durante esses vinte anos no modelo de casamento e maternidade precoces – fato este devido, sobretudo, às limitações e distorções do sistema educacional.

Segundo Oliveira, Rios-Neto e Oliveira (2006), possuir um trabalho aumenta significativamente as chances de os homens transitarem para o casamento. Já para as mulheres, verificou-se uma associação negativa, ou seja, embora o fato de terem vasta experiência profissional e possuírem um trabalho aumentem as chances de transição, muitas adolescentes realizam a transição de escola para a parentalidade antes mesmo de ingressarem no mercado de trabalho.

A desconstrução da sociedade do trabalho é um fenômeno que atinge essa geração. Desde a Segunda Guerra Mundial, houve a construção de uma sociedade baseada na ideia do trabalho, cujos indivíduos eram preparados pelas instituições educacionais para o ingresso no mercado. O objetivo era então o emprego, a base, a estabilidade almejada por todos os cidadãos. Assim, educação escolar e trabalho formal constituem-se em pilares da sociedade do Pós-Guerra (PAIS, 2003).

De uma organização de trabalho rígida passou-se a formas flexíveis e desformalizadas de trabalho, caracterizadas pelo emprego precário (trabalho emprestado – terceirizado e/ou autônomo) e pela migração de trabalhadores (PAIS, 2003).

A transição para os jovens pertencentes à classe trabalhadora na contemporaneidade complexificou-se, não sendo possível transitar da escola para o trabalho tal como foi descrito por Casal (1996) para a primeira década do século XX. Neste sentido, emerge, no século XXI, a “trajetória em precariedade” para uma parcela significativa de jovens pertencentes aos segmentos menos favorecidos.

Tal “trajetória em precariedade”, segundo Casal (2006), torna-se dominante, enquanto se verifica, nesta época de capitalismo informacional, um recesso na transição da classe trabalhadora.

Na modalidade de trajetórias em precariedade, a inserção profissional na precariedade é definida por resultados negativos no que diz respeito ao mercado de trabalho: o desemprego, o subemprego e a rotatividade de trabalho são três características fundamentais. Trata-se de uma situação de atraso na transição dos jovens, com expectativas altas ou baixas e trajetórias de formação também longas ou curtas. A situação não é muito de desemprego crônico ou bloqueio, mas sim de instabilidade plena na inserção. Esta trajetória geralmente envolve muita rotatividade de trabalho, as necessidades conjunturais de formação e ajustes abaixo das expectativas iniciais (CASAL, 1996, p. 308, tradução nossa).

A inserção, como a transição, torna-se um processo cada vez mais difícil, aleatório e doloroso, para os jovens que saem da escola com títulos escolares que se desvalorizam e que devem passar por uma formação pós-escolar que não desemboca necessariamente sobre empregos estáveis (DUBAR, 1998, *apud* TARTUCE, 2007). Nesse processo de transição pode ocorrer a concomitância entre estudo e trabalho no Ensino Médio e superior, levando a uma formação mais longa, mas sem muito êxito após sua conclusão. A trajetória pode ser também mais curta e precária e com menor tempo de investimento em processo de escolarização. De qualquer forma, o risco do desemprego e as instabilidades fazem com que as expectativas em relação ao emprego sejam minimizadas gerando insegurança e incertezas quanto ao futuro.

### **1.3 Qualificação, trabalho e transição para a vida adulta**

Nesse contexto a responsabilidade pela qualificação profissional torna-se responsabilidade do trabalhador. Para manter seu emprego e obter crescimento na empresa, ele precisa qualificar-se com seus próprios recursos. Trabalhar para estudar, estudar para se qualificar, estar sempre aprendendo a lidar com as mudanças no mundo do trabalho escasso e competitivo, esse é o lema capitalista que impõe à classe trabalhadora obrigações que nem sempre permitem ascensão social e estabilidade nos empregos.

Desta forma, realizar as duas atividades (trabalho e estudo) conjuntamente é vivenciar uma situação de dificuldade, sem minimizar a incerteza perante o futuro. O estudo passa a ter papel secundário na vida dos jovens trabalhadores-estudantes, e o trabalho assume papel de destaque, pois que ele viabiliza a conquista do status de adulto, possibilitando a saída da casa dos pais e a constituição de família e descendência.

O estudo é considerado parte do aprendizado ao longo da vida, em uma sociedade onde as mudanças ocorrem rapidamente e a reciclagem de conteúdos torna-se necessária e demandante de mais qualificação.

Para Madeira (2006), a nova forma de organização da produção caracteriza-se por ser ao mesmo tempo menos dependente de mão-de-obra e demandante de uma maior capacitação e experiência profissional de jovens em busca de sua primeira experiência de emprego. Esses fatores constituem-se obstáculos à contratação da mão-de-obra jovem, postergando a formação de novos núcleos familiares e aumentando o período de dependência econômica em relação aos pais.

Para Sennett (1999), o novo capitalismo afeta o caráter pessoal dos indivíduos, principalmente porque não oferece condições para construção de uma narrativa linear de vida, sustentada na experiência. No regime flexível, as dificuldades sempre se consolidam no ato de correr riscos; as próprias incertezas das organizações flexíveis impõem riscos aos trabalhadores, colocando em prova o caráter pessoal. A nova ordem concentra-se na capacidade imediata, não levando em conta que acumulação dá sentido e direito às pessoas; e daí a preferência do capitalismo pelos mais jovens, por serem mais adaptáveis às formas flexíveis de trabalho.

José Machado Pais (2003) relata que, na contemporaneidade, a busca pelo emprego é uma trajetória não linear e acidentada de “ganchos, tachos e biscates”. As empresas montam-se e desmontam-se aos blocos, terceirizam os serviços e flexibilizam a contratação de mão-de-obra. O trabalho é, paradoxalmente, autônomo e precário, sendo que esta autonomia é relativa porque sempre sujeita à rotatividade. A estabilidade das relações trabalhistas e a proteção social diminuem mesmo nos países mais desenvolvidos, e não atingem a maioria dos cidadãos.

Segundo Guerreiro e Abrantes (2007), a crise do mercado de emprego juvenil reforçou a aposta na escolaridade ao dificultar os percursos juvenis exteriores à escola, com entrada prematura e desqualificada no mercado de trabalho. Progressivamente, a educação formal deixou de ser vista como garantia e passou a ser entendida como uma ocupação e uma necessidade para enfrentar um mercado de trabalho qualificado e competitivo, em que a oferta de empregos é cada vez mais escassa. Para Oliveira, Rios-Neto e Oliveira (2006), quanto mais se permanece na escola, menor o risco de se entrar no mercado de trabalho e, no caso das mulheres, de ter o primeiro filho.

Na contemporaneidade, a ênfase na qualificação profissional tem feito com que uma parcela de jovens da classe trabalhadora e da classe média vivencie uma modalidade

de transição denominada por Casal (1996) de “aproximação sucessiva”: vivência, por algum tempo, no mercado de trabalho, retorno aos estudos e reinserção no mercado, ou ainda o acúmulo de estudo e trabalho concomitantes.

Tal trajetória diferencia-se da “trajetória em precariedade” devido ao tempo de formação ser mais prolongado para alguns jovens e adultos. As expectativas de êxito, após a formação, podem incluir títulos de mestrado e doutorado ou o ingresso em uma segunda graduação. Entretanto, assim como na trajetória em precariedade, os riscos e incertezas estão presentes.

As origens históricas dessa forma de transição se encontram com os filhos das novas classes médias, mas há um número importante e crescente de jovens, homens e mulheres das classes trabalhadoras que estão exibindo este tipo de trajetória (CASAL; GARCIA; MERINO, 2006). Na modalidade de transição de aproximação sucessiva, o jovem prolonga o período de moratória e pode ou não depender dos pais para custear as suas despesas, incluindo a moradia na casa parental.

As expectativas de melhoria social e profissional (carreiras profissionais) ocorrem em um contexto em que as escolhas a tomar são confusas ou difíceis e onde a margem de erro é bastante elevada. É uma modalidade de transição dominada pela ‘tentativa e erro’, que implica necessariamente um atraso significativo na suposição de realizações na carreira profissional e a emancipação familiar. Esta forma de transcorrer assume uma escolaridade prolongada, experiências profissionais prévias à inserção, a variabilidade e falhas parciais no processo de transição da escola para a vida ativa, precariedade, subemprego e mercado secundário. Descreve, em suma, uma trajetória de inserção dominada pelo ajuste contínuo das expectativas e a suposição gradual de conquistas parciais (CASAL, 1996, p. 307, tradução nossa).

O jovem nesse período pode também experimentar a vida conjugal (sem casamento civil) com uma namorada, esse fato é comum nas classes médias. É um tipo de transição incerta onde as certezas são raras e os riscos estão presentes (GUERREIRO; ABRANTES, 2007).

A modalidade de ‘aproximação sucessiva’ constitui o núcleo principal de compreensão do fenômeno atual de atraso na emancipação: quanto mais altas são as expectativas de posição social (construída geralmente em interação entre a família e a escola), mais complexo é o processo e mais difícil de ser alcançado. As preocupações e complexidade na transição de carreira estão relacionadas a dois grandes grupos: dos jovens oriundos das classes populares com expectativas relativamente elevadas, elevada autogestão, e dos jovens que, partindo de posições sociais de bem-estar, se veem forçados a desenvolver estratégias de combate à mobilidade descendente (CASAL, 1996, p. 312, tradução nossa).

Muitas vezes, as escolhas realizadas são inconsistentes e levam o sujeito a repensar as expectativas e fazer outras escolhas. Às vezes, envolve escolhas complexas com margem de

erro muito grande. Obviamente, o “longo percurso” envolve experiências de precariedade no mercado secundário e uma transição muito lenta na construção de carreira.

Um jovem que termina o ensino superior e não consegue trabalho condizente com sua formação irá realizar um trabalho provisório e continuar estudando, ou apenas continuar estudando (se suas condições financeiras forem favoráveis, até conseguir uma qualificação melhor para ingressar em um emprego estável e de melhor rendimento).

Segundo Camarano et al (2006), uma permanência mais longa na casa dos pais, em especial entre os jovens das camadas médias da população, está relacionada, em grande medida, ao aumento da escolarização e à diminuição da taxa de participação no mercado de trabalho.

Mas, além disso, mudanças de caráter comportamental no interior das famílias, tais como o exercício da sexualidade entre os jovens e a conseqüente reação de suas famílias parece afetar, também, esse processo. Nessa modalidade de transição também é comum investimentos em cursos de aperfeiçoamento, especialmente voltados para a participação em concursos públicos.

Segundo Alves (2007, p. 253), a aquisição de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, sua integração plena (e permanente) à vida moderna. Isso quer dizer que mesmo os jovens que garantem mais anos de escolarização não estão livres dos riscos de desemprego ou da empregabilidade precária.

Como proporcionam múltiplas oportunidades e vias alternativas, os processos de transição para a vida adulta ocorrem hoje em um contexto de risco, levando ao que Guerreiro e Abrantes (2007) chamam de “transições incertas”. Para os autores, a incerteza está presente na vida de quase todos os jovens em transição e assume formas muito diversas, refletindo condições e oportunidades muito distintas e assimétricas; enquanto para uns a incerteza resulta, sobretudo, das múltiplas vias disponíveis, para muitos outros essa incerteza deriva da incapacidade (prolongada no tempo) de superar os contextos sociais precários e de risco em que se encontram mergulhados.

Para Arnett (2000), os jovens entre as idades de 18 e 29 anos procuram por melhorias em suas vidas: investimento nos estudos, na carreira ou na estabilidade financeira. Também estão à procura da pessoa certa para casarem e terem filhos, com a diferença de que as mulheres possuem um relógio biológico que, aos 30, começa a alertá-las de que o período de fertilidade está diminuindo e que, se quiserem ter filhos, precisam engravidar neste momento da vida. O autor explica que as mulheres tendem a casar-se e ter filhos três anos antes dos

homens. Adicionalmente, Arnett observa que, em países emergentes, a maioria dos jovens não vivencia esta fase: casam-se, têm filhos e param de estudar antes dos 20 anos. Mas, em todos os países emergentes, há minorias de jovens que a experimentam, ainda que de forma diferente dos jovens dos países industrializados (ARNETT, 2010).

Arnett (1997) realizou um estudo sobre a concepção da transição para a vida adulta, com 346 estudantes universitários (idades entre 18-23) e com 140 jovens-adultos (idades entre 21 a 28 anos). Os participantes indicaram as características necessárias para que uma pessoa seja considerada um adulto em um questionário contendo 40 critérios possíveis. Em ambos os estudos, os principais critérios aprovados enfatizaram aspectos do individualismo, incluindo “aceitar a responsabilidade pelas consequências de suas ações”, “decidir sobre suas crenças e valores, independentemente dos pais ou outras influências”, e “estabelecer uma relação com os pais de igual para igual adulto”. Em contraste, transições de papéis tipicamente associados com a investigação sobre a transição para a vida adulta, como terminar a educação, entrar na força de trabalho, casamento e paternidade, foram rejeitados como critérios para a idade adulta, por uma grande maioria em ambos os estudos. Os resultados sugerem que a atual geração de jovens na sociedade americana conceitua a transição para a idade adulta em termos intangíveis, graduais, psicológicos e individualistas (ARNETT, 1997).

Mendonça (2007) desenvolveu sua dissertação sobre “Processo de transição e percepção da adultez”, em que entrevistou 219 jovens, estudantes e trabalhadores de diferentes níveis educacionais, de ambos os sexos, entre os 18 e 35 anos de idade, com o intuito de analisar as percepções associadas ao que significa *ser adulto*, o impacto da experimentação de papéis de adulto sobre a percepção de si, como adulto e sobre o desenvolvimento da identidade e, por fim, as razões pelas quais os jovens continuam a viver ou decidem sair de casa dos pais. Em todas estas análises, levou-se em conta a influência do gênero e do nível educacional dos sujeitos. Constatou-se, assim como Arnett (1997), que o modo como classicamente se tende a definir a idade adulta (terminar a educação, entrar na força de trabalho, casamento e parentalidade, por exemplo) não corresponde à percepção de adultez da maioria dos jovens da amostra. Para eles, a idade adulta é essencialmente definida através de atributos que evidenciam maturidade psicológica e independência econômica.

Verificou-se também que a percepção de si como adulto é influenciada pela experimentação de papéis de adulto, nomeadamente o papel de trabalhador. Os resultados indicam que esta transição é aquela que melhor diferencia os sujeitos, quer em termos padrões de adultez, quer em termos de desenvolvimento identitário.

Em pesquisa realizada por Arnett (2000), 60% dos jovens elegeram como principais requisitos para serem adultos os seguintes critérios: serem responsáveis pelos seus próprios atos, serem capazes de tomar decisões de forma autônoma e serem economicamente independentes.

Para Barros (2010), as transições para a vida adulta vão pressupor uma série de fatores que devem ser colocados em evidência para além da idade cronológica como a experiência, a responsabilidade e o compromisso social, político e interpessoal.

Por trás da expressão “transição para a vida adulta”, segundo Arnett (1997), existe a ideia do que significa “ser adulto”, implicando uma opinião generalizada sobre os critérios que a constituem. Assim, o estado adulto não é apenas biológico, mas socialmente construído e formado sob critérios culturalmente formulados. Como consequência, a transição para a idade adulta, as rotas ao estado adulto, também é socialmente construída.

Para Arnett (2000), entre as idades de 18 e 29 anos, o jovem tem um campo de possibilidades amplo que o leva a optar por várias atividades de trabalho, tendo como foco perceber o que gosta de fazer, com que profissão se identifica mais, conhecer quais as rotas e caminhos que o levarão à conquista de seus objetivos e que lhe darão alegria de viver. Porém, adicionalmente, o autor alerta que muitas experiências laborais podem representar momentos de tristeza e insatisfação a ponto de serem consideradas como “idade da instabilidade”, própria do momento atual da sociedade contemporânea. Esse desajuste entre massificação escolar, necessidade de qualificação e falta de oportunidade no mercado de trabalho promove retrocessos, rupturas e rotatividade no mundo do trabalho, podendo ou não demandar o retorno à casa paterna. Mas as esperanças de boas oportunidades futuras, ainda assim, acompanham o universo de muitos jovens, pois prevalece a imagem idealizada do futuro onde se acredita que várias possibilidades de sucesso estão em aberto à nova geração (ARNETT, 2000).

Pode-se perceber que a etapa da vida entre infância e idade adulta se afigura atualmente como mais longa e complexa. Pimenta (2007) relata que, do ponto de vista das etapas tradicionalmente associadas à passagem para a vida adulta, alguns eventos podem ser considerados “reversões”, no sentido de levarem os sujeitos a “retornarem” à condição “juvenil”, enquanto outros podem ser vistos como “antecipações” de características que os situam mais próximos à condição de “adultos”.

Atualmente jovens trabalhadores-estudantes realizam uma transição à vida adulta de forma mais complexa, devido à entrada precoce no mundo do trabalho e à concomitância entre trabalho/estudo no ensino superior, muitas vezes, privado/noturno.

Para o jovem que começa cedo no mercado de trabalho, o tempo de juventude é vivenciado de maneira diferente do tempo de juventude dos jovens que ainda não têm compromisso com o trabalho. Bourdieu (1983a) distingue, no mínimo, duas juventudes<sup>9</sup>: a dos jovens que trabalham e a dos jovens que são apenas estudantes. De um lado, para o estudante-trabalhador os constrangimentos econômicos apenas atenuados pela solidariedade da família; do outro lado, para os segundos, a facilidade dos assistidos, com subvenção para alimentação, moradia, para as várias modalidades de lazer e entretenimento.

A vivência do trabalho em paralelo ao estudo no período noturno diminui a possibilidade de experimentação, dedicação ao estudo, lazer e encontros com os amigos.

Cabe ressaltar que, em alguns casos, o prolongamento da juventude vem ocorrendo também para o trabalhador-estudante, pois a sua entrada precoce no mercado de trabalho não significa que ele se tornou adulto; ao contrário, muitos permanecem na casa dos pais ou realizam a transição da família de origem à família de procriação durante a graduação ou após o curso. No Brasil, até os 29 anos de idade<sup>10</sup> muitos trabalhadores-estudantes ainda estão matriculados nas instituições de ensino, e o fato de estarem em uma fase da vida em que a disposição para o trabalho e estudo é maior faz com que tenham motivação para trabalharem e estudarem ao mesmo tempo.

#### **1.4 Concomitância entre trabalho e estudo**

Nas trajetórias de muitos jovens e adultos a concomitância entre estudo e trabalho é uma realidade. Para Hasenbalh (2003, p.148), duas características da transição escola-trabalho no Brasil dificultam a observação da relação entre qualificações educacionais e o ponto de entrada no mundo do trabalho: o ingresso precoce no mercado de trabalho e a concomitância entre estudo e trabalho.

Tartuce considera que, no Brasil, falar de transição escola-trabalho para jovens que realizam experiências de trabalho em paralelo ao estudo no ensino médio não tem sentido, visto que a transição escola-trabalho representa uma passagem entre duas coisas:

---

<sup>9</sup>“Falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comum, e relacionar estes interesses a uma unidade definida biologicamente já constitui uma manipulação, [...] há de se pensar nas diferenças entre ‘os jovens’, do ponto de vista das origens sociais e do *ethos* desta classe. Não cabe mais pensar a juventude como um grupo homogêneo, mas sim fazer uma sociologia/estudo comparativa das juventudes” (BOURDIEU, 1983a, p.2).

Para Rezende (1989), existem diferenças regionais, culturais, socioeconômicas, nacionais, assim como as distinções de etnia e de gênero. Características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios como “provas” da diversidade sociocultural juvenil contemporânea.

<sup>10</sup> Segundo o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei n.12.852, de 05.08.2013, consideram-se jovens as pessoas de 15 a 29 anos de idade (BRASIL, 2013).

A passagem da escola para o trabalho só parece adquirir sentido quando se dá entre a faculdade e um trabalho da área. Em outras palavras, quando não se chega ao ensino superior, não se trata efetivamente de transição escola-trabalho, seja por causa do distanciamento entre a experiência da escola regular e o mundo do trabalho, seja porque essas duas esferas são largamente conviventes, isto é, são vividas ao mesmo tempo (TARTUCE, 2007, p. 354).

No seu cotidiano, o jovem acaba imprimindo às atividades que exerce, inclusive àquelas mais regulamentadas como a escola e trabalho, um caráter intermitente, de idas e voltas, próprio de quem não necessita socialmente arcar com toda a responsabilidade (MADEIRA, 1986, p.17).

Os termos dessa relação devem ser especificados: de qual escola (pública ou privada; média ou faculdade etc.) se provém; qual trabalho se realiza – ou não se realiza – no presente e se realizou – ou não – no passado (manual, não-manual, emprego ou estágio etc.); qual trabalho e/ou qual formação se almeja para o futuro (TARTUCE, 2007, p. 348).

Em seu estudo, Madeira (1986) constatou uma enorme intermitência nas atividades dos jovens. Com uma frequência enorme, crianças e adolescentes passavam da dupla atividade escola/trabalho para uma única atividade – escola ou trabalho – ou para a inatividade total.

Esta alta rotatividade dos jovens pelas diferentes categorias não significa que a natureza do trabalho do jovem fosse instável. Ao contrário, por vezes a atividade em si era bastante formalizada, mas encarada como algo transitório, às vezes, com finalidade única de adquirir determinada mercadoria – bicicleta, aparelho de som etc. –, passavam rapidamente de uma a outra categoria – dupla ocupação, estudante, trabalhador (MADEIRA, 1986, p. 25).

Madeira (1986, p. 28) explica que há uma proporção significativa de adolescentes e jovens que trabalham em faixas cujo rendimento familiar é razoável. A autora desmistifica o pressuposto de que a pobreza e a necessidade de manutenção de um padrão de vida mínimo colocam os jovens em busca de uma atividade remunerada:

Levando em conta que existem jovens e adolescentes trabalhadores, em faixas de renda que propiciariam um consumo razoável, o mínimo que se teria de fazer seria mudar o **termo estratégia de sobrevivência** para **estratégias familiares de estilo de vida**. Neste sentido, ela deixaria de ser um fenômeno somente referido aos setores mais empobrecidos, para atingir todos os segmentos e grupos sociais. Existe outro pressuposto que não é verdadeiro. Trata-se da noção de que a necessidade de trabalho é algo imposto pela família seja por problemas materiais objetivos, ou por ideologias e crenças no trabalho como “escola da vida”, ou como um processo importante de socialização do futuro trabalhador (MADEIRA, 1986, p. 28, grifo nosso).

Para a autora essa forma de encarar o trabalho do jovem deixa de levar em conta a perspectiva do ator social específico ‘jovem’. E ela acrescenta que trabalhar, receber algum

salário para quem tem uma ‘autonomia apenas relativa’, mas está procurando aumentar seu grau de autonomia, só pode significar liberdade.

O consumo próprio de jovens, como a roupa (o jeans com grife, o tênis, etc.) e o lazer e o som (o gravador, as fitas cassete, os bailes de fim de semana) constituem um tema de discussão e disputa permanente no seio familiar. A disponibilidade de dinheiro, de um salário, significa sobretudo a possibilidade de maior poder de barganha, de negociação com a família nessa disputa. O jovem que trabalha tem seu poder aumentado e seus privilégios na família garantidos (MADEIRA, 1986, p. 29).

Entretanto, segundo CORROCHANO *et al* (2008), os jovens de maior renda só ingressam na atividade de trabalho no período de 16 a 17 anos, já no ensino médio, enquanto a maioria dos de menor renda já está trabalhando no período de 14 a 15 anos, ao mesmo tempo em que frequenta o ensino fundamental:

Na faixa dos 18 aos 21 anos, a grande maioria dos jovens com maior renda já concluiu o ensino médio e frequenta o ensino superior. Em contraste, os de menor renda se concentram no ensino médio. A diferença entre os de maior e de menor renda amplia-se ainda mais quando considerada a posição na ocupação e a remuneração: os jovens de menor renda se agrupam em sua grande maioria na condição de empregados sem registro. No caso dos jovens de maior renda, a maioria inicia sua vida laboral entre 16 e 17 anos, também sem carteira de trabalho, mas, a partir dos 18 anos, eleva-se significativamente a proporção de jovens que alcançam o registro. Ou seja, a experiência acumulada dos jovens de menor renda, dado que eles começam a trabalhar mais cedo, é insuficiente para romper a desigualdade social (CORROCHANO *et al*, 2008, p. 44).

Considerando-se que até mesmo entre os jovens que possuem experiências de trabalho em paralelo ao estudo há diferenças no tipo de trabalho que ingressam após o ensino médio, conseguir trabalho com registro em carteira tornou-se um desafio, dada a precarização das relações socioculturais, principalmente para o jovem das classes populares.

Pode-se dizer que no Brasil jovens provenientes de famílias da classe trabalhadora ingressam no mercado de trabalho precocemente, e que o trabalho permanece como uma categorial central na vida deles (SPOSITO, 1989). Para conquistarem seus objetivos de um emprego de melhor qualidade, eles acreditam que o processo contínuo de qualificação é a única forma de obterem o que almejam (CORROCHANO, 2013).

Atualmente a escolarização inicia-se mais cedo e não tem idade para ser concluída. A educação ao longo do curso de vida fez-se realidade nas sociedades globalizadas, com o crescimento das expectativas de qualificação e de formação escolar, com vistas ao mercado de trabalho (CORROCHANO, 2013).

Foracchi (1977, p. 124) explica que, por intermédio do trabalho, o jovem de camada média ou inferior pode transformar-se em estudante, usufruindo das perspectivas de

profissionalização abertas pela ordem social competitiva. Entretanto, salienta que o trabalho por si só não é fator de emancipação e não assegura aos jovens oportunidades educacionais, o que só acontece quando lastreado numa situação de classe em ascensão e quando manipulado como um fator de mobilidade (idem, p. 125).

A massificação do ensino superior teve um viés mercadorizante, com a oferta de ensino superior pago. Em tempos de flexibilidade no mundo do trabalho e de incentivo às soluções individuais, o trabalhador buscou sua formação em nível superior privado (OLIVEIRA *et al*, 2008).

A sociedade capitalista generalizou a escolaridade básica, e sobre esta escolarização refaz a distinção entre a escolaridade de elite, que forma para a intelectualidade, e a escolaridade popular, que, quando tem continuidade, se limita a determinadas habilidades profissionais (GUIMARÃES, 2006, p. 30).

Há uma forte concentração de matrículas no ensino noturno, sobretudo nas instituições privadas de educação superior, o que sugere questionamentos sobre o papel do Estado brasileiro em oferecer e assegurar educação pública e de qualidade para todos. Acrescenta-se, para essa análise, os tipos de cursos a serem oferecidos onde há uma concentração em determinadas áreas do conhecimento, a exemplo da área de ciências sociais, negócios e direito (GUIMARÃES, 2006, p. 30).

Para alguns jovens que trabalham em escritório (os que procuram o curso de ensino superior nas áreas de Administração, Direito e Contabilidade), a graduação é vista como uma forma de qualificação para melhor exercício das atividades laborais ou para obterem promoções nas empresas onde atuam. Tal é também o caso das professoras das séries iniciais, que precisam do diploma de nível superior em pedagogia para melhorarem seus salários e cumprirem o que está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - (LDB).

Tendo em vista as dificuldades de inserção profissional nos dias de hoje, o ato de graduar-se garante aos jovens maior competitividade no mercado de trabalho. Acrescenta-se a isso que 55% dos cursos de ensino superior noturno estão nas áreas de Ciências Sociais, Negócios, Direito e Educação.

O ensino noturno, que constitui a única oportunidade de acesso ao ensino superior para quem trabalha, ou seja, o estudante de baixa renda, encontra-se na modalidade privada e, portanto, paga (GUIMARÃES, 2006).

Os jovens que conseguem chegar às instituições de ensino superior, públicas e gratuitas, são naturalmente os que conseguem se preparar melhor na escolaridade básica, através do acesso às melhores escolas particulares, ou seja, aqueles que pertencem aos grupos com maior nível de renda. **Outro fator a considerar é a falta de opções de áreas de formação que se impõem aos jovens de baixa renda,**

**devido à falta de oferta de maior gama de cursos nas instituições particulares, para as quais são impelidos** (GUIMARÃES, 2006, p. 30, grifo nosso).

Para Romanelli (2010), atualmente adentra no ensino superior um alunado mais velho, já incorporado ao mercado de trabalho, para quem a qualificação profissional significa a oportunidade de avanço na hierarquia das empresas onde trabalham, ou a possibilidade de procurar ocupação melhor de acordo com as novas habilidades.

Os jovens que chegam ao ensino superior privado, segundo Almeida (2012), são marcados por restrições de cunho financeiro e competitivo na disputa pelas vagas no ensino superior, oriundos, em geral, de escola pública cada vez mais desvalorizada. A ascensão social por meio da elevação do nível de escolaridade é o objetivo primeiro dessa clientela.

Jessé Souza, em seu livro *Os batalhadores brasileiros*, relata que o trabalhador-estudante se diferencia do estudante de tempo integral devido a uma transmissão efetiva da “ética do trabalho” (SOUZA, 2012, p. 51). Para o autor (idem), “os batalhadores<sup>11</sup>, na sua esmagadora maioria, tiveram de trabalhar desde muito cedo, estudaram em escolas públicas, e estudam, quando estudam, em instituição de ensino privado à noite”. Ou seja, antes de tudo o trabalhador-estudante do ensino privado/noturno é um batalhador, pela sua história de vida permeada pela luta por um futuro melhor, apesar das dificuldades ao longo de sua trajetória de escolarização concomitante ao trabalho.

A “nova classe trabalhadora” tem acesso ao ensino superior, mas, como evidenciou a pesquisa realizada por Terribili Filho (2007), com 340 estudantes do ensino noturno: cerca de 86% dos estudantes se alimentavam inadequadamente, vivenciavam condições desfavoráveis de trânsito e transportes, horário inadequado de saída do trabalho e realizavam atividades profissionais após o expediente que comprometiam a chegada à instituição de ensino bem como sua condição física de estudo, em função de atrasos constantes, perda de aulas e provas.

Em seu livro *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, Foracchi (1977) diferencia o trabalhador-estudante do estudante de tempo integral, mostrando o que está implícito nas preferências dos jovens quando o assunto é dedicação aos estudos.

O estudante que trabalha não depende, como é óbvio, da colaboração financeira da família para prosseguir nos estudos, mas, pelo contrário, com frequência a auxilia. Na maior parte das vezes, o estudante trabalha para poder estudar e, como a família não está em condição de mantê-lo, tem de dedicar-se a uma atividade remunerada que lhe permita sustentar-se e acudir às despesas familiares. Geralmente a

---

<sup>11</sup> Um dos traços definidores do batalhador é a origem familiar de pouco ou quase nenhum capital econômico e cultural, porém marcada pela honestidade e pela dignidade, mesmo diante das maiores adversidades (Idem p. 110). Essa nova classe trabalhadora se define pela incorporação de fortes disposições para o trabalho árduo, para o sacrifício pessoal, e que paga com o próprio corpo e alma o preço de um capitalismo cada vez mais dominado por padrões de exploração do trabalho ainda mais eficazes e sutis (SOUZA, 2012, p. 82).

necessidade de trabalhar aponta muito cedo, antes mesmo do ingresso na Universidade. É muitas vezes o fato de exercer uma atividade remunerada e de ser uma unidade produtora que faculta ao jovem ingressar no curso universitário (FORACCHI, 1977, p. 46).

A situação desse estudante é muito diferente da situação vivenciada pelo estudante de tempo integral, que é mantido economicamente pela sua família e pode dedicar-se somente aos estudos, ao contrário do trabalhador-estudante o estudo e não o trabalho é prioridade em suas vidas. Muitos estudantes pertencentes à classe trabalhadora não usufruem do privilégio de dedicação plena aos estudos. Desta forma, a apropriação do capital escolar e cultural vai ser tendencialmente, menor que na classe média. Como consequência, salvo exceções, o tipo de trabalho tende a ser técnico, pragmático e ligado a necessidades econômicas diretas.

Os motivos de trabalhar e estudar conjuntamente são diversos, mas, na maioria das vezes, estão relacionados à necessidade de manter-se no emprego, conseguir uma promoção ou um trabalho mais condizente com a graduação concluída.

O esforço de voltar a estudar, segundo Souza (2012, p. 50), “exige dos jovens: rotinas de trabalho exaustivas, resistência ao consumo imediato e uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho”. Para muitos jovens que não estudaram em escola particular de boa qualidade, conquistar uma vaga em uma universidade pública é um desafio, principalmente em cursos muito concorridos. O ensino noturno acaba sendo uma opção viável para quem trabalha e precisa estar apto às mudanças do mercado.

Souza (2012, p. 50) observa que a valorização da educação representa ao trabalhador-estudante a possibilidade de uma mudança de vida tanto econômica, quanto social. É nessa perspectiva de um futuro melhor que o trabalhador-estudante consegue manter a motivação para continuar sua jornada.

Segundo Vargas e Paula (2013), grande parte das dificuldades e do insucesso escolar dos alunos trabalhadores recaem sobre a dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo.

Quando observada a precarização do trabalho e o sobretrabalho, vamos encontrar o trabalhador-estudante que trabalha 40 a 44 horas semanais e ainda tem de se dedicar ao estudo um acréscimo de mais 4 horas de trabalho, o que perfaz uma jornada diária de 12 horas de trabalho, resultando na mesma situação historicamente criticada da Primeira Revolução Industrial, onde a média de horas/dia trabalhadas variava entre 12 a 16 horas (MESQUITA, 2010, p. 86).

O tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos:

Na participação em encontros organizados no interior ou fora da universidade, nos trabalhos coletivos com os colegas, nas festas organizadas pela turma, entre outras

circunstâncias. Vários estudantes se sentem à margem de muitas atividades mais diretamente relacionadas ao que se poderia chamar investimentos na formação (congresso, conferências, material de apoio). [...] Há uma luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer, materializada em uma gama variada de situações: carga horária de trabalho, tempo insuficiente para dar conta das solicitações do curso e outras, de ordem social e cultural, condicionadas pelos baixos recursos financeiros (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, aquisição de livros e revistas etc.) (Zago, 2006, p.235).

### 1.5 “Escolha” do curso no ensino superior

A “opção” do jovem trabalhador-estudante não é livre, sendo decorrente de um conjunto de relações que tem como base questões econômicas, sociais e culturais imbricadas em muitas outras ao longo do processo histórico (MESQUITA; CARNEIRO; SIQUEIRA, 2012). Para as autoras, é limitado ao indivíduo, no modo de produção capitalista, o direito de escolha. As soluções neoliberais para dirimirem as questões da desigualdade social baseiam-se na defesa de que o indivíduo é livre para fazer suas escolhas e deve fazê-las de forma racional. Entretanto:

A opção por uma universidade está longe de ser uma escolha ‘livre’; mais do que isso, trata-se de uma imposição de condição de classe, pois a forma como o sistema educacional brasileiro está estruturado e as deficiências das políticas públicas para a educação ignoram as dificuldades das classes de menor poder aquisitivo (MESQUITA; CARNEIRO; SIQUEIRA, 2012, p. 63).

Devido à enorme demanda para universidades e outras IES públicas, os cursos se tornam bastante seletivos, sobretudo aqueles com maior status social e que, em tese, garantem uma maior mobilidade social (OLIVEIRA; BITTAR, 2008).

Isso faz com que boa parte dos jovens que estudaram somente em escolas públicas e que precisam trabalhar para garantir a subsistência familiar não consiga ingressar no sistema público de ensino superior, em especial nos cursos que demandam dedicação integral e que, normalmente, são os mais concorridos. Resta, portanto, aos jovens trabalhadores a opção dos cursos menos prestigiados ou menos concorridos em IES públicas ou a realização de cursos em IES privadas, muitas vezes de baixa qualidade, como atestam os indicadores de qualidade da avaliação realizada pelo governo federal na última década (OLIVEIRA; BITTAR, 2011, p. 6).

Desta forma, falar globalmente de “escolha” do curso no ensino superior implica ocultar questões que envolvem condições sociais, econômicas e culturais da família e o histórico de escolarização. Para a maioria das pessoas não existe “escolha”, porém ajuste a sua realidade (Zago, 2006).

Dias Sobrinho (2010) relata que não é raro os jovens internalizarem, ao longo de suas trajetórias estudantis, a ideologia de que a exclusão é natural. O autor esclarece que eles interiorizam que, na melhor hipótese, teriam capacidades intelectuais e econômicas e,

eventualmente, algum direito de frequentarem tão somente os cursos mais acessíveis, embora sem nenhuma garantia de que venham a alcançar os empregos mais valorizados.

Carrano (2002) salienta que atualmente a universidade é mais heterogênea, diversificada, devido ao avanço e ao peso do debate sobre as ações afirmativas. Entretanto, salienta o autor, continua subsumida aos interesses do grande capital, e o processo de ascensão social ainda é lento e assimétrico: os estudantes de camadas populares frequentam cursos menos concorridos, ou universidades particulares que garantem diplomas desvalorizados pelo mercado de trabalho.

Para Saldanha (2013), o mercado de trabalho vem impondo exigências de preparação técnica e acadêmica cada vez mais elevada aos jovens e adultos. As empresas buscam admitir funcionários com nível superior concluído, mesmo para os cargos que não exigiam tal titulação. Com isso, a construção das carreiras implica, atualmente, uma tarefa árdua, contínua e individual, uma vez que há muita instabilidade e restrições para a inserção e a permanência no mercado de trabalho.

Essa instabilidade vivida nos empregos, ou a necessidade de qualificação para o trabalho, aliada a uma política de expansão do ensino superior, teria motivado os trabalhadores a retornarem ao sistema de ensino.

Nesse sentido, o conhecimento adquirido na graduação significa um complemento teórico que ajudará no trabalho prático, principalmente para os graduados que já trabalham na área.

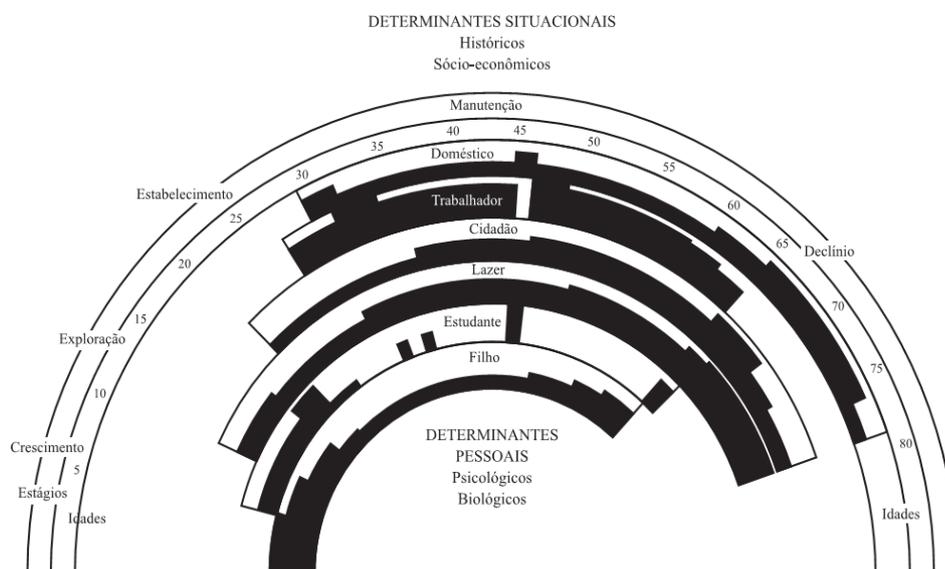
Marine (1984) e Corseuil e Santos (2000) explicam que muitos jovens até os 20 anos deixam a escola, ingressam no mercado de trabalho e não cursam o ensino superior.

Schwartzman e Castro (2013) relatam que, entre os 18 e 24 anos, 71% dos jovens já não estudam mais.

Costa, referenciando os dados da PNAD (2009), explica que a idade média dos estudantes de ensino superior no Brasil se aproxima dos 27 anos; praticamente metade dos estudantes que frequentam o ensino superior têm 25 anos de idade ou mais, donde se pode concluir que a concomitância entre estudo e trabalho no ensino superior ocorre entre as idades de 18 a 29 anos, numa indicação de que ainda é pequeno o número de jovens entre 18 e 24 anos que consegue completar o nível superior de ensino.

Apesar do cenário apontado, assim como foi constatado no trabalho de Furlani (1998), a maioria dos estudantes que cursa o ensino superior é composta bem mais por jovens que por adultos; daí uma clara decadência de matrículas a partir dos 35 anos, quando muitos já se graduaram. A figura 1, abaixo, mostra o arco-íris de carreira.

Figura 1. Arco-íris de carreira



Fonte: OLIVEIRA *et al* (2012) *apud* SALDANHA (2013).

Pela figura, pode-se perceber que o trabalho é apenas um dos papéis vivenciado pelo cidadão. Entretanto, cabe ressaltar que o peso e a centralidade do trabalho na vida dos jovens motivam o retorno ao estudo, ou seja, o desenvolvimento da carreira para o trabalhador-estudante ocorre devido à necessidade de qualificação profissional e ascensão social.

Um estudo realizado por Marques (2011) possibilitou compreender que os jovens projetam e aspiraram vidas diferentes das dos seus pais, e possuem esperança de exercerem melhores ocupações profissionais. Para a autora, essa projeção é influenciada pela maior escolaridade que possuem em comparação com a dos pais, o que, segundo as suas lógicas, tenderá a converter-se em maior poder econômico, remetendo a outras e melhores condições de vida. Adicionalmente, os jovens relacionam frequência à instituição de ensino à melhoria de vida, com influência direta no seu futuro, em termos de ascensão social. Percebe-se que tanto no passado quanto nos dias de hoje a educação tem sido apregoada como garantia de uma distribuição mais equitativa das oportunidades e das riquezas criadas.

Guimarães (2006) relata que a hierarquia ocupacional é determinada por seleção, fundamentalmente baseada nos conhecimentos fornecidos pela instituição de ensino.

Nesse sentido, é relevante apresentar algumas considerações sobre o campo educacional. Cabe ressaltar que o número de matrículas de alunos no ensino superior aumentou muito nas últimas décadas, demandando mudanças no sistema de ensino as quais se inserem nesse contexto de expansão do ensino superior.

Em síntese, é importante deixar claro que a condição de “trabalhador-estudante” abarca múltiplas características que se inter-relacionam, como o pouco tempo para os estudos, a centralidade do trabalho na vida desses estudantes, a necessidade de obter-se qualificação profissional através da vivência de simultâneos papéis (trabalhador, estudante, às vezes esposo/a). Com isso, a transição para a vida adulta torna-se mais difícil, complexa, algumas vezes prolongada e com maiores incertezas em relação ao futuro.

É certo que falar dos jovens no Brasil é também falar da concomitância entre o trabalho e o estudo; contudo, o que muitas vezes fica encoberto é o destino dos jovens que não conseguem trabalho na área na qual se graduaram.

Todas as informações supracitadas são relevantes na medida em que serão comparadas com os dados disponibilizados nesta pesquisa, com o fim ora de confirmá-los, ora de rever as bases das informações.

Por exemplo, esta pesquisa converge com os resultados apresentados por Tartuce (2007), Pimenta (2007), Casal (1996), Saldanha (2013), que relatam as dificuldades de adquirir-se autonomia financeira e familiar diante das mudanças no mercado de trabalho e da redução no número de empregos. É oportuno dizer que o cenário contemporâneo exige mais qualificação e nem sempre apresenta um retorno satisfatório após os investimentos.

Assim, compreender o universo onde se encontram mergulhados os jovens trabalhadores-estudantes é uma forma de apontar caminhos para o fomento de políticas públicas que tragam melhorias na educação do trabalhador. Mais do que nunca, é preciso refletir sobre o desencontro entre formação superior e exercício da profissão, somado ao processo de transição à vida adulta nessas circunstâncias.

## CAPÍTULO II - EXPANSÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Este capítulo apresenta um panorama do processo de expansão do ensino superior. Enfatiza também que, com a universalização da educação básica, o ensino superior tornou-se mais heterogêneo e diversificado devido ao maior acesso de jovens e adultos de faixas de renda mais baixas, como os trabalhadores que continuam o estudo após a conclusão do ensino médio.

### 2.1 Perspectiva histórica do acesso à educação

Até o século XV, a criança era ensinada em casa pela convivência com as pessoas mais velhas – pais, avós e irmãos. Naquela experiência, os familiares eram os próprios educadores de seus filhos. Além do ensino em meio à família, espaços da comunidade eram locais de aprendizagem, tais como as igrejas, as ruas, os campos etc. Crianças, jovens e adultos não estavam segregados, aprendiam pela convivência, de modo semelhante, os diversos assuntos, sem a divisão de idade (FAVERE, 2011). No final do século XVIII, ainda não se sentia a necessidade de distinguir a segunda infância, além dos 12-13 anos, da adolescência ou da juventude. Essas duas categorias de idade ainda continuavam a ser confundidas: elas só se separariam no final do século XIX, devido à difusão, entre a burguesia, do ensino superior, com a fundação das universidades ou grandes escolas (ARIÈS, 1981).

Com a intenção de marcar e diferenciar a educação das crianças e legitimar a escola enquanto espaço com intencionalidades, estratégias e sensações próprias, algumas medidas promoveram a noção de que o espaço público e a família já não eram mais suficientes para a educação<sup>12</sup> (FAVERE, 2011).

O advento da modernidade trouxe consigo a generalização do acesso ao ensino básico, não apenas como direito, mas como obrigação. Nesse contexto, surge a necessidade de um

---

<sup>12</sup> A palavra Educação vem do latim *educare*, por sua vez ligado a *educere*, verbo composto do prefixo *ex* (fora) mais *ducere* (conduzir, levar), significando, literalmente, conduzir para fora, ou seja, preparar o indivíduo para o mundo (ROMANELLI, 1959 *apud* JESUS FILHO, 2013, p. 19). A educação pode apresentar dois sentidos distintos: um sentido mais amplo, que contém a capacidade de conceber todas as condições para o desenvolvimento pleno do indivíduo, e um sentido mais restrito, o qual tem como principal característica o ensino que atende aos interesses dos poderosos e a preparação para o treinamento de competências e habilidades com vistas à atuação no mercado de trabalho. A Educação e seu conceito também sofrem influência do sentido e contexto ao qual estão inseridos, já que é fato que ela acontece em todas as sociedades, ocorre como um processo intencional ou não, formal ou informal, exige uma interação entre as partes e uma disponibilidade dos sujeitos, e faz parte de um contexto pessoal, cultural, histórico e social (JESUS FILHO, 2013, p. 20). Para Saviani (1995), é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que, por sua vez, é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (p. 17).

profissional específico para educar; institucionaliza-se, assim, a função do professor. Igualmente, percebe-se a necessidade de um lugar específico para o ensino: cria-se a escola. A palavra *escola* deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio, tempo livre. Era, pois, o lugar para onde iam os que dispunham de tempo livre (SAVIANI, 2007).

Com a crescente sentimentalização da infância, promoveu-se a expansão da escola moderna enquanto ambiente formal de aprendizagem, no qual os indivíduos em formação também interagem e socializam. Com isso, foram criadas as condições para a legitimação de um tempo específico no ciclo de vida que, embora ainda não economicamente ativo, objetiva uma capacitação e uma preparação para a vida adulta (ARIÈS, 1981).

De uma educação que podia ocorrer em todos os lugares, passou-se a praticar a educação em um único lugar, determinado pelo Estado e legitimado pelas práticas sociais (FAVERE, 2011). Pela sua especificidade, essa nova forma de educação passou a ser identificada como a educação propriamente dita, perpetrando-se a separação entre educação e trabalho.

Mesmo em algumas sociedades primitivas, quando o trabalho que produz os bens e quando o poder que reproduz a ordem são divididos e começam a gerar hierarquias sociais, também o saber comum da tribo se divide, começa a se distribuir desigualmente e pode passar a servir ao uso político de reforçar a diferença, no lugar de um saber anterior, que afirmava a comunidade. Então é quando, entre outras categorias de especialidades sociais, aparecem as de saber e de ensinar a saber. Este é o começo do momento em que a educação vira o ensino, que inventa a pedagogia, reduz a aldeia à escola e transforma 'todos' no educador (BRANDÃO, 1981 p.9).

Desde a Emenda Constitucional de nº. 59, de 2009, a educação obrigatória no Brasil vai até o fim do Ensino Médio (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013). Contudo, essa obrigatoriedade não tem sido efetiva, já que o índice de evasão e de repetência diminuiu em quase 50% o número de alunos de 15 a 17 anos no nível de ensino. Segundo Lopes (2005), não se deve valorizar demais as potencialidades de políticas educativas de extensão da obrigatoriedade escolar para 12 anos. Primeiramente, deve-se compreender os bloqueios e condicionantes associados à evasão escolar no ensino fundamental. Observa-se ainda que existe uma forte correlação entre o nível socioeconômico das famílias e o desempenho dos filhos, em termos de atraso escolar, repetência e abandono:

Há cada vez mais evidência de que o problema não é, simplesmente, a falta de recursos, mas, sim, dos baixos estímulos intelectuais, baixa exposição à leitura e outros problemas de valores, hábitos e socialização que afetam as crianças em famílias de baixa renda e disfuncionais, desde os primeiros anos de vida. Tais fatores se revelaram de importância crucial. Para compensar tal desvantagem inicial, há um forte consenso hoje acerca da necessidade de melhorar a cobertura e, sobretudo a qualidade da educação infantil, assim como de apoiar os pais para que possam proporcionar às crianças um ambiente emocionalmente seguro e intelectualmente estimulante (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013, p. 581).

No Brasil, apesar dos esforços para a universalização do acesso à escolarização básica, a educação não integra um projeto de desenvolvimento do País, uma vez que a universalização dessa etapa da educação encontra uma peneira no ensino secundário, apesar do aumento das matrículas nos últimos anos (MADEIRA, 2006).

Sposito (2003) explica que essa ampliação da educação básica ocorreu em 1990, com a universalização do ensino fundamental; porém, o ensino médio ainda não possui abrangência, como confirmam dados da PNAD/IBGE (2011), que apontam uma distorção idade/série em 49% dos alunos, sendo que 30% deles ainda cursam o ensino fundamental, enquanto os demais 19% abandonaram a escola antes mesmo de completarem o ciclo fundamental, ou seja, apenas cerca de 51% dos alunos em idade entre 15 e 17 anos estão cursando o ensino médio. O sistema educacional brasileiro oferece, aos que abandonaram os estudos, a possibilidade de retorno através da modalidade de ensino de jovens e adultos ou outros projetos realizados pelo governo visando corrigir tais distorções e evasões. No grupo mais velho, de 18 a 24 anos, 71% já não estudam mais (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013).

Certamente, houve fatores estruturais importantes que contribuíram de forma contundente para que alguns interrompessem e retomassem posteriormente suas trajetórias educacionais, nem sempre concluindo os níveis de ensino que estavam cursando (PIMENTA, 2007). Uma constatação de vários estudos é a de que a expansão da escolarização nacional representou muito mais um quadro de massificação da educação, de expansão do acesso, sem que significasse um processo real de democratização. As reformas educacionais foram capazes de ampliar as matrículas, mas sem a promoção de condições adequadas que permitissem a permanência e a vivência de uma educação de melhor qualidade (LEÃO, 2011).

De fato, é inegável que ocorreu uma tentativa do Estado para aumentar o índice de aprovação na educação básica e garantir que uma parcela significativa de jovens pudesse ter acesso ao ensino superior. Na contemporaneidade, também pode-se verificar uma política que privilegia a expansão do ensino superior brasileiro para jovens e adultos.

Mesmo que tardiamente em relação a outros países da América Latina, a expansão no ensino superior no Brasil também tem contribuído para mudar o perfil dos alunos que têm acessado o sistema de ensino.

## **2.2 Expansão do ensino superior no Brasil**

O ensino superior é o nível de ensino realizado após a concretização da educação básica, atualmente após a conclusão do Ensino Médio ou equivalente (JESUS FILHO, 2013).

A origem do ensino superior no Brasil está associada ao Bloqueio Continental, decretado por Napoleão Bonaparte, em 1806, a todos os países europeus, determinando o fechamento dos portos à Inglaterra e impedindo, dessa forma, o comércio com os ingleses.

Tal iniciativa tinha por objetivo eliminar o único obstáculo à consolidação do império napoleônico na Europa, pois a Inglaterra era difícil de ser dominada, em função de sua posição geográfica, do poderio econômico que possuía e de sua supremacia naval. Portugal assume posição dúbia junto ao governo francês em relação ao Bloqueio Continental, em função de sua dependência econômica com o comércio inglês, posição esta que culmina com a invasão de Portugal pela França, em novembro de 1807 (TERRIBILI FILHO, 2007a, p.42).

Diante desse impasse histórico, a família real parte para o Brasil, em 1808.

Dom João VI aporta na Bahia em janeiro de 1808, quando assina uma Carta Régia abrindo os portos brasileiros ao comércio com as nações amigas, e no mês seguinte, ele e sua Corte partem em direção ao Rio de Janeiro, lá chegando no início de março. A transferência da sede do governo português para o Brasil trouxe mudanças radicais na gestão do Brasil Colônia (TERRIBILI FILHO, 2007a, p. 42):

Embora alguns dos colégios jesuítas no período colonial mantivessem cursos de filosofia e teologia – o que dá respaldo à tese de que já existia ensino superior na época, Saviani (2010) esclarece que os cursos superiores reconhecidos começaram a ser instalados no Brasil a partir de 1808, com a chegada de D. João VI:

Surgiram, então, os cursos de engenharia da Academia Real da Marinha (1808) e da Academia Real Militar (1810), o Curso de Cirurgia da Bahia (1808), de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808), de Medicina (1809), também no Rio de Janeiro, de Economia (1808), de Agricultura (1812), de Química (química industrial, geologia e mineralogia), em 1817 e o Curso de Desenho Técnico (1818). Vê-se que se tratava de cursos superiores isolados, isto é, não articulados no âmbito de universidades (SAVIANI, 2010, p.5).

Por mais de um século, de 1808 (quando foram criadas as primeiras escolas superiores) até 1934, o modelo de ensino superior foi o da formação para profissões liberais tradicionais, como direito e medicina, ou para as engenharias (SAMPAIO, 1991; VARGAS, 2008).

Durante esse primeiro período, de 1808 a 1889, o sistema de ensino superior se desenvolve lentamente, em compasso com as rasas transformações sociais e econômicas da sociedade brasileira. Tratava-se de um sistema voltado para o ensino, que assegurava um diploma profissional, o qual dava direito a ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e a assegurar prestígio social (SAMPAIO, 1991, p.3).

Referenciando o trabalho de Xavier *et al* (1994), Terribili Filho (2007a) explica que o ingresso nas escolas superiores era excepcionalmente concorrido, considerando-se a significativa demanda e a moderada oferta de cursos. Havia exames para aferir o domínio dos conhecimentos básicos para cada curso, dispensando-se deste ritual apenas os estudantes que tivessem cursado o colégio secundário Dom Pedro II, no Rio de Janeiro. Este, por sua vez, fora criado em 1838 e era altamente elitizado.

Com relação à independência política em 1822, Sampaio (1991, p.3) relata que esta não implicou mudança de formato do ensino superior nem, tampouco, ampliação ou diversificação do sistema:

Os novos dirigentes não vislumbraram qualquer vantagem na criação de universidades, prevalecendo o modelo de formação para profissões, em faculdades isoladas. Na verdade, o processo de emancipação não foi além de uma transferência formal de poder. A sociedade pós-colonial permaneceu escravocrata até o final do século XIX, atrelada a uma economia baseada largamente na exportação de produtos, com uma vida urbana restrita a poucos núcleos de assentamento — tradicionais e/ou decadentes — e a alguns centros administrativos e exportadores. Neste contexto tiveram origem os dois cursos de Direito (São Paulo e Olinda, 1827).

Até a Proclamação da República, em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente. Seguiu o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, visando a assegurar um diploma profissional e a garantir prestígio social (VARGAS, 2008). Ao final do século XIX, existiam 24 estabelecimentos, com cerca de 10.000 estudantes apenas.

Sampaio (1991) relata que o ensino superior até 1878 (Reforma Leôncio de Carvalho)<sup>13</sup> se manteve exclusivamente sob a responsabilidade do Estado. Com a abolição da escravidão (1888), a queda do Império e a proclamação da República (1889), o Brasil entra em um período de grandes transformações sociais, incluindo-se aí o ensino superior.

A Constituição da República descentraliza o ensino superior, que era privativo do poder central, aos governos estaduais, e permite a criação de instituições privadas, o que teve como efeito imediato a ampliação e a diversificação do sistema. Entre 1889 e 1918, 56 novas escolas de ensino superior, na sua maioria privadas, são criadas no país (SAMPAIO, 1991, p.7).

Em 1920, o País contava com cerca de cento e cinquenta escolas isoladas, e as duas universidades existentes, a do Paraná e a do Rio de Janeiro, não passavam de aglutinações de escolas isoladas. Foi com base nesses debates que o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu, em 1931, ampla reforma educacional que ficou conhecida como Reforma

---

<sup>13</sup> No final do império ganhou força o movimento pela desoficialização do ensino, que era uma bandeira dos positivistas, e pela defesa da liberdade do ensino, uma bandeira dos liberais, à qual se associou o “ensino livre”, proclamado no decreto da chamada Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879 (SAVIANI, 2010, p.2).

Francisco Campos<sup>14</sup>. Ela autorizava e regulamentava o funcionamento das universidades, inclusive a cobrança de anuidade, uma vez que o ensino superior público não era gratuito (TRINDADE, 2004 *apud* VARGAS, 2008).

Em 1934, com a fundação da Universidade de São Paulo, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco foi a ela incorporada, o mesmo tendo ocorrido com a Faculdade de Direito do Recife<sup>15</sup>, que se incorporou à Universidade Federal de Pernambuco, criada em 1946. As duas mencionadas faculdades resumem o ensino superior no Brasil até o final do império (SAVIANI, 2010).

Vargas (2008) relata que o período de 1945 a 1968 assistiu à luta do movimento estudantil e de professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e pela reivindicação da eliminação do setor privado por absorção do setor público:

Estava em pauta a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, mas em especial a da universidade. As principais críticas ao modelo universitário eram: a instituição da cátedra, a compartimentação devida ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931 e o caráter elitista da universidade, que se refletia no atendimento de parcela mínima da população, sobretudo dos estratos mais privilegiados. Esse debate permeou a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada pelo Congresso em 1961, que de maneira diversa da reforma de 1931 não estabeleceu que o ensino superior deveria organizar-se preferencialmente em universidades. Para os “reformadores”, a LDB de 1961 representou uma derrota. Teriam saído vitoriosos os defensores da iniciativa privada. Sob o impacto do populismo, o ensino superior passou por um novo movimento de expansão no país. O número de universidades existentes cresceu de 5, em 1945, para 37, em 1964. Nesse mesmo período, as instituições isoladas aumentaram de 293 para 564. As universidades continuavam a nascer do processo de agregação de escolas profissionalizantes, caso das nove universidades católicas que se constituíram (VARGAS, 2008, p. 26-27).

O predomínio das instituições privadas no Brasil teve início com a Reforma Universitária de 1968, implementada durante o regime militar, que incentivou o surgimento e a manutenção, a princípio, de estabelecimentos isolados (CARVALHO, 2013). Tais instituições cresceram ao longo das décadas de 70 e 80, atingindo complexidade suficiente para permitir sua transformação, nos anos recentes, em universidades.

A mudança de perfil do sistema, de predominância de instituições isoladas para universidades, não apresentou significativas mudanças em termos de relevância e diversificação da oferta, de novas alternativas no processo ensino-aprendizagem e de resultados diferenciados na qualidade dos produtos oferecidos. [...] Sua expansão

---

<sup>14</sup> O decreto 19.851/1931 dispunha que o “ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados”. Para tanto, “deverá congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras” (VARGAS, 2008, p.26).

<sup>15</sup>A faculdade de Olinda foi transferida para Recife, em 1854 (SAVIANI, 2010).

acelerada na década de 70, estimulada oficialmente e sem planejamento prévio, fez surgir um conjunto heterogêneo de instituições, com diferentes tipos de serviços, sem a garantia de um padrão mínimo de qualidade (TRAMONTIN, 1995, p. 8).

O quadro abaixo mostra a expansão e a regulamentação do ensino superior no Brasil de 1891 até 1996, a criação das primeiras instituições de ensino privado, as principais leis que possibilitaram a expansão e, por fim, apresenta a LDB (1996), que permitiu a criação de IES com fins lucrativos e possibilitou a dissociação pesquisa/ensino. Pela tabela observa-se que, desde os primórdios de existência do ensino superior, houve uma tentativa de atender estudantes de camadas médias e inferiores, por meio de leis que assegurassem uma expansão quantitativa, via ensino privado e/ou instituição isolada, sem um compromisso efetivo com a educação de qualidade.

Quadro 1 - Expansão e Regulamentação do Ensino Superior

Ano	Marco legal	Conteúdo	Consequências
1891	Constituição republicana	Elimina o monopólio do poder central e descentraliza a educação superior.	Surgem as primeiras IES privadas, estabelecidas pela igreja Católica e pela elite de certos estados.
1931	Reforma Educacional	Impõe um misto de centralismo e relativa autonomia ao setor privado. Impõe a criação de um núcleo de Filosofia, Ciências e Letras.	A iniciativa privada pode organizar as IES desde que estas fiquem sob supervisão governamental.
1961	Lei das diretrizes e Bases da Educação	Flexibiliza a organização do sistema universitário.	Ambiciona reforçar a regulamentação do setor, disciplinando sua expansão. Cria o Conselho Federal de Educação.
1968	Reforma Universitária	Indissociabilidade entre ensino e pesquisa.	Aumento dos custos das IFES, expansão do setor privado para atender à demanda.
1996	Lei das diretrizes e Bases da Educação	Permite a criação de IES com fins lucrativos. Cria as figuras dos centros universitários e faculdades integradas.	Grande expansão do setor privado e transformação da atividade em negócio.

Fonte: (Almeida, 2002 *apud* Moisés Filho, 2006).

O crescimento do ensino superior privado é um fenômeno que afeta, de modo particular, os países em desenvolvimento. O Brasil é um país no qual esta tendência se manifestou precocemente (DURHAM; SAMPAIO, 1995).

Por privatização entende-se tanto a cobrança de taxas e anuidades nas instituições públicas quanto a expansão das matrículas no setor privado (DURHAM; SAMPAIO, 2000).

A ideia de universidade associada à de empresa privada alimenta-se na categoria mercantilização do saber e da ciência, que adquirindo cada dia mais a condição de mercadorias típicas do atual modo de acumulação deixam de ser considerados bens

coletivos e direito fundamental da cidadania, garantidos essencialmente pelo Fundo Público do Estado. Daqui a força da expressão oficial: educação como atividade não exclusiva do Estado e competitiva (SGUISSARDI, 2000, p. 41).

Durham e Sampaio (2000) citam Levy para ressaltar o fato de que a expansão do setor privado de ensino superior na América Latina se dá em três momentos:

O primeiro diz respeito ao surgimento e/ou consolidação das universidades católicas; o segundo, às instituições privadas de elite, e o terceiro, às instituições privadas voltadas para a absorção da demanda de ensino superior em grande escala, que começa a se intensificar a partir de meados deste século (LEVY, 1986 *apud* DURHAM; SAMPAIO, 2000, p.10).

Para se compreender a especificidade dessa última onda de privatização é preciso distingui-la do surgimento e/ou consolidação das universidades confessionais que se prendem a uma tradição mais antiga, a qual estabeleceu outra forma de relação com o Estado (DURHAM; SAMPAIO, 2000).

Na verdade, e durante muito tempo, a Igreja Católica pretendeu deter o monopólio sobre o ensino superior, utilizando recursos públicos destinados a essa finalidade em estreita simbiose com o Estado. [...] Em quase todos os países, a independência política das colônias foi acompanhada de um movimento de secularização que separou Igreja e Estado, transformando as universidades tradicionais em instituições públicas e seculares e modernizando-as. Essa tendência não se implantou sem forte oposição da Igreja, e os sistemas criados no século XIX resultaram dessa luta, que teve desencadeamentos diferentes nos diversos países. No Chile, estabeleceu-se um sistema dual, formado de universidades públicas laicas e universidades católicas que recebiam do Estado o mesmo tipo de financiamento. Na Colômbia, a força da Igreja Católica logrou impedir a criação de uma universidade pública laica até meados deste século. No México e na Argentina, o sucesso da secularização foi completo, e as universidades católicas só foram recriadas, respectivamente, nas décadas de 40 e 50 do século XX, mas separadas do Estado (DURHAM; SAMPAIO, 2000, p. 10).

O crescimento do setor privado constitui um fenômeno geral na América, foi muito intenso no Brasil e na Colômbia nos anos 60 e 70:

No Chile, Argentina e México, a expansão é mais recente, sendo característica do final dos anos 80 e 90. Essas diferentes ondas de expansão do setor privado são responsáveis pelo seu crescimento contínuo desde os anos 50 no conjunto da região. [...] O crescimento das matrículas de ensino superior nos países da América latina assinala a passagem de sistemas de elite para sistemas mais abertos, capazes de incorporar maior contingente estudantil (DURHAM; SAMPAIO, 2000, p. 12).

No Brasil, em 1945, a participação das matrículas do setor privado chegava a quase 50,0% do total de matrículas do sistema que, à época, contava com cerca de 40 mil estudantes. Considerando-se o número de estabelecimentos particulares existentes, pode-se inferir que as instituições de ensino superior eram efetivamente de pequeno porte (SAMPALIO, 2000).

Segundo Vargas (2008), no início dos anos sessenta, as instituições privadas de pequeno porte eram voltadas para atividades de transmissão do conhecimento, com um corpo docente fracamente profissionalizado.

Esses estabelecimentos vocacionados para a reprodução de quadros da elite nacional abrigavam menos de 100 mil estudantes, com predominância quase absoluta do sexo masculino. Tal quadro contrasta fortemente com a complexa rede de estabelecimentos constituída nos últimos anos, portadora de formatos organizacionais e tamanhos variados (VARGAS, 2008, p. 18).

Os cursos oferecidos pelo setor privado no período de 1945 a 1961 verificam-se duas tendências conforme o período de criação das escolas que os oferecem.

Na primeira metade da década de 50, os cursos que estavam fundando as instituições privadas tendiam a ser voltados para a formação de profissões liberais, como Medicina, Odontologia, Direito e para a área de Ciências Econômicas. Já entre 1955 e 1961, os cursos que estavam sendo criados eram fundamentalmente voltados para a formação de professores em faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Essas faculdades tendiam a se instalar no interior dos Estados (SAMPAIO 2000, p.52).

Para Durham (1998), o processo de industrialização caracterizado pela substituição de importações promoveu a urbanização e a emergência de uma nova classe média urbana assalariada, para a qual a universidade representou importante canal de ascensão social, de legitimação das novas posições e de acesso a um novo mercado de trabalho.

Historicamente, no Brasil, o setor privado se fortaleceu na promoção do ensino, devido o Estado ter diminuído sua atuação no âmbito da educação institucionalizada e, mais que isso, ter atuado frequentemente na esfera educacional por meio da iniciativa privada (SILVA; OURIQUE, 2012). No final da década de 1970, o setor privado já respondia por 62,9% do total de matrículas de ensino superior. Nesses anos, as iniciativas laicas que já dividiam com o segmento confessional a oferta privada de ensino superior desde os anos 50, tornaram-se predominantes, dando uma nova configuração ao sistema (SAMPAIO, 2000).

Nesse processo de mudanças, houve a incorporação de um público mais diferenciado socialmente, bem como o aumento do ingresso de estudantes do gênero feminino, de alunos já integrados no mercado de trabalho, verificando-se também um acentuado processo de interiorização e regionalização do ensino (VARGAS, 2008).

Guimarães (2006) relata que, apesar de a Reforma Universitária implantada pela Lei no 5.540/68 estabelecer no artigo 2º que o ensino superior seria ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, a exceção tornou-se regra:

Os anos 70 presenciaram uma grande expansão de cursos superiores em instituições isoladas e privadas. Com isto, a categoria do trabalhador-estudante, passa a ser

significativa na população discente, embora a escola não tenha incorporado essa realidade e tenha continuado a atuar como se estivesse voltada para um estudante com a disponibilidade ideal para os estudos. A explosão de crescimento que se concentrou de 1970 a 1975, após esta data, desacelera devido a vários fatores. Os recursos governamentais para a educação se tornam mais escassos e atos governamentais que vigoraram por alguns períodos, (1974, 1982 e mais tarde em 1985) suspenderam a abertura de novos cursos. Concomitante a isto, crises no mercado de trabalho, a nova filosofia liberal de não intervenção do Estado e a diminuição da burocracia estatal, que era a grande responsável pela absorção dos egressos, diminuem o ritmo da expansão. Do início da década de 80 até o final dos anos 90, o ensino superior experimentou uma estagnação de matrículas com taxas inferiores ao crescimento da população. Neste período o avanço tecnológico, a automação e o processo de internacionalização que limita o poder do Estado, juntamente com a exigência de níveis de produção e competitividade sem limite, levam à exclusão grandes parcelas da população não só no Brasil, mas em todas as sociedades capitalistas. Além das dificuldades econômicas da população, barreiras ideológicas também enfraqueceram a luta pela democratização do ensino. Emerge nesta época o discurso neoliberal com a afirmação da inevitabilidade do elitismo. Esse discurso desqualifica a vida acadêmica das classes populares devido à desigualdade do capital cultural. A qualidade, devido ao seu alto custo, passa a ser reconhecida como um bem reservado apenas aos mais merecedores. Além disso, o próprio desemprego faz questionar se devem ser mantidas formações prolongadas para jovens que podem nem ter onde trabalhar depois de formados. Ainda nos anos 80, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial criaram programas de avaliação dos sistemas de ensino e projetos de reforma, em diversos países da América, que refletiram sobre as décadas posteriores. Tais projetos iniciam mudanças no campo educacional, transferindo o foco da formação do manual para o intelectual, de acordo com as novas necessidades do mundo capitalista (GUIMARÃES, 2006, p. 53).

As principais alterações que começaram a ser desencadeadas no setor privado a partir do final dos anos 80 e que afetam a configuração do sistema podem ser observadas através de dois aspectos: o primeiro está relacionado à diminuição do número de estabelecimentos particulares isolados concomitante ao aumento do número de universidades particulares, movimento de desconcentração regional e interiorização dos estabelecimentos particulares e de suas matrículas (SAMPAIO, 2000); o segundo aspecto está associado ao crescimento acelerado do número de cursos e à ampliação do leque de carreiras oferecidas pelo setor privado de ensino superior em duas áreas: Ciências Sociais Aplicadas e Saúde. Essa ampliação do leque de carreiras oferecidas, sobretudo no período 1985–1996 pelo setor privado, altera a proporção do sistema, no sentido de que esse aumento não se verifica com a mesma intensidade no setor público.

**As estratégias de ampliação do leque de cursos bem como a de fragmentar as carreiras têm sido desencadeadas em mercados mais saturados, como os das regiões Sudeste e Sul. No caso da fragmentação das carreiras, ela atinge, em especial, sobretudo as áreas de Ciências Sociais Aplicadas. Os cursos de Comunicação Social e de Administração são típicos desse processo. Em ambos, o que era antes oferecido como habilitação transforma-se em carreira independente com currículos, vestibulares e vagas próprias (SAMPAIO, 1998, p. 31-32, grifo nosso).**

Fragmentar carreiras ou criar novos cursos vem sendo uma estratégia na ampliação do leque de cursos superiores.

No caso das carreiras da área de Saúde, em particular, a estratégia não é a de fragmentar carreiras existentes, mas criar outras novas carreiras – como **Musicoterapia, Terapia Ocupacional, Psicomotricidade** – as quais se propõem como substitutivas de cursos mais seletivos e sujeitos ao controle de associações profissionais ou de órgãos externos ao sistema de ensino superior (SAMPAIO, 1998, p. 32-33, grifo nosso).

O mercado e a dinâmica da competição entre os próprios estabelecimentos privados são determinantes na ocorrência dos grandes movimentos de expansão e estagnação do setor privado nas últimas décadas:

As empresas brasileiras operaram, até o início dos anos 90, em um ambiente protecionista e fechado, caracterizado pela reserva de mercado e pelas restrições à importação de produtos. Com a abertura da economia brasileira ao exterior, os empresários se viram diante da necessidade de implementar ações visando à inovação tanto no produto como no processo produtivo, assim como a realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para que o País tivesse condições de competir no mercado globalizado. [...] **Diante do novo cenário, a qualificação da mão-de-obra no Brasil apareceu como um fator imperioso para aumentar a produtividade**, melhorar a qualidade de vida da população e enfrentar os problemas sociais, urbanos e ambientais. **A educação tornou-se o foco da competitividade**, uma vez que as ações voltadas para a melhoria da capacitação da força de trabalho contribuem para a inserção das empresas no mercado globalizado e para a geração de emprego e renda. **Esta influência da educação nos salários dos brasileiros reflete no aumento das matrículas no ensino superior**, a partir dos anos 90, o que fez com que este período se tornasse conhecido como a ‘Década da Educação’ (PEREIRA, 2003, p. 22 e 24, grifo nosso).

Com efeito, o processo de expansão e privatização da educação superior no Brasil sofreu aceleração na década de 1990, especialmente durante o governo de FHC favorecido pela sanção de legislação específica (BARREYRO, 2008). O fenômeno não é exclusivo do Brasil: políticas de caráter neoliberal espalharam-se com maior ênfase nos países da América Latina, fato não isolado do restante do mundo, que passa pelos efeitos da crise de Bem-Estar Social e o encolhimento das funções do Estado (BITTAR; ALMEIDA; VELOSO, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) regulamenta a Constituição que permite a criação de instituições privadas *stricto sensu*. O artigo 45 afirma: “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior pública ou privada com variados graus de abrangência ou especialização”.

A LDB concede aos Estados relativa autonomia para a implantação de seus sistemas de ensino superior e para a criação de novos cursos. Por sua vez, o surgimento desses novos cursos nas Instituições de Ensino Superior Privada (IESPs) é explicado também pela demanda reprimida para a educação superior no País como um todo, não atendida pelo setor público em

função do crescente número de alunos que conclui o ensino médio e pela quase estagnação da universidade pública em termos de aumento da oferta de vagas (FREITAS, 2005).

A diversificação das instituições e sua regulamentação pelo Decreto nº 2.306/97 do Presidente da República tornaram possível a criação de diferentes organizações acadêmicas autorizadas a ministrarem educação superior.

Para Castanho (1989), no ensino superior, estão diretamente relacionados não somente as dimensões de ensino, pesquisa e extensão como também o compromisso social advindo.

Qualidade de ensino principalmente na universidade significa ensinar mostrando a provisoriedade do conhecimento, que, por não poder ser considerado pronto, definitivo ou acabado, precisa ser permanentemente revisto. Isto implica, portanto, um ensino voltado íntima e permanentemente para a pesquisa. Ao mesmo tempo em que o professor exerce sua docência ensinando fatos, regras e princípios, está levando o aluno a desenvolver processos e adquirir habilidades para trabalhar esse conhecimento, construindo-o para si e superando-o. Em suma, está ensinando-o a aprender sozinho. Isto é a pesquisar, investigar para descobrir adquirindo ou produzindo novos conhecimentos. A extensão é uma consequência. O indivíduo deve estender suas descobertas, seus conhecimentos ao seu semelhante. A perspectiva da extensão envolve especialmente o compromisso social da pessoa: tornar acessível a um número cada vez maior de pessoas as conquistas conseguidas, durante o período do curso, como estudante, e ulteriormente como profissional engajado nas instituições sociais que ajudou a entender, criticar e propor alternativas. Em resumo, o ensino na universidade deve educar profissionalmente o indivíduo para uma inserção, mas competente ao nível do seu conhecimento, no contexto social, sem perder de vista a necessidade de transformação da sociedade, assumindo essa transformação, vendo-a como processo dinâmico e histórico e na qual se coloca como um dos protagonistas (CASTANHO, 1989, p. 35-36).

O Quadro 2 apresenta a classificação as IES em Faculdades, Centros Universitários e Universidades.

Quadro 2: Classificação das Instituições de Ensino Superior

<b>Faculdades</b>	<b>Centros universitários</b>	<b>Universidades</b>
Possuem como principal objetivo a graduação e são menos exigidas pelas atividades de pesquisa e extensão. Não podem abrir novos cursos ou unidades de ensino sem a aprovação prévia do MEC, mas não têm restrições quanto ao corpo docente ou aos programas. Eram 2.062, 87% do total em	Têm autonomia para abertura de novos cursos e campi na cidade de sua sede; devem ter pelo menos um terço do corpo docente de mestres e doutores e um quinto em tempo integral, além da oferta de programas de extensão. Eram 126 Instituições, 5% do total em 2010.	Além da autonomia na cidade sede, têm requisitos flexíveis para abertura em outros municípios; devem ter um terço do corpo docente de mestres e doutores, um terço em tempo integral e oferecerem programas de extensão e, pelo menos, três programas de pós-graduação e desenvolvimento de pesquisas.

2010.		Em 2010, eram 190 instituições, 8% do total, das quais 101 públicas.
-------	--	--

Fonte: MEC 2010 *apud* Costa 2012.

Segundo os dados do Censo da Educação Superior (2012), das 7.037.688 matrículas em cursos de graduação, mais da metade está nas universidades (54,2%); 28,8% nas faculdades; 15,4% nos centros universitários; e 1,6% nos IFs e Cefets. Ao se analisar a categoria administrativa das IES, 73,0% das matrículas estão na rede privada, 15,5% em IES da rede federal, 8,9% em IES da rede estadual e 2,6% em IES da rede municipal.

As áreas de Educação e Ciências Sociais, Negócios e Direito possuem mais da metade dos cursos do País (52% e 55%). A maior porcentagem dos cursos de Educação é oferecida pelas IES públicas (52%) e a maior porcentagem dos cursos de Ciências Sociais, Negócios e Direito pelas privadas (84%). As Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País são as que possuem mais cursos no setor privado, enquanto o Norte e o Nordeste têm preponderância do setor público (INEP, 2012).

Para Sampaio (2014), considerando-se a grande heterogeneidade da organização da oferta privada e os interesses conflitantes de seus diversos segmentos, seria mais adequado usar o plural quanto a este setor hoje no Brasil.

Das cerca de dois mil instituições privadas (que correspondem a quase 90% do total de instituições do País), 40% têm finalidade lucrativa. Esse percentual foi alcançado logo nos primeiros meses que se seguiram à edição do Decreto nº 2.306 de 1997. [...] Regra geral, entende-se por finalidade lucrativa a possibilidade legal de uma instituição oferecer um serviço, no caso, o 'ensino superior' e cobrar por isso; ou ainda ao fato de a entidade mantenedora se apropriar, de forma privada e da maneira que lhe parecer lícita, do lucro auferido com a venda do serviço educacional. O processo, todavia, é mais complexo e é isso que o torna inédito em âmbito nacional e internacional nos últimos anos. [...] Por ser um fenômeno sem precedente, é difícil prever os desdobramentos da consolidação do ensino superior privado no Brasil. Em termos da configuração do setor, observam-se três fortes tendências: a) a concentração da oferta de ensino superior nas mãos de poucos grupos educacionais; b) a dispersão das matrículas em instituições não universitárias e c) intensificação dos processos de desconcentração regional e de interiorização das matrículas (SAMPAIO, 2014, p.112-114).

Neste sentido, pode-se dizer que, desde os anos 90 do século XX, o ensino superior no Brasil tornou-se mais heterogêneo e sua expansão, principalmente via ensino privado, busca atingir o sistema de massa.

Os sistemas de ensino superior, segundo a concepção elaborada por Trow (2005), abarcam categorias como tamanho do sistema, funções, diversificação institucional, currículo e formas de instrução, “carreira do estudante”, padrões acadêmicos, políticas de acesso e seleção, formas de administração acadêmica e governança interna entre outros.

Aguiar (2013), referenciando o trabalho de Trow (2005), relata que, para cada dimensão é estabelecido um critério quantitativo de percentuais de taxa líquida de matrícula. Para as idades entre 18 e 24 anos, devem ser considerados os seguintes percentuais: de 0-15% para o sistema de elite; de 16-50% para os sistemas de massa (estando consolidado quando passa admitir mais de 30% das matrículas); e acima de 50% para o sistema universal.

O acesso ao sistema de elite é privilégio de uma minoria de jovens oriundos de famílias bem-sucedidas, na maioria das vezes, seus pais tiveram acesso a uma educação de qualidade e a influência da família na educação do jovem tem um papel de destaque. O acesso ao sistema de massa é um direito para o jovem que apresenta determinada qualificação, independente do extrato social familiar. Para esses jovens, o currículo e as formas de instrução são mais flexíveis. Visa a preparar para o exercício de papéis de elite técnica e econômica. O sistema universal busca adaptar a população para as mudanças sociais e tecnológicas contemporâneas. Aguiar (2013) condensa num quadro as dimensões e suas particularidades.

Quadro 3 - Concepção de Trow (2005) para sistema de ensino superior

<b>Educação superior</b>	<b>Elite (0-15%)</b>	<b>Massa (16-50%)</b>	<b>Universal (&gt; 50%)</b>
<i>i) Posição de acesso</i>	Privilégio por nascimento ou talento ou ambos	Direito para alguns com certas qualificações	Obrigação para as classes médias e altas
<i>ii) Funções da educação superior</i>	Moldagem mental e de caráter da classe dominante; preparação para os papéis de elite	Transmissão de habilidades e preparação de uma gama mais ampla de papéis de elite técnica e econômica	Adaptação de “toda a população” para rápidas mudanças sociais e tecnológicas
<i>iii) Currículos e formas de instrução</i>	Altamente estruturado em termos de concepções de conhecimento acadêmico ou profissional	Modular, flexível e semiestruturada sequência de cursos	Rompimento de limites e sequências; Rompimento de distinções entre aprendizagem e vida

iv) <i>A “carreira” do estudante</i>	Patrocinado depois do ensino médio; estuda ininterruptamente até receber o diploma	Atraso crescente na entrada; Maior taxa de abandono	Grande adiamento na entrada; diluição de limites entre educação formal e outros aspectos da vida; Trabalho em tempo parcial
v) <i>Diversidade Institucional</i>	Homogênea, com padrões elevados e comuns; Pequenas comunidades residenciais; Limites claros e impermeáveis	Inclusiva, com padrões mais diversificados; “cidades do intelecto” misto de residência no campus e residência externa com acesso pelo transporte público; Limites nebulosos e permeáveis	Grande diversidade sem padrões comuns; Agregados de pessoas inscritas, algumas das quais nunca estão no campus ou estão raramente nele; Limites fracos ou inexistentes

Fonte: (TROW, 2005 *apud* AGUIAR, 2013).

Chama atenção o fato de que Trow (2005) considera os dois vértices – quantitativo e qualitativo – da educação de nível superior e não apenas o que se restringe à expansão do sistema. De acordo com o modelo do autor, a facilidade de acesso ao ensino superior está intimamente ligada às concepções que os alunos, seus pais, corpo docente e administradores da instituição têm da educação superior.

Quando mais do que 15% do grupo etário relevante (18-24 anos) têm acesso, as pessoas entendem o acesso ao ensino superior como um direito para todos os que possuem certas qualificações formais. E quando a proporção se aproxima de 50% da população do país no nível pós-secundário, a frequência no ensino superior passa a ser vista como uma obrigação. Com maior número de pessoas frequentando o ensino superior, os melhores empregos e oportunidades (e, em geral, as recompensas econômicas) são reservados para os sujeitos que tenham concluído um curso universitário, e isso contribui muito para a sensação de obrigação que é sentida por muitos estudantes ao ingressar neste nível de ensino (Idem).

O currículo e formas de instruções também refletem às mudanças na definição do significado de ser aluno, das funções que o ensino superior desempenha para os discentes e para a sociedade em geral. Nas instituições de elite, o currículo tende a ser altamente estruturado, refletindo as concepções acadêmicas do curso de graduação ou concepções dos requisitos profissionais.

Em instituições de ensino superior de massa, o currículo torna-se mais modular, marcado por sequências semiestruturadas de cursos, com o foco em ganhar créditos,

permitindo combinações mais flexíveis de cursos e de acesso mais fácil, movimento entre principais campus e de fato entre as instituições.

No ensino superior universal há uma sobrevivência do curso modular, cada vez mais não estruturado de instruções, ou seja, os limites do curso e as sequências necessárias são fragmentadas. As distinções entre a aprendizagem e vida tornam-se atenuadas. Isso é enfatizado para o número crescente de alunos que estudam à distância, muitas vezes on-line, e direta ou indiretamente ligados a seus postos de trabalho. O acesso às instituições emergentes de ensino superior concebido para universal é apenas um tipo de experiência não qualitativamente diferente de quaisquer outras experiências na sociedade moderna, que instrumentaliza para lidar com os problemas do mundo atual. No acesso universal, uma vez que os cursos não qualificam claramente as pessoas para trabalhos específicos, fica menos claro porque a avaliação de desempenho é necessária (TROW, 2005).

Em relação às normas e padrões das instituições, dentro dos sistemas de elite tendem a ser altamente homogêneas, com componentes e diretrizes muito parecidas entre si. Já o sistema de massa é mais “abrangente”, em relação ao sistema de elite com diversas normas, embora com algumas ligações entre os vários segmentos do sistema, com o fim de permitirem a mobilidade dos estudantes. No sistema de acesso universal a própria noção de padrões é em si é desafiadora e problemática (idem).

Em relação ao modelo de Administração Acadêmica, nas instituições de elite o chefe do pessoal administrativo é comumente um docente nomeado para o cargo por um período limitado de tempo. Abaixo do administrador há uma grande equipe burocrática de profissionais da área administrativa. À medida que o sistema cresce rumo ao acesso universal, os enormes custos da educação geram pressões para uma maior responsabilização financeira e formas mais sofisticadas de gestão. Universidades empregam cada vez mais um grande número de profissionais em tempo integral, como analistas de sistemas, economistas, especialistas em financiamento e assim por diante. Nessa fase, a centralização e racionalização da administração da universidade geram problemas (idem).

Contudo, o desenvolvimento do ensino superior de massa não envolve necessariamente a extinção das instituições de elite ou partes delas, ou a sua transformação em instituições de massa. Na verdade, formas de elite do ensino superior continuam a desempenhar funções que não podem ser prestadas pela educação de massa, como a formação e socialização de discentes para o trabalho intelectual, nos mais altos níveis de desempenho e criatividade (TROW, 2005).

Interessante ressaltar também que, segundo o autor, em todas as formas de ensino superior, mais especialmente nas formas de massa e universal é crescente o número de estudantes de famílias com renda inferior; por isso o trabalho concomitante ao estudo faz parte da realidade deste grupo de alunos. Esta tendência tem implicações associadas ao significado de ser um discente e para o desenvolvimento do currículo. E é difícil desencorajar essa dupla jornada, principalmente quando o aluno precisa trabalhar para estudar (idem).

No Brasil, apesar de haver mais de 16% de jovens entre 18 e 24 anos no sistema de ensino superior, ainda assim a expansão do acesso não quebrou os entraves proporcionados pelas desigualdades sociais. Jovens pertencentes a famílias com menos recursos financeiros frequentam, no ensino superior, os cursos menos concorridos e muitas vezes no período noturno (PRATES e SILVA, 2014). Tendo em vista que a massificação vem ocorrendo via ensino superior privado. As desigualdades não desaparecem através do acesso ao ensino.

### **2.3 Características do ensino superior público e privado**

A realidade no ensino público e privado divide. O ensino superior público/presencial brasileiro é aquele isento de mensalidades, realizado, em geral, no período diurno, embora com alguns cursos oferecidos à noite. É reconhecido pela qualidade na formação integral dos alunos e pela formação de seus professores que se dedicam integralmente<sup>16</sup> à docência. O ensino superior público está voltado para o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão.

Segundo a LDBE (1996), artigo 43º, parágrafos II e III, a educação superior tem o compromisso de:

II - Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção nos setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive (BRASIL, 1996).

Promover meios de acesso à educação pode auxiliar no entendimento da vida em seus diferentes aspectos e trazer benefícios à comunidade como um todo, além de tornar o sujeito apto à inserção no mercado de trabalho.

---

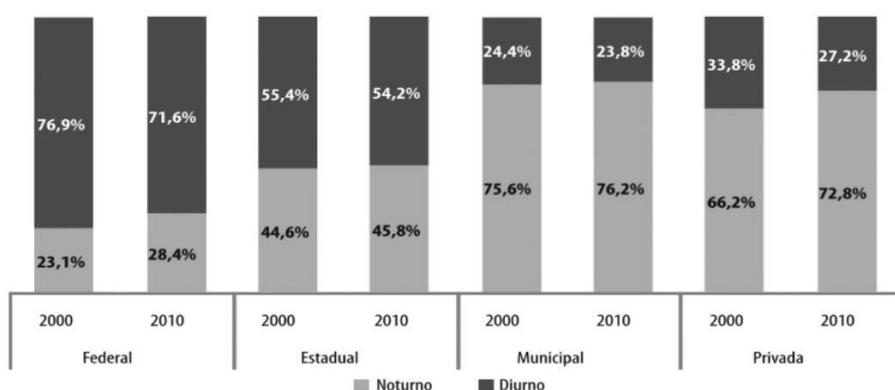
<sup>16</sup>Em relação ao regime de trabalho dos docentes no Ensino Superior, a categoria pública apresenta, predominantemente, regime de trabalho de tempo integral. Nesse sentido, pode-se observar que são crescentes os percentuais relativos a tempo integral ao longo do período, passando a representar 80,2%, em 2010. O regime de tempo parcial, por sua vez, passa de 18,5%, em 2002, para 12,9%, em 2010. Residualmente, o percentual de horistas representava 6,8%, em 2010.

O ensino superior privado/presencial brasileiro é aquele que cobra mensalidades dos seus alunos, mas pode também oferecer bolsa integral ou parcial pelo PROUNI. O aluno pode ainda recorrer ao FIES e pagar as mensalidades do curso após sua formação. É realizado, na maioria das vezes, no período noturno e alguns cursos são oferecidos no turno diurno. Tem como prioridade o ensino – nem sempre desenvolve pesquisa e a extensão –, principalmente quando se trata de faculdades e centros universitários em que a pesquisa não é obrigatória.

O corpo docente<sup>17</sup> dos cursos noturnos é constituído de professores com dedicação exclusiva à docência, e também de profissionais que durante o dia trabalham na área empresarial, atuando como professores no período noturno, condição similar à do estudante-trabalhador (FILHO TERRIBILI, 2007b).

Na figura abaixo, interessante notar que a oferta de vagas para os cursos privados no horário noturno é maior que a destinada às instituições públicas de ensino, e vice-versa: a oferta para o período diurno é maior para os cursos das instituições públicas, em detrimento das privadas.

Figura 2: Estudantes IES pública e privada no Brasil, segundo o turno.



Fonte: Censo da Educação Superior no Brasil MEC/INEP (2010).

São características do setor privado/noturno no Brasil: qualificar seus alunos para a empregabilidade e oferecer um currículo mais flexível, pois muitos alunos são também trabalhadores.

A estratégia de regionalização e interiorização da oferta intensificou-se no período de 2000-2008, com acentuado crescimento nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do País. Cresceram também mais no interior do que nas capitais (SAMPAIO, 2011).

<sup>17</sup> Na categoria privada, prevalecem os horistas, ainda que esses tenham diminuído de 55,8%, em 2002, para 48,0%, em 2010. Os regimes integral e parcial são respectivamente 24,0% e 28,0% (MEC/INEP, 2010).

A autora explica que no período 2000-2004, as matrículas privadas registraram um crescimento de 65,5% em cidades localizadas no interior. Em 2008, as matrículas privadas no interior já estavam representando quase 40% do total de matrículas de ensino superior no País.

As pesquisas sobre o ensino superior brasileiro separam ensino de massa (ofertado pela maioria dos estabelecimentos de ensino isolados e noturnos) do ensino de qualidade (em sua quase totalidade, público, ofertado pelas universidades oficiais). Contudo, essa classificação geral não permite criar paradigmas claros que possam conduzir a uma categorização do ensino (TRAMONTIN, 1995).

Comin e Barbosa (2011) explicam que os alunos que frequentam o setor privado são, em sua maioria, pessoas inseridas no mercado de trabalho que retornam aos estudos em proporção cada vez maior:

Em 1995, 31% dos estudantes de graduação brasileiros possuíam mais de 25 anos. Em 2009, esse valor subiu para 40%. Mesmo que a maioria absoluta dos estudantes esteja na faixa etária ‘esperada’, a tendência, nitidamente, é de envelhecimento dessa população. Isso faz do Brasil um caso bastante discrepante em relação à maioria dos países em que o ensino superior é mais amplamente difundido. A inserção profissional já alcançada pelos indivíduos e a busca por se manter e progredir no mercado de trabalho explica esse movimento de volta à escola (COMIN; BARBOSA, 2011, p. 79).

Segundo Costa (2012), 76,6% das matrículas realizadas no ensino superior em 2009 foram na rede privada, em parte devido a incentivos como do PROUNI, do FIES e da queda do valor das mensalidades.

Entretanto, pode-se dizer que no Brasil, de acordo com Schwartzman e Castro (2013), o ensino superior ainda não possui abrangência como nos países com uma economia desenvolvida. Aqui, apesar de ter quadruplicado o número de alunos nas universidades, a partir de 1990, apenas cerca de 25% dos brasileiros, entre 18 e 24, anos cursam esse nível de ensino. Observa-se que países com grau de desenvolvimento semelhante ao Brasil, como Argentina e Chile, possuem um percentual de jovens de mesma faixa etária em instituição superior bem maior: 69% e 55%, respectivamente (COSTA, 2012).

A concomitância entre ensino superior e trabalho ocorre devido ao modelo de expansão brasileiro ter priorizado o ensino superior pago e noturno para o jovem que está inserido no mercado de trabalho. Ao setor privado em expansão coube crescentemente a missão de absorver estudantes provenientes de estratos de renda inferiores, adequando-se a seus reduzidos orçamentos:

O crescimento do setor privado fortaleceu, assim, a provisão de educação superior, predominantemente através de  **cursos de baixo custo, em geral voltados às humanidades, ao direito e à administração**. A oferta de cursos das chamadas 'ciências duras', como engenharia, medicina, física, biotecnologia e química, permaneceu, majoritariamente, sob iniciativa das universidades públicas (COMIN e BARBOSA, 2011, p.76, grifo nosso).

Na sociedade da informação e comunicação, a qualificação e a reciclagem dos conhecimentos passam a ser prioritárias na luta por melhores empregos; existe uma demanda por escolaridade para todos os estratos sociais. Como as IES públicas não expandiram o ensino de forma suficiente, o ensino privado passou a ser uma opção viável para o trabalhador.

O diploma de nível superior representa oportunidades de mobilidade social, por meio de carreiras profissionais mais promissoras, realização pessoal, *status* social, direitos sociais e retornos salariais. Contudo, os estudos mostram que o encontro entre qualificações e ocupações não é automático; demanda tempo e depende da qualidade do desenvolvimento econômico:

As demandas presentes do mercado de trabalho refletem o estado atual do sistema produtivo, que, por sua vez, é o resultado dos investimentos já realizados no passado. Os investimentos em educação projetam seus resultados em longo prazo, o que significa que não podem ser vistos meramente como resposta às demandas correntes. **As grandes desvantagens educacionais que hoje constroem o desenvolvimento do Brasil são o produto da insuficiência de investimentos no correr de muitas décadas progressas** (COMIN; BARBOSA, 2011, p.76, grifo nosso).

Como a concorrência por trabalho vem aumentando, os jovens que estudam em universidades públicas em período integral conseguem usufruir de melhores empregos que os jovens que são trabalhadores e cursaram o ensino superior privado/noturno e não puderam dedicar-se plenamente ao curso. Em contrapartida, o acesso a esse nível de ensino para os jovens trabalhadores representa um avanço em relação ao nível de escolaridade dos seus pais, bem como maior crescimento intelectual e possibilidade de conhecer e atuar no mundo.

A escolaridade mais elevada representa também mais informação, maior ampliação dos horizontes e qualificação para o empreendedorismo – opção viável frente ao desemprego no mundo contemporâneo.

Cabe ressaltar ainda, como explica Comin e Barbosa (2011), que dispor de uma força de trabalho mais qualificada confere ao País maior escopo para "escolher" seus rumos de desenvolvimento.

Em 1982, a escolaridade média do brasileiro era de 3,5 anos de estudo; em 2009, esse valor chegou a 6,1. Em 27 anos, a educação formal da população brasileira quase dobrou. [...] O percentual de graduados no mercado de trabalho praticamente triplicou; em números absolutos o aumento foi de cerca de cinco vezes, passando de

1,9 milhão, em 1982, para mais de 10,3 milhões, em 2009 (COMIN; BRABOSA, 2011, p.77-78).

O crescimento das vagas atingiu com mais força a população que trabalha mais de 40 horas por semana, perfazendo oito horas diárias e, em alguns casos, também nos fins de semana (COMIN; BARBOSA, 2011).

Se, por um lado, o direito a educação é um dos pilares da ampliação dos direitos sociais (SILVA, 2011), por outro, uma efetiva democratização da educação requer políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, incluindo também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino (ZAGO, 2006).

Para Sobrinho (2010), a democratização requer melhorar e ampliar a educação fundamental, de modo a elevar a quantidade e a qualidade de concluintes no ensino médio; ampliar e melhorar continuamente a formação de professores e a infraestrutura de todo o sistema educativo. O autor explica, ainda, que é preciso assegurar boas condições de permanência do estudante nos cursos; ampliar a participação do Estado no provimento da educação. Ou seja, transformações radicais na educação superior, especialmente a sua expansão com qualidade e equidade, não se separam de mudanças estruturais e sustentáveis da sociedade.

Nesta mesma linha de raciocínio, Chauí (2003) apresenta os pontos considerados fundamentais para a mudança da universidade pública, na perspectiva da formação e da democratização:

Colocar-se contra a exclusão social; redefinir e afirmar a autonomia universitária; desfazer a confusão entre democratização do ensino superior e massificação; revalorizar a docência como processo de formação; revalorizar a pesquisa, orientando-a pela ideia de cidadania e exigindo o financiamento por fundos públicos redefinidos; adotar perspectiva claramente crítica com relação às ideias de sociedade do conhecimento e de educação permanente ou continuada (p.24).

De forma a implementar as metas do PNE, o governo Lula concretizou uma série de políticas:

Criou novas universidades públicas e multiplicou campi de antigas universidades fora das capitais, ofertou bolsas em instituições particulares (PROUNI), ampliou o FIES (Programa de Financiamento Estudantil) e preconizou uma política de cotas. Através do Decreto 6096/2007, elaborou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Sua primeira diretriz, estabelecida no parágrafo 2º do Decreto, prevê a: “redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno”. [...] Visivelmente, todas essas medidas visavam incorporar faixas da população desatendida pelo sistema e sem as quais não se atingirão nem as metas quantitativas nem as políticas para a educação superior (VARGAS, 2013, p.461).

Guimarães (2006) relata que o atual FIES traz inovações, mas ainda é limitado, pois cobre apenas parte do valor das mensalidades nas faculdades e universidades privadas, e não inclui o estudante de baixa renda das universidades públicas. A autora acrescenta que o Programa Universidade para Todos (ProUni), oferece bolsas integrais e parciais a alunos carentes e egressos da rede pública. Pelo programa, que vigora por medida provisória, as instituições classificadas como filantrópicas devem destinar 20% de suas receitas brutas às bolsas; as instituições que aderem têm isenção fiscal.

Para Vargas (2013), o atendimento a camadas mais pobres é a principal condição para a expansão do ensino superior. Ristoff (2008, p. 45) relata que para a democratização acontecer de fato são necessárias ações mais radicais, ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, que assegurem o acesso e a permanência a todos os que seriamente procuram a educação superior, desprivatizando e democratizando o campus público.

Para Vargas (2008), um dos maiores desafios da educação brasileira é atuar como protagonista para a superação da desigualdade e da exclusão. Para isso, a educação deve estar no centro do projeto de desenvolvimento nacional em curso, sendo considerada bem público e direito social essencial à qualidade de vida de qualquer pessoa e comunidade.

Atualmente, não existe de fato uma democratização do setor privado de ensino superior, mas, sim, o seu fortalecimento. Entre 1994 e 2000, o número de alunos no setor cresceu em 86%, a maior parte deles matriculados em Universidades, criadas com muita rapidez, através do credenciamento de faculdades integradas já existentes, passando de 40, em 1991, para 85, em 2000 (SCHWARTZMAN; SCHWARTZMAN, 2002).

Os dados indicam que a educação passou a atrair um maior número de empresários, decorrente da base de sustentação presente na legislação e nas políticas e regulamentações, no sentido de se atender a uma demanda crescente, deixando para segundo plano questões relevantes como qualidade do ensino, formação de professores, entre outras (SCHWARTZMAN; SCHWARTZMAN, 2002).

Segundo dados do MEC (2009), o curso de Administração apresentava um maior número de alunos (863.718). O curso de Direito vem em segundo lugar (638.741), e o curso de Ciências Contábeis em terceiro (204.657). As matrículas na área das Ciências Sociais, Negócios e Direito, na categoria privada particular, somavam 86,6% das matrículas totais. As matrículas na categoria pública somavam 13,4% (federais 6,58%; estaduais 4,08% e municipais 2,7%). Dados de 2012 apresentam uma diminuição no número de matrículas em relação a 2008 como pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 4: Cursos de graduação com maior número de matrículas nos estabelecimentos de ensino superior privado

Curso	Número de Matrículas	% no total de Matrículas	Privadas/Total
Direito	647.416	15,39%	87,89%
Administração	584.925	13,90%	87,43%
Pedagogia	202.973	4,82%	66,05%
Ciências contábeis	199.921	4,75%	80,12%

Fonte: CNE/UNESCO (2013).

Um dos problemas presentes do ensino superior privado é garantir uma educação cidadã para todos os trabalhadores e, ao mesmo tempo, adaptar um currículo flexível de acordo com as necessidades do educando.

É certo que a expansão das instituições de educação superior (IES) é necessária à profissionalização da mão-de-obra para o mercado de trabalho; contudo, o acesso à educação superior sem a adequada mediação, que permita o acesso ao conhecimento e à cultura acumulados e que desenvolva a reflexão e a autonomia cognitiva, contribui mais para a alienação dos acadêmicos do que para sua formação integral e consciente como sujeito histórico (RAMIREZ, 2011).

Um grande dilema no contexto dos sistemas de ensino superior modernos é a pressão pela democratização do acesso a esse nível educacional e a resistência de universidades<sup>18</sup> de pesquisa e de artes em aderir ao ensino de massa, visto que sempre foram voltados para a formação de elites sociais (SILVA, 2011).

Prates e Silva (2014, p.129) explicam que a expansão do sistema de ensino superior nas sociedades contemporâneas não quebrou os entraves estruturais que impedem aos candidatos de baixa renda de chegar às universidades de elite, que formam os quadros potenciais dos postos de maior prestígio do mercado de trabalho, tanto no setor público quanto no privado.

Pelo que foi apresentado no presente capítulo, encontra-se em processo uma estratégia de massificação do ensino superior no Brasil. Porém, para que ocorra uma verdadeira democratização do ensino, são necessários investimentos muitos mais abrangentes e que priorizem a educação pública e de qualidade desde a educação básica até o ensino superior.

<sup>18</sup> Em geral, no setor público, critérios de “necessidades sociais”, sejam reais ou justificadores de disputas políticas regionais, são acionados para ampliar o leque de cursos ou para criar novos estabelecimentos. No caso das universidades públicas, muitas vezes, seus próprios órgãos dirigentes opõem-se à ampliação de vagas e/ou ao oferecimento de cursos no turno noturno (SAMPAIO, 2014).

Como explica Zago (2014), a democratização do ensino se efetiva pela aproximação das chances escolares, que depende, em grande medida, do fortalecimento do setor público e de políticas (não paliativas) de combate à pobreza. Problemas que envolvem a seletividade no acesso à universidade e a permanência das desigualdades não são problemas propriamente do ensino superior, mas de processos excludentes produzidos por uma sociedade historicamente hierárquica e profundamente desigual.

#### **2.4 O ensino superior noturno e o trabalhador-estudante**

A ideia de que as sociedades deveriam tratar seus membros de maneira mais igualitária no sentido formal e material é central no pensamento sociólogo desenvolvido no século XX.

Somente a partir do ideário iluminista é que a ideia de igualdade se torna importante. O século XX ocupou-se da exigência de igualdade social para todos. Por igualdade social entende-se a ideia de que as pessoas devem ser tratadas como iguais em todas as esferas institucionais que afetam suas oportunidades de vida: na educação, no trabalho, nas oportunidades de consumo, no acesso aos serviços sociais, nas relações domésticas, e assim por diante (OUTHWAITE; BOOTOMORE, 1996).

Para Santos (2000), as pessoas têm direito de serem iguais sempre que as diferenças as tornam inferiores, têm também direito a serem diferentes sempre que a igualdade coloca em risco sua identidade. No contexto da educação superior, principalmente noturna, o direito à igualdade por acesso ao ensino superior foi uma reivindicação realizada pelos trabalhadores que ainda não podiam ter acesso a esse nível de ensino.

Ao analisar as informações sobre o ensino noturno, pode-se ver que o nível superior foi o último da educação escolar a abrir possibilidade para os excluídos dos cursos diurnos (TERRIBILI FILHO, 2009).

O ensino noturno aparece como o único que torna possível o acesso à educação dos jovens que precocemente passam a integrar o mercado de trabalho. [...] Uma parcela cada vez mais numerosa não consegue permanecer no sistema educacional, a não ser que esteja conjuntamente exercendo atividade remunerada. A necessidade de melhorar o orçamento familiar e pressões do consumo, entre outros fatores, impulsionaram milhares de adolescentes dos segmentos inferior e médio a ingressar precocemente no mercado de trabalho (FURLANI, 1998, p. 21-22).

Dessa forma, o jovem que não conquista uma vaga em instituição pública e precisa trabalhar se vê forçado a procurar uma instituição particular no período noturno.

Tendo em vista que o mercado de trabalho exige qualificação, cursar uma graduação, mesmo que seja no período noturno, representa para o trabalhador a oportunidade de adquirir um diferencial, um diploma que o torne mais competitivo na corrida por empregos e estabilidade profissional. Nesse sentido, é o emprego de nível secundário que vai auxiliá-lo na obtenção de recursos financeiros para a realização do curso (TERRIBILI FILHO, 2009).

O acesso à educação superior, por meio de ensino noturno, é incorporado às transformações preconizadas pelas políticas públicas educacionais (BITTAR; ALMEIDA; VELOSO, 2008). De um lado, o discurso da necessidade de qualificação permanente para a chamada *sociedade do conhecimento* e, de outro, o ideário do sucesso e da ascensão social por meio do esforço pessoal e do desenvolvimento dos dons e talentos naturais:

Nessa caminhada, o jovem trabalhador nem sempre consegue avaliar com precisão as condições, a qualidade e as reais chances de sucesso com a realização do ‘curso escolhido’. Se o mercado de trabalho atual não exige simplesmente o diploma, mas seleciona por meio de competências e habilidades, pode-se esperar muito pouco de uma formação feita em condições precárias, tanto do ponto de vista do estudante como do ponto de vista da qualidade do curso, o que significa concretamente que a formação em questão dificilmente atenderá às exigências produtivas atuais e perfis profissionais do mundo do trabalho (OLIVEIRA; BITTAR, 2011, p.9).

Tartuce (2007) explica que o trabalhador não deve ser atingido pelo discurso liberal da “igualdade de oportunidades” e da meritocracia, pois é impossível afirmar que, dentro desse sistema, existe chance e lugar para todos.

Terribili Filho (2009), citando Azevedo (2004), afirma que os grupos lutam pelo atendimento de suas demandas e que o nível de influência que têm sobre os governos depende do seu grau de organização e de articulação:

Sob este prisma, pode-se verificar que os estudantes dos cursos superiores noturnos não formam um grupo único e homogêneo, mas, na realidade, um agrupamento circunstancial daqueles que ‘estudam à noite’, e, em geral, trabalham. Dessa forma, inexistem reivindicações e solicitações consensuadas junto aos ‘elaboradores de políticas públicas’, o que torna este grupo frágil e disperso, embora numeroso (TERRIBILI FILHO, 2009, p.79).

Enfim, a educação superior no período noturno deve ser repensada. Os entraves e os obstáculos são muitos, principalmente, porque não há empregos para todos os cidadãos. Institui-se um desencontro entre formação profissional e exercício da profissão. O excesso de trabalhadores formados e as poucas vagas no mercado de trabalho influencia decisivamente o campo educacional, refletindo no cenário apresentado na contemporaneidade.

### CAPÍTULO III - ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS/RJ

Teresópolis é uma cidade serrana do interior do estado do Rio de Janeiro, com 902 metros de altitudes, muito conhecida pelo clima agradável de sua região. “Procurada por todos aqueles que desejam restabelecer-se de doenças pulmonares, aconselhados por inúmeros médicos, o clima de Teresópolis apresenta-se como um dos melhores do país” (GOLLARTE, 1966, p. 16).

Figura 3: Vista da Cidade de Teresópolis com a Serra dos Órgãos ao fundo



Fonte: <http://netdiario.com.br/>.

O município está localizado no topo da Serra dos Órgãos, a 91 quilômetros da capital do Rio de Janeiro, em uma região com relevo acentuado, com serras revestidas pela mata atlântica e grande diversidade de espécies de vegetais e animais (TERESÓPOLIS, 2011). Com clima tropical de altitude e índice pluviométrico de aproximadamente 900 mm por ano e temperatura média anual que varia entre 12°C e 25°C (ALVES, 2007).

A cidade possui uma população estimada de 173.060 habitantes, em uma área territorial: 770,601 km<sup>2</sup>. Sua densidade demográfica é 212,49 hab/ km<sup>2</sup> (IBGE, 2015). O município possui três distritos: Teresópolis, Vale do Bonsucesso e Vale do Paquequer (IBGE, 2013). Segundo levantamento do IBGE (2010), Teresópolis possuía 72.129 domicílios, dos quais 16,1% eram de uso ocasional, demonstrando o forte perfil turístico local. As principais atividades econômicas da cidade estão relacionadas ao turismo, à indústria, ao comércio, à agricultura (TERESÓPOLIS, 2011). Teresópolis possui comércio diversificado e setor hoteleiro desenvolvido, entre os atrativos existe a Feirinha do Alto. Há também na cidade indústrias de confecções, bebidas e bijuterias. O município compõe o cinturão verde do Rio de Janeiro, região responsável pela produção de (93%) dos hortigranjeiros consumidos no estado (MACHADO, 2014).

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 9,25% trabalhavam no setor agropecuário, 0,18% na indústria extrativa, 8,85% na indústria de transformação, 10,06% no setor de construção, 0,38% nos setores de utilidade pública, 15,68% no comércio e 48,82% no setor de serviços (BRASIL, 2013).

Ainda no ano de 2010, a taxa de atividade da população economicamente ativa foi de 66,53% e sua taxa de desocupação foi de 6,59% (BRASIL, 2013). Segundo o IBGE em 2013 havia 5.207 empresas atuantes na cidade; 34.802 pessoas ocupadas assalariadas e 42.276 pessoas ocupadas no total.

Em relação à educação no município, o número de matrículas na educação básica no ano de 2009 foi de 37.884 discentes. Na rede pública de ensino existe elevado número de estudantes com quatorze anos de idade ou mais matriculados no 6º ano do ensino fundamental, ou seja, é elevada a distorção idade/série (TCE/RJ, 2011). Em 2010, 81,52% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série (BRASIL, 2013).

A rede municipal de Teresópolis não oferece Ensino Médio, somente a rede particular e estadual, esta última com 89% do volume de matrículas em 2010. No ensino médio existe um elevado número de alunos matriculados com idade acima de 17 anos. As matrículas destes jovens foram de 508 no primeiro ano do ensino médio, 547 no segundo ano e 826 no terceiro ano (idem).

No Ensino de Jovens e Adultos, Teresópolis teve um total de 5.092 alunos matriculados em 2009, sendo 66% na rede estadual e 20% na municipal. Em relação ao ensino superior o município tinha quinze cursos de graduação com 4.145 alunos matriculados em 2009 (TCE/RJ, 2011).

No município em 2010, a proporção de crianças e adolescentes na escola foi maior que 80%. A proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 55,66%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo foi de 40,04% (BRASIL, 2013). Em relação à população municipal de 25 anos ou mais de idade, 7,97% eram analfabetos, 48,97% tinham o ensino fundamental completo, 33,35% possuíam o ensino médio completo e 12,30%, o superior completo (BRASIL, 2013).

Teresópolis faz parte da Região Serrana (SR) que possui dezesseis municípios em sua conformação e três microrregiões.

A microrregião I (SR I) compreende Petrópolis [...] Teresópolis faz parte da microrregião II (SR II), juntamente com Guapimirim, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Carmo. A microrregião III (SR III) é composta por Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo,

Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Trajano de Morais (Alves, 2007, p. 61).

A Serra II abrange 3% do total da população do estado, e sua densidade demográfica é a 5ª maior entre as regiões (ALVES, 2007).

A renda per capita média de Teresópolis é de R\$859,79. Importante ressaltar também, que 1,58% das pessoas possuem renda inferior a 70,00 reais mensais; 7,06% possuem renda igual ou inferior a 140 reais mensais (BRASIL, 2013).

Tendo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM<sup>19</sup>) na faixa de 0,730 em 2010 (BRASIL, 2013) considerado alto. Contudo, em comparação a outros municípios vizinhos do Alto da Serra<sup>20</sup>, como Petrópolis e Nova Friburgo com IDHM 0,745, Teresópolis possui o menor índice. O desenvolvimento do município é comparável ao de Petrópolis e Nova Friburgo, apesar de não contar com grau de industrialização semelhante ao desses vizinhos (TCE/RJ, 2011).

A atividade industrial em Teresópolis foi iniciada na década de 1960, graças ao desenvolvimentismo e à integração nacional que marcavam as políticas públicas à época. Contudo, permanece embrionária, não sendo significativa (ROSA, 2009).

As três cidades citadas possuem destaque para a atividade turística que se desenvolve, principalmente, devido ao clima desses municípios, que é frio no inverno e com temperatura amena no verão.

### **3.1. Breve síntese da História de Teresópolis**

A região que conhecemos hoje como cidade de Teresópolis foi inicialmente habitada pelos índios, posteriormente, pelos escravos fugitivos e só mais tarde tornou-se uma cidade. O município foi habitado pelos índios Timbiras da tribo dos Coroados, assim como existe

---

<sup>19</sup>Para analisar as cidades brasileiras utiliza-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal que é resultado da média geométrica de três indicadores: longevidade, educação e renda. O IDHM varia de 0 a 1, considerando que quanto mais próximo de 1 maior é o desenvolvimento humano do município. Há 5 faixas de desenvolvimento: muito baixo (igual ou inferior a 0,499); baixo (entre 0,500 e 0,599); médio (entre 0,600 e 0,699); alto (0,700 a 0,799); e muito alto (igual ou superior a 0,800) (SEBRAE, 2015).

<sup>20</sup> Municípios do Alto da Serra - Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo - tiveram maior desenvolvimento em atividades produtivas que as demais terras, pois não dependeram exclusivamente do café, mas sim da nascente industrialização, da vinda de colonos imigrantes e acelerada urbanização (MARAFON *et al* 2005, p.109). Por motivos climáticos essas cidades desenvolveram outras culturas agrícolas além do café. Elas também tiveram desenvolvimento industrial mais elevado que as demais cidades serranas.

relatos de índios Tupinambás (ROSA, 2009). Segundo Alves (2007), os registros remontam a 1650, período em que o ciclo do ouro em Minas Gerais era a principal fonte econômica do Brasil.

A região servia de esconderijo para contrabandistas que não queriam pagar imposto à Coroa de Portugal. Os caminhos haviam sido demarcados pelos índios Purus que habitavam a Região Serrana até a Baixada Fluminense. Com a saída dos índios, da antiga aldeia, formou-se uma comunidade Quilombola, denominada Quilombo da Serra, que abrigava os escravos fugidos das fazendas de Magé e do Vale do Paraíba (ALVES, 2007, p. 58).

A partir do século XVIII, a região já era ponto de repouso e reabastecimento de tropas que comercializavam entre Minas Gerais e a Corte no Rio de Janeiro (RAHAL, 1987). O autor explica que existia ali uma hospedaria muito movimentada conhecida como Hospedaria de Tiradentes, destruída em 1973, para dar passagem à estrada Rio-Bahia, BR-116. Podemos dizer ainda, que Teresópolis<sup>21</sup> nasceu como arraial de estrada.

A primeira descrição oficial de Teresópolis foi feita em 1788 pelo Dr. Baltazar da Silva Lisboa, que em seu relato descrevia a serra e também a Cascata Imbuí (VIEIRA, 1939).

O mais antigo documento que existe, fazendo referência ao "povoado e sertão", situados por detrás da serra dos Órgãos, é uma planta levantada por ocasião da "viagem feita a essa serra pelo Dr. Baltazar da Silva Lisboa, Juiz de Fora do Rio de Janeiro, ordenada pelo Illmo Sr. Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretário dos Negócios Ultramarinos, no ano de 1788" (idem, p.7).

Contém a descrição da serra e uma pequena notícia sobre o "sertão", onde vem assinalada a cascata do Imbuí. Nada de notável havia, além da estrada de penetração partindo de Piedade (litoral), galgando a serra e seguindo para o verdadeiro sertão (IBGE, 2013; VIEIRA, 1938).

A região tornou-se conhecida a partir do século XIX, depois que ali se estabeleceu George March, de nação inglês, educado em Lisboa, que aproveitando-se da nova lei de abertura dos portos brasileiros ao mundo para aqui se trasladou com seus haveres, logo após a chegada do príncipe regente D. João (FERREZ, 1970).

Ele como muitos outros, viu as possibilidades que a florescente indústria britânica teria em um país como o nosso onde existia a verdadeira falta de produtos manufaturados e que acabava de obter tão fabuloso tratado de comércio que taxava os seus produtos mais baratos que os dos próprios portugueses. [...] Os ingleses chegaram com seu navio repleto de mercadorias, com dinheiro e técnicos. Iria nos fornecer maquinarias de todos os tipos, tecidos, ferro, aço, vidros, carvão, relógios, tintas, serras, folhas de flandes, talheres, cristais, sapatos, cerveja, manteiga etc. Os ingleses representavam o alto comércio, os banqueiros e negociantes por atacado.

<sup>21</sup> Segundo Rahal (1987, p.14), os padrões de formação das cidades brasileiras baseavam-se na economia rural desenvolvida ou como arraial de estrada por onde passavam os viajantes e tropas cargueiras, ou ainda, como centro de mineração.

[...] George March aqui se estabeleceu em uma chácara em Botafogo. [...] Por volta de 1818 March **arrendou a fazenda de Santa Ana do Paquequer**, na serra dos órgãos, composta de quatro sesmarias de uma légua quadrada cada uma. Muito mais tarde, **adquiriu por compra quase toda esta grande área**, por escritura lavrada, em 20 de julho de 1943, no cartório do quarto ofício. Terras, benfeitorias, casas etc..., tudo foi comprado por 14:660\$000 e, diz ainda a escritura, que não lhe dava posse no ato por já estar ele (March) de posse das terras desde muito (FERREZ, 1970, p. 33, grifo nosso).

A sede da fazenda era no Alto, na Várzea ficava o “Campo das Éguas”; no Quebra-Frasco as lavouras de cereais e batatas, estas muito apreciadas na metrópole carioca (VIEIRA, 1938, p.10).

Da Fazenda de Sant’Ana do Paquequer, partiam diversos alimentos – frutas, legumes e verduras, que eram cultivados lá e vendidos no Rio de Janeiro. A fazenda dedicava-se, ainda, à pecuária, à criação de mulas e cavalos.

March também construiu chalés para receber seus hóspedes com mais conforto (TERESÓPOLIS, 2011). Diversos foram os amigos/hóspedes que visitaram March em Teresópolis: cientistas, botânicos, viajantes, cônsules, pastores ingleses e americanos (FERREZ, 1970).

Concomitante a isto, entre 1818 e 1845, um povoado denominado Santo Antônio ou Sant’ana do Paquequer desenvolveu-se na região. O crescimento deste ocorreu a princípio em função dos viajantes que vinham de Minas e demandavam o Porto da Estrela, fazendo de Sant’ana do Paquequer um lugar de descanso. Ao redor da Fazenda de Sant’Anna do Paquequer desenvolveu-se o núcleo primitivo da cidade. Inicialmente a fazenda possuía dois núcleos, com sua sede situada no Alto e na Várzea (PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2011).

Assim, o crescimento da cidade, se deu no sentido de aproximar esses dois núcleos através do fundo do vale que ligava as duas localidades e resultando na conformação urbana linear que pode ser vista atualmente. A estrutura urbana de Teresópolis responde a uma lógica de lenta repartição da antiga fazenda em grandes propriedades, denominadas Granjas, nome que, aliás, ainda designa até hoje alguns bairros – Granja Florestal, Granja Guarani –, ocupadas originalmente por famílias abastadas que se instalaram na região com o intuito de firmar residência ou mesmo para utilizá-las como segunda residência de veraneio. Os bairros do Ingá e Iúcas, entre outros bairros, ainda preservam parte dessa estrutura original (PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2011, p.36).

Interessante ressaltar ainda, a doação de terras foi feita por D. João VI ao Tenente Joaquim Paulo de Oliveira, provável filho de “Tiradentes”<sup>22</sup>, nas proximidades da cascata do Imbuí, que deu nome a todo aquele vale (IBGE, 2013).

---

<sup>22</sup>Segundos relatos orais, (e escritos de diversos autores em livros jornais e revistas), consta, ainda sem comprovação, que o pai do Tenente seria Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes. O tenente Joaquim Paulo, a fim de se livrar da perseguição política, para evitar o reconhecimento de sua filiação, teria trocado o seu sobrenome para Oliveira (FERRADEIRA, 2010, p.8).

Após o falecimento de George March, em 1845, inicia-se o povoamento pela divisão das propriedades entre seus dois herdeiros. Os filhos de March (Jorge Brittain March e Guilherme Taylor March) que a retalharam e venderam em fazendas menores, sítios e lotes (VIEIRA, 1938).

Abre-se novo período: a época da vila, da freguesia de Santo Antônio do Paquequer - criada em 25 de outubro de 1855, e estava subordinada ao município de Magé. É este período em que se fixa o nome Teresópolis, em homenagem a Teresa Cristina, esposa de Dom Pedro II (GOLLARTE, 1966, p. 66).

A vila era uma região de difícil acesso, o deslocamento da freguesia até o Rio de Janeiro se dava mediante conexão entre o transporte de navegação e o transporte animal, mais tarde substituído pela ferrovia (GOLLARTE, 1966).

Segundo o (IBGE, 2013):

Todas essas terras que constituíram a sesmaria March, depois Fazenda dos Órgãos e Fazenda March, voltaram, com pequenas exceções no Quebra-frascos, no Imbuí e na Posse (que couberam aos descendentes do Tenente Joaquim Paulo), **a centralizar-se nas mãos de um único proprietário "Companhia Estrada de Ferro Teresópolis"**, conforme contrato de construção da estrada de ferro e da cidade de Teresópolis, lavrado a 16 de julho de 1890. **A construção da estrada de ferro e da cidade prendia-se ao desejo do governo do Estado do Rio de Janeiro em transferir a capital estadual para este local** (IBGE, 2013, grifo nosso).

No dia 7 de julho de 1890, em frente à igreja Santa Tereza foi fincada uma estaca marcando o início da construção de Teresópolis:

Nesse tempo na Várzea deveria, também, ser construída a estação terminal de uma linha férrea que ligaria a cidade ao Rio de Janeiro. Cerca de 300 pessoas presenciaram o evento, prestigiado por ilustres personalidades, inclusive o governador Francisco Portella, que veio em comitiva para assinar o contrato entre o governo do estado e a empresa Estrada de Ferro Therezopolis. Recém criada, a empresa teria a responsabilidade de construir uma linha férrea entre Niterói e o planalto da Serra dos Órgãos, onde deveria fundar uma cidade dotando-a dos serviços de abastecimento de água potável, redes de esgoto e iluminação pública, bondes e linhas telegráficas e telefônicas. Presenciado por personalidades proeminentes da época - entre elas Godofredo Cunha e o pintor Fachinetti - Portella começava a realizar um sonho anunciado por ele em 1858, de que se, um dia fosse governador passaria para Teresópolis a capital do Estado do Rio de Janeiro (PERES, 2009, p. 21).

Tais planos, porém, não foram realizados, do que fora previsto no plano, somente a criação do Município efetivou-se (IBGE, 2013).

Lamego relata que em 1891 a freguesia é elevada a município de menor população do Estado, a qual se reduzia a 2.738 pessoas. Destas, somente 1698 residem na vila diminuta (LAMEGO, 1950).

A introdução da estrada de ferro causou uma grande evolução no setor de transportes. A transformação dos antigos caminhos de tropeiros em estradas acessíveis ao transporte mecânico abriu novos horizontes aos povoados. [...] À história do desenvolvimento de Teresópolis acha-se intimamente ligada à abertura da via de comunicação (GOLLARTE, 1966, p.414).

Quando ficou pronto o porto da Piedade, em 1902, o deslocamento entre Rio de Janeiro/Guapimirim passou a ser feita em apenas três horas. Desde ponto, chamado à época de Guararema da raiz da serra, os viajantes desciam e continuavam o percurso utilizando cavalos ou liteiras, gastando mais três horas até chegarem à Teresópolis (PERES, 2009, p. 59).

Lamego (1950) explica que o mais difícil trecho da linha com a cremalheira da Raiz da Serra a Barreira do Soberbo, iniciado em 1902, é parcialmente inaugurado por Nilo Peçanha em 1904.

Com esse incompleto percurso, já era tal o interesse pela nova cidade que, ao passo que aumentam as aquisições de terrenos, começa igualmente a crescer o tráfego, não obstante ser o transporte efetuado por cargueiros no último e mais penoso trecho da subida que costeia o Dedo de Deus e cuja inauguração somente se fez em 19 de setembro de 1908. Com mais um trecho de linha comum do Alto até a Várzea, Teresópolis estava pronta para realizar os seus destinos de cidade de turismo, condicionados pelos fatores geográficos. [...] Avoluma-se repentinamente o fluxo de veranistas. [...] O vilarejo de 1890, já em 1920 apresentava 7.200 habitantes, contando o município 18.628. [...] Em 1940 a população da cidade era de 10.049 pessoas e a municipal de 29.799 (LAMEGO, 1950, p. 215).

A construção da estrada de ferro foi realizada pelo engenheiro José Augusto Vieira e inaugurada em 19 de setembro de 1908, treze anos depois de iniciadas as obras. Tornou-se mais tarde obsoleta com o advento das rodovias e hoje não mais existe (IBGE, 2013).

A população de Teresópolis cresceu, ainda mais, após a construção da via Rio-Teresópolis, em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

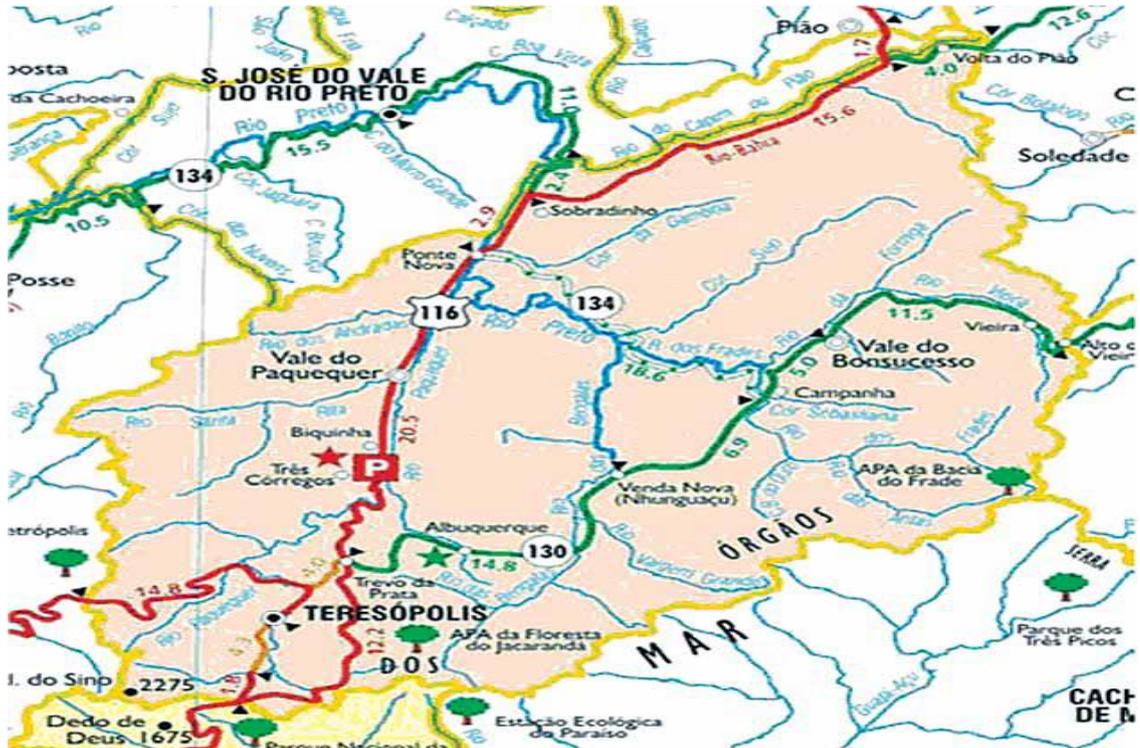
É importante destacar que a chegada da BR-116 ao Município ocorreu em pleno período desenvolvimentista e de fortalecimento da industrialização e da urbanização no Brasil. Teresópolis colheu os frutos desse período no que se refere especialmente ao turismo de veraneio. O Município recebeu também os ônus do período desenvolvimentista e da chegada da rodovia: a partir daquele momento, a população urbana começou a crescer e a ocupar irregularmente os espaços disponíveis (ROSA, 2009, p. 2961).

Assim, houve importantes investimentos imobiliários, o que aumentou o fluxo de veranistas, a construção de hospitais e povoamento dos distritos do Município (ALVES, 2007).

Atualmente, Teresópolis é servida por duas estradas federais, a BR-116, que acessa Guapimirim ao sul e São José do Vale do Rio Preto ao norte, e a BR-495, estrada serrana que

alcança Petrópolis, a oeste. A rodovia estadual RJ-130 acessa Nova Friburgo, a leste (TCE/RJ, 2011).

Figura 4: Mapa do município com suas principais estradas federais



Fonte: DER-RJ (2006).

Ao longo da história da cidade observamos que o desenvolvimento de Teresópolis estava associado à construção de uma estrada onde fosse possível o acesso mais fácil até a região. Somente após torna-se viável o acesso ao município, este experimentou maior crescimento populacional e progresso. A vegetação e o clima ameno foram os atrativos que impulsionaram a vinda das pessoas para a cidade.

## CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

### 3.1 Procedimentos da pesquisa

Adotou-se, para a coleta de dados, a metodologia qualitativa, por mostrar-se a mais adequada para esta pesquisa, já que permite a apreensão dos dados obtidos em termos de seu conteúdo, e não de sua objetividade, principalmente pela natureza do objeto de estudo. “O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2008, p. 57).

Diante de constrangimentos estruturais, os indivíduos, em sua singularidade, compreendem-nos e estabelecem para si alvos que lhes são próprios (GUIMARÃES; GEORGES, 2009). Estes constrangimentos têm um peso, o indivíduo não é mero portador da estrutura. Os atores a interpretam e, nessa interpretação, constroem a realidade social (PIMENTA, 2007).

Em síntese, tal metodologia está fundamentada no fato de “não ser possível compreender o comportamento humano sem a compreensão do quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações” (GODOY, 1995, p. 63).

Segundo Guimarães e Georges, (2009), é o protagonismo dos sujeitos que dá sentido, interpretando, às oportunidades estruturais; ao fazê-lo, evidencia-se a capacidade individual de construir cotidianamente a realidade ao agir.

Ao adotar-se aqui o viés qualitativo, pretende-se, por meio do roteiro de entrevista semiestruturado, compreender as questões relacionadas aos acontecimentos, aos constrangimentos exteriores em seus aspectos mais objetivos e também os aspectos mais subjetivos referidos, seja ao nível simbólico (representações, valores, emoções), seja ao nível do concreto particular, isto é, da história pessoal, dos projetos, das ações em determinadas situações (BERTAUX, 1980).

As entrevistas não contaram com perguntas pré-definidas. Aos entrevistados foi solicitado que falassem sobre como se processou a experiência da inserção no mercado de trabalho concomitantemente com o período de graduação, os significados e implicações da concomitância destes dois eventos em sua vida. Importa saber como e o porquê se deu a concomitância no âmbito da trajetória.

No roteiro de entrevista semiestruturado construído, foram abordados aspectos relacionados à escolarização, à inserção profissional, ao arranjo familiar, ao lazer e os planos para o futuro. Minayo (2008) explica que o que torna a entrevista um instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (p. 109). Isso se deve ao fato de que os dados coletados assumem caráter descritivo, compondo um retrato da população estudada por meio de suas características.

No decorrer da entrevista, segundo Press (1997, p.117) à medida que emergem os temas centrais da pesquisa, procura-se aprofundá-los sem cortar o fio do pensamento ou da fala dos entrevistados. “Se, ao longo do relato, algum tema julgado importante for deixado de fora, pode-se procurar abordá-lo em momento considerado mais oportuno, sem aguardar o encerramento da entrevista e evitando formular perguntas soltas” (PRESS, 1997, p. 117).

O universo da pesquisa foi constituído por graduados/as no Centro Universitário Serra dos Órgãos, que está localizado na cidade de Teresópolis, Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Participaram da pesquisa oito graduadas e dois graduados, num total de 10 informantes, com a ida do pesquisador em “campo”, ou seja, em locais onde poderia encontrar pessoas com as características desejadas para a pesquisa.

Os critérios para a seleção dos/as entrevistados/as foram: ser graduado/a no UNIFESO; ter entre 24 e 38 anos; ter tido experiência (s) profissional (is) em paralelo ao período de graduação; ter estudado no período noturno; já ter sido trabalhador/a antes de ser estudante no Ensino Superior; ter cursado Ciências Contábeis, Direito ou Pedagogia (na escolha dos graduados pertencentes às áreas e cursos citados levou-se em consideração o fato desses cursos serem os mais procurados pelos alunos do ensino privado/noturno no Brasil).

Procurou-se traçar um perfil geral dos participantes e, de acordo com as suas características, chegou-se aos seguintes dados: os/as entrevistados/as cursaram a graduação concomitantemente ao trabalho quando ainda eram jovens (até os 29 anos); os/as graduados/as começaram a trabalhar com, no máximo, 18 anos de idade; eles/elas concluíram o Ensino Médio e Ensino Fundamental em escola pública; o nível superior completo não foi evidenciado na escolarização dos pais dos participantes.

Na busca pelos participantes, foi utilizado o método bola de neve, que torna o trabalho de campo mais ágil e ajuda a garantir a compatibilidade entre os participantes, uma vez que os indivíduos que compartilham a mesma rede de sociabilidade tendem a ter origens sociais semelhantes ou têm pelo menos um fator social em comum, que os integra (PIMENTA, 2007).

Para realizar as entrevistas, recorreu-se aos contatos com conhecidos que poderiam indicar pessoas com as características desejadas.

A partir do encontro com alguns participantes, foi-lhes pedido que indicassem um/uma amigo/a com trajetórias de escolarização e trabalho semelhantes.

Procurou-se incluir pessoas com diferentes trajetórias entre si. Objetivou-se integrar, num mesmo grupo, indivíduos solteiros, casados ou que vivessem em união consensual, que tivessem filhos ou não, e também indivíduos que morassem com os pais ou estivessem residindo em outro domicílio que não o da família de origem. Esse procedimento possibilitaria a obtenção de trajetórias diversificadas dentro de um mesmo segmento social (PIMENTA, 2007).

Para Bertaux (2009), quando se consegue claramente extrair o caráter do que se encontra em numerosos casos, então pode-se dizer que se trata de um objeto sociológico.

Uma vez que a construção de uma representação mental atingiu, graças a uma primeira etapa de saturação, uma forma razoavelmente coerente, enriquecendo-se de aportes e críticas dos diversos membros da equipe, que contribuíram para a sua construção, só resta a cada um, segundo a sua sensibilidade e suas orientações específicas, procurar, sistematicamente, destruí-la: se ela resiste, ela então terá demonstrado sua solidez (BERTAUX, 2009, p. 27).

Procurou-se incluir também graduados com trajetórias de êxito financeiro acima da média a fim de averiguar se exercem a profissão para a qual se graduaram.

O primeiro passo foi por meio telefônico, no dia anterior à entrevista, com quatro participantes, indicadas a partir da minha rede de familiares. A escolha do local foi de acordo com a indicação das entrevistadas, as quais, sem exceção, demonstraram estar absolutamente receptivas ao convite para participar da pesquisa.

O contato telefônico foi realizado no dia anterior à entrevista. Esse contato foi realizado para a entrevista de quatro participantes, indicadas a partir da minha rede de familiares. A escolha do local das entrevistas foi definida pelas entrevistadas. Todas as participantes contatadas por telefone foram absolutamente receptivas ao convite em participar da pesquisa.

#### *Entrevista com graduadas em Pedagogia e Administração*

As entrevistas com as graduadas em Pedagogia foram realizadas na residência das entrevistadas. O contato telefônico foi feito no dia anterior às entrevistas. Chegando ao local fui muito bem recebida pelas entrevistadas que foram muito atenciosas.

A entrevista com a graduada em Administração foi realizada em um sábado à tarde. Após contato telefônico, a entrevista foi realizada em um Centro de Estética que a graduada costuma frequentar aos sábados.

*Entrevista com graduadas em Direito que trabalham em cartório*

O contato telefônico com uma graduada em Direito foi realizado no dia anterior à entrevista. A entrevista ocorreu na praça de alimentação de um shopping, em uma manhã de quarta-feira, antes de a entrevistada iniciar seu expediente no cartório.

As outras quatro entrevistadas formadas em Direito trabalham em outro cartório. A entrevista com essas participantes ocorreu por indicação de uma conhecida que já trabalhou em cartório. Fui até o cartório indicado por ela, que fica no Centro de Teresópolis, onde fiz o convite a uma graduada, que foi muito receptiva. A entrevista ocorreu em uma galeria comercial localizada no Centro de Teresópolis, no dia seguinte, em seu horário de almoço.

Alguns meses após a realização da entrevista, retornei ao cartório de trabalho desta graduada para fazer novos convites. Ela dissera que havia outras colegas de trabalho que estudaram na UNIFESO e que me poderiam conceder entrevistas. Na ocasião, uma das graduadas no UNIFESO que trabalha no cartório disse que seria mais difícil realizar a entrevista no horário de almoço ou saída do trabalho, porque tinha compromissos nestes horários, mas que me concederia a entrevista, em um local silencioso, em uma sala do próprio cartório que estava vazia. Na sala foi possível entrevistar também mais duas graduadas em Direito que trabalham no cartório, nesse mesmo dia.

*Entrevista com os graduados em Ciências Contábeis*

As entrevistas com os dois graduados foram realizadas no próprio ambiente de trabalho deles. Um deles foi indicado por pessoas de minha rede de conhecidos.

Fui até o escritório de Contabilidade em que trabalham em uma tarde de terça-feira, expliquei do que se tratava a pesquisa e um deles aceitou realizar a entrevista no mesmo dia. Só durante a entrevista percebi que estava entrevistando um dos sócios do escritório. Depois da entrevista perguntei se havia mais algum graduado ou graduada na UNIFESO que trabalhava no escritório; o entrevistado disse que havia outro rapaz.

Como era época de declaração de imposto de renda (mês de abril), não consegui entrevistar o colega dele. Dessa forma, agradei e disse que retornaria para entrevistá-lo posteriormente. Em setembro, procurei o escritório novamente com o intuito de realizar a entrevista com o outro graduado. Perguntei ao graduado se poderia me conceder a entrevista e ele disse que estava muito ocupado. Após a apresentação da pesquisa e de possíveis dias para

a realização da entrevista, o participante disponibilizou-se a conceder entrevista em uma sexta-feira, quatro dias após o convite, pela manhã, antes de iniciar o expediente.

Na escolha dos locais das entrevistas, cuidou-se para que não houvesse ruídos excessivos a ponto de deixar o entrevistado desconcentrado e o áudio prejudicado. O local da entrevista também deveria ser confortável, a fim de contribuir para a bom andamento da atividade; o dia e a hora agendados também respeitaram as disponibilidades dos participantes.

As entrevistas, realizadas nos meses de março, abril, setembro e outubro de 2015, tiveram a duração média de trinta minutos, foram gravadas e transcritas na íntegra. Todas foram precedidas de apresentação do Termo de Consentimento (cf. Apêndice) para a compreensão dos objetivos e relevância da pesquisa<sup>23</sup>. Como forma de garantir o anonimato dos entrevistados, seus nomes foram modificados.

Antes da entrevista busquei deixá-los bem à vontade, explicar com atenção o Termo de Consentimento para que compreendessem os objetivos e relevância da pesquisa para a cidade de Teresópolis.

No decorrer das entrevistas, ouvi com atenção o que diziam, procurando aprofundar, através de algumas perguntas mais específicas do roteiro de entrevista (conferir Apêndice), informações que considerava relevantes para o entendimento das suas trajetórias, entretanto, sem formular perguntas soltas.

A motivação dos entrevistados em participar foi um fator que facilitou a realização das entrevistas. Já a timidez e/ou preocupação com o fato da entrevista ser gravada dificultou o processo, algumas informações importantes foram explicadas quando desliguei o gravador.

Geralmente, era sugerido que começassem pelo percurso escolar e de inserção no mercado de trabalho, para só mais tarde falar das relações familiares. Durante a entrevista, procurou-se interromper o mínimo possível as argumentações dos participantes, apenas os(as) incentivando a darem continuidade ou a explorarem um pouco mais determinado tema. Priorizou-se conhecer melhor as relações estabelecidas, com os demais atores sociais envolvidos em seus contextos cotidianos, desde amigos e colegas de graduação e/ou trabalho, aos familiares e companheiros(as).

Buscou-se compreender as narrativas dentro de um contexto familiar e social, que servissem de base para compreensão da tomada de decisões pelos sujeitos entrevistados.

---

<sup>23</sup> Todo o processo foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, em 25/03/2015, sob o Parecer n. 999.347, e todos os participantes foram esclarecidos sobre o estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido antes da realização das entrevistas (cf. Apêndice).

Desta forma, percebi que ficou mais fácil para eles e elas falarem sobre todo o contexto que vivenciaram ao longo da concomitância entre trabalho, estudo, do presente e dos projetos de futuro. Quando perguntei sobre as dificuldades na realização das duas tarefas, a maioria dos entrevistados demonstrou que o tempo de concomitância foi permeado por muito trabalho, dificuldades e esforço para superar os obstáculos. No início da resposta, a expressão “foi difícil” tornou-se comum.

O fato de terem pouco tempo para realizar os diversos papéis refletia no pouco tempo para o descanso. A divisão do tempo para quem trabalha e estuda precisa ser bem definida a fim de dar conta de todas as tarefas. Daí foi recorrente no discurso de alguns entrevistados a ausência de tempo para descansar, para dormir suficiente e até mesmo para o almoço.

Para superar os desafios da dura rotina permeada pelo trabalho e o estudo, alguns entrevistados contaram com o apoio da família e de seus empregadores. O apoio no momento da concomitância foi decisivo na vida dos trabalhadores-estudantes. No relato de alguns entrevistados, o ingresso, a permanência e a conclusão do curso de graduação só foi possível devido à rede de apoio familiar e/ou apoio do empregador, que motivava e auxiliava nos momentos de dificuldades.

### **3.2 O UNIFESO e o Município de Teresópolis**

A escolha por entrevistar graduados/as no Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO se deu por ser a instituição mais tradicional, mais antiga e com maior número de cursos de graduação presencial na cidade de Teresópolis. No Município não há muitas opções de curso superior, existe apenas o curso de Bacharelado em Turismo da UERJ, que iniciou suas atividades recentemente, em 2010, e a Universidade Norte do Paraná, uma universidade privada e de ensino a distância. Esta Universidade existe desde 2009 na cidade e oferece cursos como: Graduação em Licenciatura (Letras, Biologia, História, Geografia, Sociologia, Matemática), Serviço Social, entre outros cursos.

Os jovens de Teresópolis que pretendem estudar na cidade não possuem opções para ingressarem no ensino superior público, diferentemente de outras cidades serranas vizinhas, como Petrópolis e Nova Friburgo, que já possuem um número razoável de cursos de universidades públicas para os jovens que concluem o ensino médio. Assim, os que terminam o ensino médio – e pretendem cursar o ensino superior presencial concomitantemente ao trabalho no período diurno – ingressam no UNIFESO, principalmente nos cursos do período noturno.

O UNIFESO, até meados de 2014, era considerado a única opção de instituição privada de ensino presencial na cidade; em 2016, a Instituição faz 50 anos de fundação.

Para os jovens e adultos trabalhadores que pertencem a famílias com menos recursos financeiros, a educação só se torna possível devido às estratégias que elaboram para conseguirem arcar com os custos, dentre elas o financiamento estudantil e apoio familiar ou do empregador.

O foco desta pesquisa, portanto, fica assim explicitado: contribuir para o conhecimento dos processos de escolarização e inserção profissional dos entrevistados, no contexto da oferta de cursos e do mercado de trabalho do município de Teresópolis, dos graduados/as no UNIFESO. Como explica Pimenta (2007, p.35):

O objeto de investigação são as experiências particulares dos sujeitos e procura-se situá-las em um contexto temporal e espacial, que inclui não apenas as condições de vida, mas também as interações sociais com outros atores significativos, capazes de interferir nos percursos biográficos. Trata-se, por um lado, de procurar apreender **de que maneira fatores sociais importantes intervêm nas trajetórias de vida de jovens adultos e, por outro, perceber de que maneiras os indivíduos atuam sobre suas próprias trajetórias**, isto é, como as projeções e as perspectivas particulares sobre a vida adulta se articulam às escolhas e decisões e se traduzem nas biografias individuais analisadas (grifo nosso).

A história do UNIFESO teve início com a criação da Fundação Educacional Serra dos Órgãos – FESO, em 1966, em um contexto da expansão das escolas médicas no Brasil. A FESO inicia suas atividades com a criação da Faculdade de Medicina de Teresópolis, autorizada em 1970 e reconhecida em 1975. Em 1975, foi autorizada a criação de mais duas faculdades: de Administração e de Ciências Contábeis, reconhecidas em 1979. Em 1983, foi criada a primeira Unidade Básica de Saúde, com o objetivo de servir de campo prático para estudantes do curso de Medicina e, mais tarde, dos cursos de Enfermagem, Odontologia, Farmácia e Fisioterapia. Em 1985, a FESO criou a Faculdade de Enfermagem e, em 1994, o curso de Tecnologia em Processamento de Dados, atualmente Ciência da Computação. Ampliando a atuação na área das Ciências Humanas e Sociais, e reafirmando seu propósito de inserção na Educação Básica, a FESO cria, em 1998, o curso de Pedagogia. Ainda em 1997, adquiriu-se a Fazenda Quinta do Paraíso, com cerca de um milhão de metros quadrados, garantindo espaço para a construção de um novo *campus*, onde atualmente se encontram instalados os cursos de Medicina Veterinária, Fisioterapia, Farmácia, Pedagogia e Ciências Biológicas, além das Clínicas Escola de Fisioterapia e Medicina Veterinária. Em 1999, foram criados os Centros de Ciências Biomédicas (CCBM) — atualmente Centro de Ciências da Saúde (CCS) — e de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), visando à reunião dos cursos de

graduação em áreas afins (UNIFESO, 2012). No mesmo período, agregaram-se aos seus respectivos centros os novos cursos de Odontologia e de Direito, bem como o de Medicina Veterinária no ano seguinte. Na comemoração dos 40 anos da FESO, em 2006, as Faculdades Unificadas Serra dos Órgãos foram credenciadas como Centro Universitário Serra dos Órgãos – UNIFESO. Em fevereiro de 2008, foi implantado o curso de Farmácia e, em 2009, quatro novos cursos iniciam suas atividades: Ciências Biológicas modalidade Licenciatura e modalidade Bacharelado, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental e Sanitária e Matemática. O UNIFESO é a segunda empresa em arrecadação do município, sendo responsável por cerca de 2000 empregos diretos, com aproximadamente 4000 mil estudantes e 400 professores (UNIFESO, 2012).

Quadro 5 - Criação dos cursos superiores a partir de 1970 no UNIFESO

1970 - Faculdade de Medicina - <i>diurno</i>
1975 - Administração e Ciências Contábeis - <i>noturno</i>
1985 - Enfermagem até 2014 diurno, a partir de 2015 <i>noturno</i>
1994 - Ciências da Computação - <i>noturno</i>
1998 – Pedagogia - <i>noturno</i>
1999 - Direito - <i>noturno</i> , Odontologia - <i>diurno</i>
2000 – Veterinária - <i>diurno</i>
2001 – Fisioterapia - <i>diurno</i>
<b>2006 - De FESO ao UNIFESO</b>
2008 - Farmácia - <i>noturno</i>
2009 - Ciências Biológicas, Matemática - <i>noturno</i> . Engenharia de Produção - <i>vespertino</i> ou <i>noturno</i> . Engenharia Ambiental, Sanitária e Engenharia Civil - <i>noturno</i> .
Total: 12 cursos oferecidos no período noturno; 4 cursos oferecidos no período diurno
1 curso oferecido nos dois turnos
Total: 16 cursos de graduação

Fonte: Dados extraídos do UNIFESO (2012).

Pode-se dizer que as políticas de expansão do ensino superior no Brasil, e também em Teresópolis, possibilitaram a entrada de um público mais heterogêneo no UNIFESO. Houve um aumento do número de matrículas de jovens e adultos que, anteriormente à massificação da educação superior, não tinham acesso a esse nível de ensino, principalmente no turno noturno.

### 3.3. Campo de possibilidades

Atualmente as políticas públicas de expansão do ensino superior e as exigências de qualificação profissional vêm mudando as trajetórias de vida de alguns jovens pertencentes aos segmentos sociais menos favorecidos.

Nesse sentido, Velho (1999) relata que os indivíduos que são incluídos em um mesmo grupo em função de critérios socioeconômicos podem apresentar fortes diferenças na forma de ver e atuar na sociedade. Desta forma, está na trajetória, e não apenas na posição do indivíduo, família ou grupo, a explicação para suas ações e preferências. Assim, devemos perceber o caminho trilhado enquanto expressão de um projeto, ou seja, devemos tentar perceber o que possibilitou este percurso particular (AVELAR, 2013).

É necessário conhecer o que os indivíduos aspiram, a base de seus projetos que pode ser distinta do projeto familiar, em função de interações e experiências novas. As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos (VELHO, 1999).

Nesse sentido, é preciso analisar as diferenças internas em um mesmo segmento social – na pesquisa em questão dos entrevistados pertencentes à classe popular e classe média baixa – para pensar as formas de reprodução ou não de determinados padrões relacionado à origem social.

Ter em conta tal diversidade favorece a proposição de políticas e ações mais adequadas a esses segmentos, por levarem em conta os projetos concretos e as dificuldades específicas de cada subgrupo envolvido, além de permitir uma compreensão mais precisa do fenômeno das juventudes (AVELAR, 2013, p.12).

A experiência de mobilidade social ou descenso introduz variáveis significativas na experiência existencial, seja de pessoas oriundas da classe trabalhadora ou da classe média, que são forçosamente diferentes de uma situação de estabilidade e permanência (VELHO, 2012).

Por outro lado, o contato com outros grupos e círculos pode afetar vigorosamente a visão de mundo e estilo de vida de indivíduos situados em uma classe socioeconômica particular, estabelecendo diferenças internas. A interação com redes de relação mais amplas e diversificadas afeta o desempenho dos papéis sociais (VELHO, 2012, p. 20).

Para o autor, a socialização – redes de relação – ao longo do curso de vida de uma pessoa, num processo contínuo e com a função de ligar vários tipos de experiências, pode interferir no determinismo de classe.

Pimenta (2007), referenciando o trabalho de Pais, explica que as trajetórias percorridas pelos jovens atualmente seriam muito mais variadas do que aquelas vividas por seus pais.

Na década de 1960, uma das metáforas utilizadas para descrevê-las eram as viagens de trem: ao iniciarem a educação compulsória, os jovens embarcariam em um comboio, **cujo destino era determinado por fatores tais como a classe social, o gênero e o nível educacional atingido. Os destinos possíveis também eram limitados e, uma vez iniciada a viagem, era difícil mudar de trem e seguir noutra direção.** A partir da década de 1980, entretanto, as trajetórias passariam a ser descritas como viagens de automóvel, em que cabe ao motorista escolher o caminho a seguir. Enquanto os percursos de trem são determinados pelos trilhos, o motorista dispõe de um número muito mais amplo de alternativas. Além disso, ainda vai se deparar com muitos cruzamentos, desvios, estradas ruins ou congestionadas, o que pode levá-lo a optar por outro caminho, ou ainda, retornar o ponto de partida, aguardando uma oportunidade melhor para seguir viagem. Diferentemente dos passageiros do trem, cujo destino é pré-determinado, **os motoristas autônomos podem iniciar a viagem com um objetivo em mente e acabarem chegando a um local totalmente inesperado.** É nesse sentido que Pais se refere às trajetórias de transição dos jovens contemporâneos como *trajetórias labirínticas*. [...] Para além de se terem reforçado os processos de singularização biográfica, **as transformações no mercado de trabalho (flexibilização e precarização) e nas estruturas familiares (pluralização das formas de organização familiar) enfraqueceram as referências culturais que serviam de fio condutor biográfico às trajetórias individuais.** Esse fato teria pressionado os jovens a fazerem um uso 'ativo' de sua agência individual para inventar novos caminhos, criar novos estilos de vida, compor novas identidades, numa multiplicidade de opções – disponíveis ou inventadas (PAIS, 2005 *apud* PIMENTA, 2007, p. 91).

Dessa forma, pode-se dizer que os atores são o que as suas múltiplas experiências sociais fazem deles. São chamados a terem atitudes variadas segundo os contextos em que são levados a evoluir. Longe de ser a unidade mais elementar da sociologia, o ator é a realidade social mais complexa a apreender (LAHIRE, 2002, p.198); daí a necessidade de situá-lo para o entendimento de suas práticas.

### 3.4 Abordagem biográfica

Entre as diferentes formas de trabalho que recorrem ao enfoque qualitativo, situa-se a entrevista na linha da abordagem biográfica.

O método da abordagem biográfica é aquele que permite a observação do mundo social em escala individual, com a consideração das singularidades individuais e a construção sociológica do indivíduo (LAHIRE, 2006, p. 15).

Nas ciências sociais, o método biográfico é entendido como produção controlada de uma narrativa sobre a vida de uma pessoa, através de um sistema teoricamente orientado de procedimentos explícitos de recolha, seleção e análise de um conjunto relevante de informações, com o intuito de observar e compreender certos processos sociais, como

explicam Abrantes, Aníbal e Paliotes (2010, p. 7). Para esses autores, os relatos são produto científico do método biográfico cuja profundidade, relativamente a certos aspectos e contextos da vida, alimenta análises temáticas de aspecto qualitativo, mediante o cruzamento das narrativas de um conjunto de indivíduos.

Os relatos de vida, embora contenham as marcas da experiência vivida, narrada em um plano que se pode considerar mais individual, têm o propósito de fornecer informações e descrições que ajudem a compreender o funcionamento e a dinâmica de um objeto social (FALCÃO, 2014).

A biografia que se “recolhe” no processo de entrevista não é considerada “uma apresentação de si”, mas uma produção de si (BOURDIEU, 1986). Essa é também uma das poucas maneiras de resgatar uma memória coletiva que revela os acontecimentos do ponto de vista dos sujeitos envolvidos na história (PRESS, 1997, p.111).

O conceito de trajetória insere-se no de biografia e corresponde a uma sequência estruturada de sucessos e resultados, de ordem familiar, educacional, laboral, cultural e de perspectivas para o futuro, que situam as escolhas e as ações dos sujeitos, estabelecendo uma relação entre a posição social e as realizações alcançadas (PIMENTA, 2007).

Os itinerários são constituídos pelas realizações acumuladas até o presente e também pelas probabilidades de encaminhamento futuras. As trajetórias de transição são condicionadas tanto por estruturas socioeconômicas e dispositivos institucionais, quanto pelas ações dos sujeitos. **A concepção de transição como processo biográfico reintroduz a noção do sujeito como agente do próprio movimento em direção à vida adulta e abre a possibilidade de analisar as trajetórias num nível microssocial em vez de observar trajetórias diferenciadas segundo coortes ou faixas etárias.** Leva em consideração a interação do jovem com a família, os grupos de referência e os modelos culturais de orientação, saindo do viés estritamente classista para incluir uma dinâmica de negociação com outros atores sociais, não necessariamente pertencentes às relações sociais de origem. [...] 1) Considera o percurso biográfico de uma pessoa até o momento presente (**biografia passada**); 2) o momento vital, que identifica a conjuntura pessoal em um determinado trecho da biografia suscetível de ser avaliado, momento equivalente ao feixe de expectativas e escolhas da pessoa, que podem ser coerentes, irrealis ou mesmo equivocadas (**momento presente**); 3) o itinerário provável, que identifica os possíveis desdobramentos futuros e corresponde, na prática, ao feixe de probabilidades e circunstâncias que levam a pessoa a fazer certas escolhas e opções (**rumo provável**); 4) a **variabilidade de orientações**, ou seja, o conjunto de circunstâncias (positivas ou negativas, favoráveis ou contrárias) que conduzem a modificações significativas nas trajetórias, muitas vezes, fugindo às determinações iniciais (probabilidades de mudança). [...] Desse modo, as transições podem ser **precoces ou tardias, rápidas ou lentas. Tampouco há uma única orientação possível**, uma vez que os percursos podem ser diretos ou truncados, resultar em êxito ou fracasso, e as **emancipações** podem ser de naturezas diversas, por meio **do matrimônio ritual**,

**união consensual, sem implicar a formação de um casal, com ou sem ajuda familiar, em domicílio próprio ou não etc.** (PIMENTA, 2007, p. 84, grifo nosso).

O sistema de transição configura-se em três níveis: o contexto social, histórico e territorial, os processos biográficos e os dispositivos institucionais.

O primeiro nível expressa o contexto sócio-histórico em que ocorre a transição dos jovens para a vida adulta. O segundo nível refere-se às escolhas realizadas fazendo uso da razão e mostra a transição dos jovens como processo biográfico. Desta forma, percebemos que a transição está relacionada também aos fatores sociais, econômicos e institucionais que direcionam as ações dos jovens. E por último, o terceiro nível é o das políticas públicas que atuam ora ampliando, ora diminuindo o número de vagas em instituições de ensino superior e são responsáveis pelo aumento do número de graduados formados e de algumas mudanças no mercado de trabalho (CASAL, 1996).

Para Casal (1996), a transição é uma articulação complexa de processos de formação, inserção profissional e emancipação familiar. Não apenas um processo que leva em consideração a saída da escola e a inserção no mercado de trabalho.

**A transição não é apenas uma passagem da escola para o trabalho**, mas, sim, um processo social complexo que ocorre desde o início da juventude, até a emancipação plena, ou seja, até a obtenção do status de adulto. A transição inclui a formação escolar, às vezes superior, a formação em contextos não formais e informais, as experiências pré-trabalho, a transição profissional plena e os processos de autonomia familiar. A partir dessa perspectiva, então, **a ‘transição’ é definida como um conjunto de acordos e processos de socialização biográfico articulados entre si (articulação complexa)** envolvidos nas vidas das pessoas desde a sua puberdade, e são condutores no sentido de adquirir posições sociais **que lançam o jovem sujeito à realização profissional, familiar e emancipação social** (CASAL, 1996, p. 298, grifo nosso).

Neste sentido, Pimenta (2007) explica que:

O êxito ou o fracasso de uma transição não depende apenas do tipo de ocupação e da qualidade da inserção profissional, mas também do que é entendido por sucesso ou insucesso, das aspirações e expectativas dos jovens sobre seu futuro como adultos e das expectativas dos demais atores sociais que detêm um papel fundamental no processo de socialização. Além disso, também importam os fatores institucionais que regulam o sistema educacional e o mundo do trabalho, assim como as políticas de apoio e os mecanismos institucionais do Estado que possibilitam (ou não) o acesso a bolsas de estudo, estágios, treinamentos, orientações vocacionais, financiamentos etc (PIMENTA, 2007, p.90).

Fatores sociais, econômicos e institucionais interagem com as decisões e escolhas dos jovens. O *campo de possibilidades* do jovem hoje é construído a partir de referências diferenciadas entre si, o mundo externo ora influencia o indivíduo, ora o indivíduo também é um agente de transformação do seu meio. A socialização dos jovens vem ocorrendo através de

diferentes instâncias, não apenas na família, na instituição de ensino, mas também na mídia, no grupo de pares, na experiência profissional, entre outros agentes de socialização que acabam por modificarem a construção do pensamento e o modo de agir no mundo dos atores, com impacto nas suas escolhas.

As trajetórias percorridas pelos jovens, atualmente, são muito mais variadas do que aquelas de outras gerações. A transição é uma articulação complexa de processos de formação, inserção profissional e emancipação familiar que, às vezes, se entrelaçam. A formação e a inserção profissional podem ocorrer de forma concomitante em determinado período, e a emancipação familiar pode ocorrer antes, durante ou após essa dupla jornada de trabalho e estudo para alguns jovens trabalhadores. As experiências profissionais e de formação conferem aos jovens maior autonomia da família e, ao mesmo tempo, os atores são chamados a tomarem decisões cruciais, com impacto direto em seu futuro. O contexto permeado pelas incertezas nas escolhas revela, na realidade, o desamparo e o enfraquecimento das instituições que anteriormente serviam de fio condutor das trajetórias dos jovens, assim como a precarização e flexibilização do mundo do trabalho.

Nesse cenário, o êxito ou fracasso de uma trajetória de transição depende da satisfação do sujeito com sua conquista profissional, formação, emancipação plena ou parcial da família de origem e da sua capacidade de exercer a cidadania através de atitudes responsáveis, assim como da aprovação ou não de seus atos pelo meio social em que está inserido.

### **3.5 Caracterização geral dos entrevistados**

Com idades entre 27 e 38 anos, os entrevistados estudaram em colégio público e formaram-se no ensino médio sob diferentes modalidades oferecidas no sistema de ensino: educação de jovens e adultos (supletivo, no período noturno); formação de professores e formação geral.

Para seis dos dez entrevistados, a concomitância entre escola e trabalho iniciou-se no ensino médio. Alguns dos entrevistados decidiram mudar de turno ou cursar o ensino médio de forma concomitante ao trabalho em tempo parcial, como uma maneira de buscar no trabalho um meio de obtenção de recursos financeiros para o custeio de suas despesas e/ou a ajuda a sua família.

Uma vez que o trabalho representa uma busca por autonomia ou, equivalentemente, o sujeito que trabalha passa a ser um provedor de recursos, é possível afirmar que o trabalhador-

estudante deixa de ser um dependente de recursos da família. A escolha do curso de graduação estará, portanto, geralmente voltada aos seus interesses por uma profissão.

Como Teresópolis só possui como curso público de graduação a cadeira de Turismo, pela UERJ, se houver interesse por outra área a alternativa será o ensino superior privado, custeado pelo aluno, pelo empregador ou por sua família. Dessa forma, a vocação fica em segundo plano para a maioria dos entrevistados e a profissionalização é a palavra de ordem nas escolhas desses jovens.

A valorização social e a garantia de estabilidade ganham destaque quando o assunto é a opção pelo curso. Em um cenário onde os empregos diminuem e a competitividade aumenta, a matrícula no ensino superior pode representar um diferencial na competição por postos de trabalho.

O tempo médio de permanência no curso superior variou de acordo com o curso escolhido. Para quem cursou Bacharelado em Direito, o tempo de permanência foi de cinco anos de graduação; já para os que cursaram Ciências Contábeis, a duração foi de quatro anos, mas, como houve interrupção no curso e reprovação de um dos entrevistados, a média geral foi elevada para 4,5 anos; para as graduadas em Pedagogia e Administração, o curso teve duração de quatro anos.

Interessante ressaltar que, como os salários durante a graduação (menores do que os hoje recebidos pelos entrevistados) foram iguais ou inferiores ao valor da mensalidade, eles praticamente serviram para cobrir essa despesa, demandando os apoios recebidos – de suma importância nas trajetórias dos sujeitos.

No cenário contemporâneo em que a oferta de empregos torna-se escassa, e a demanda por escolarização prolongada aumenta, aqueles que permanecem inseridos no mercado de trabalho precisam, continuamente, expandir e reciclar seus conhecimentos, ou seja, a sociedade, permeada por novas tecnologias da informação e comunicação, exige de seus trabalhadores conhecimentos atualizados, para um melhor exercício profissional – exigência das empresas que concede aos mais esforçados melhores cargos e prestígio social.

A individualização na modernidade tardia é impulsionada pelo mercado de trabalho e se manifesta na aquisição, oferta e aplicação de uma variedade de competências e habilidades. **Por meio da educação continuada, os sujeitos adquirem um conjunto de credenciais, levando a oportunidades de carreira cada vez mais individualizadas.** É preciso não esquecer que a educação é também um processo seletivo, pois implica testes e provas individuais e depende, em grande medida, das próprias expectativas e aspirações particulares de ascensão social. Uma vez adentrando o mercado de trabalho, as pessoas tornam-se sujeitas à mobilidade ocupacional, trocando múltiplas vezes de local de trabalho. [...] A extrema competitividade do mercado, manifesta na rapidez com que vagas são abertas e fechadas e profissionais são substituídos, **compele os indivíduos a se destacarem,**

**buscando acumular novas especializações e experiências no sentido de tornar seu trabalho e suas qualidades únicos e mais interessantes** (PIMENTA, 2007, p.105 - grifo nosso).

Entretanto, uma vez que a vida profissional e o processo de escolarização são apenas uma parte da vida dos jovens que trabalham e estudam concomitantemente, a vida familiar deve ser analisada conjuntamente no contexto da rotina dos jovens.

O acolhimento familiar durante a trajetória é fundamental para o trabalhador aluno, uma vez que nem sempre ele necessita do apoio financeiro, por estar inserido no mercado de trabalho. Já foi realizada, portanto, uma importante transição: a de pessoa dependente dos recursos financeiros familiares para pessoa independente desses recursos, podendo, muitas vezes, acontecer o inverso: ser este jovem mais uma fonte de renda na família.

Como explica Pimenta (2007, p.104), “ao se tornarem agentes de sua própria subsistência, exige-se dos indivíduos a capacidade de planejar em longo prazo e adaptar-se a mudanças, organizar, improvisar, reconhecer obstáculos, aceitar derrotas e tentar começar de novo”.

Assim, pode-se considerar que a autonomia financeira, no contexto do jovem proveniente de família com poucos recursos necessários a uma escolarização mais prolongada, é a alavanca propulsora que o conduz ao ensino superior privado e noturno. Em consequência, ele é cada vez mais responsabilizado pela própria biografia, no sentido de, crescentemente, ser chamados a tomar decisões cruciais acerca de sua educação, carreira profissional, emprego, entre outras.

Nesse cenário, a trajetória de escolarização e trabalho para o jovem trabalhador será diferente da trajetória de escolarização de seus pais, e suas escolhas relativas ao futuro profissional dependerão muito mais dele mesmo, da organização da rotina e da perseverança perante as dificuldades do que dos recursos financeiros proporcionados pelos pais.

A seguir, o quadro geral do perfil dos entrevistados, com o fim de conhecer informações relevantes sobre a vida deles, de modo a compreender como fatos pontuais compõem relações com o percurso biográfico. Na sequência, a trajetória acadêmica, que se deu concomitante ou continuamente aos fatos descritos, como por exemplo a constituição de nova família, com ou sem casamento formalizado.

O estado civil, com quem vive, a ocupação profissional, a formação, a renda, a idade de inserção no mercado de trabalho, a escolaridade dos pais são informações que caracterizam os agentes pesquisados e auxiliam na compreensão das suas trajetórias, escolhas e visão de mundo.

Quadro 6 - Breve síntese do perfil dos entrevistados

No.	Breve síntese do perfil dos entrevistados	Ocupação	Renda pessoal em reais	Formação (anos)	Idade de inserção no M.T	Escolaridade dos pais
1	Pâmela, 27 anos, parda <sup>24</sup> , solteira, mora sozinha.	Escrevente	1.100,00	Graduação em Direito (5 anos)	17 anos	Ensino Médio completo
2	Melissa, 29 anos, branca, solteira, mora com os pais, uma irmã e o namorado.	Escrevente Substituta e Juíza de Paz	2.800,00	Graduação em Direito (5 anos)	18 anos	Ensino Médio completo
3	Joice, 30 anos, parda, solteira, mora com os pais.	Escrevente	1.100,00	Graduação em Direito (5 anos)	16 anos	Ensino Fundamental incompleto (pai) Ensino Fundamental (mãe)
4	Eliel, 30 anos, branco, casado, mora com a esposa, dois filhos e um enteado.	Contador/ Sócio	14.000,00	Graduação em Ciências Contábeis (4 anos)	17 anos	Ensino Médio Completo
5	Márcia, 31 anos, branca, em união estável, mora com seu companheiro e uma enteada.	Substituta do tabelião e escrevente	-	Graduação em Direito (5 anos)	18 anos	Ensino Fundamental Completo
6	Vitória, 31 anos, branca, casada, tem um filho, mora com o ele e o esposo.	Professora	2.100,00	Pedagogia (4 anos)	15 anos	Ensino superior incompleto (mãe) Ensino Fundamental incompleto (pai)
7	Carolina, 32 anos, branca, casada, tem um filho, mora com ele e o esposo.	Sócia de uma papelaria	1.500,00	Pedagogia (4 anos)	17 anos	Ensino Médio (pai) Ensino Médio incompleto (mãe)
8	Marcos, 33 anos, branco, casado, mora com a esposa.	Contador/ Sócio	12.000,00	Graduação em Ciências Contábeis (4, 5 anos)	13 anos	Ensino Fundamental incompleto
9	Ester, parda, 35 anos, divorciada, tem um filho e mora com ele.	Supervisora de Recursos Humanos	2.750,00	Graduação em Administração de empresas (4 anos)	18 anos	Ensino Médio (pai) Ensino Fundamental incompleto (mãe)
10	Kátia, 38 anos, branca, divorciada, mora com seus pais.	Substituta do oficial de registro de imóveis	2.000,58	Graduação em Direito (5 anos)	17 anos	Ensino Fundamental incompleto

<sup>24</sup>IBGE (2008). Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE. [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas\\_raciais/notas\\_tecnicas.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf).

A trajetória escolar demonstra um predomínio da escola pública no Ensino Fundamental e médio e do ensino diurno em detrimento do noturno. O ensino noturno passa a ser uma realidade a partir do Ensino Médio para alguns dos entrevistados que começaram a trabalhar antes do término desse nível de ensino.

Quadro 7 – Trajetória de Escolarização dos Entrevistados

<i>N.</i>	<i>Nome, Idade Tempo de formado</i>	<i>Ensino Funda-mental</i>	<i>Ensino Médio</i>	<i>Graduação Em anos</i>	<i>Pós-Graduação</i>
1	Pâmela, 27 anos, formada há 5 anos	Escola Pública	Ensino médio: Educação de jovens e adultos rede pública, (após reprovação no primeiro ano, em colégio particular). Total: 2,5 anos.	Graduação em Direito (5 anos)	-
2	Melissa, 29 anos, formada há 5 anos	Escola Pública	Ensino Médio formação geral - 3 anos	Graduação em Direito (5 anos)	-
3	Joice, 30 anos, formada há 3 anos	Escola Pública	Ensino Médio formação geral - 3 anos	Graduação em Direito (5 anos)	-
4	Eliel, 30 anos , formado há 6 anos	Escola Pública	Ensino Médio formação geral (noturno a partir do terceiro ano) - 3 anos	Graduação em Ciências Contábeis 4 anos	Pós- Graduação em Processo Civil
5	Márcia, 31 anos, formada há 6 anos	Escola Pública	Ensino Médio formação geral - 3 anos	Graduação em Direito (5 anos)	-
6	Vitória, 31 anos, Formada há 7 anos	Escola Pública	Ensino Médio formação de professores -3 anos	Pedagogia 4 anos	Pós-Graduação concluída em Arte Educação
7	Carolina, 32 anos, formada há 7 anos	Escola Pública (reprovou na terceira série do E.F.)	Ensino Médio formação de professores - 3 anos	Pedagogia 4 anos	Pós-Graduação concluída em Pedagogia Empresarial
8	Caio, 33 anos, formado há 4 anos	Eliminou disciplinas do segundo segmento do Ensino Fundamental através do provão.	Ensino Médio Educação de Jovens e Adultos (noturno) 1,5 anos	Graduação em Ciências Contábeis 4, 5 anos	-
9	Ester, 35 anos, formada há 12 anos	Escola Pública	Ensino Médio formação de professores - 3 anos	Graduação em Administração de empresas 4 anos	Pós-Graduação em andamento em Gestão de R.H.
10	Kátia, 38 anos, formada há 10 anos	Escola Pública	Ensino Médio formação geral (noturno a partir do segundo ano) - 3 anos	Graduação em Direito (5 anos)	Pós- Graduação em Processo Civil

Quadro 8 - Família de origem, local de moradia e ocupação dos entrevistados

Nome e Idade	CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA DE ORIGEM DOS ENTREVISTADOS			CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO À MORADIA, ESCOLARIDADE ATUAL, TRABALHO E RENDA		
	Mãe	Pai	Irmão/irmã	Local de Moradia em Teresópolis	Trabalho/Ocupação/escolaridade	Renda/Reais
Pâmela, 27 anos	Nasceu em Teresópolis. Ensino médio completo, aposentada. Trabalhou no INSS.	Nasceu em Teresópolis. Ensino médio completo, é corretor de imóveis.	-	Mora sozinha em um apartamento alugado no centro de Teresópolis.	Escrevente em um cartório. Ensino superior completo.	1.100,00
Melissa, 29 anos	Nasceu em Teresópolis. Ensino Médio completo, é auxiliar de cartório.	Nasceu em Teresópolis. Ensino médio completo, é pedreiro.	O irmão tem o ensino superior incompleto, a irmã trabalha em um cartório e cursa Bacharel em Direito.	Mora com seus pais, seu namorado e sua irmã em uma casa no Alto, comprada recentemente.	Escrevente substituta e Juíza de Paz. Ensino superior completo.	2.800,00
Joice, 30 anos	Nasceu em Santo Antônio de Pádua. Ensino fundamental completo, era doméstica. Atualmente é aposentada.	Nasceu Conceição da Boa Vista, Minas Gerais. Estudou até a quarta série. Era jardineiro, antes da aposentadoria.	Seu irmão cursa Ciências da Computação.	Mora de caseiro com seus pais no Golfe.	Escrevente. Ensino superior completo.	1.100,00
Eliel, 30 anos	Nasceu em Teresópolis. Ensino médio completo.	Nasceu em Teresópolis. Ensino médio completo.	-	Mora com a esposa, dois filhos e um enteado, em Albuquerque.	Contador/sócio Pós-graduado	14.000,00
Márcia, 31 anos	Nasceu em Teresópolis. Ensino fundamental completo, é manicure.	Nasceu em Teresópolis. Ensino fundamental completo, é taxista.	Sua irmã tem o ensino médio completo e trabalha com transporte escolar.	Mora no centro de Teresópolis com seu companheiro e a filha dele.	Substituta do tabelião e escrevente, ensino superior completo.	-
Vitória, 31 anos	Nasceu em Teresópolis, tem o ensino superior incompleto, é secretária.	Nasceu em Cachoeiras de Macacu, estudou até a quarta série.	Sua irmã é professora, pós-graduada.	Mora com seu esposo e seu filho em uma casa própria em condomínio no Bom Retiro.	Professora Pós-graduada.	2.100,00
Carolina, 32 anos	Nasceu em Teresópolis. Ensino médio incompleto, é artesã.	Nasceu em Teresópolis. Ensino médio completo, é sócio de uma papelaria.	Seus dois irmãos possuem o ensino superior completo.	Mora com seu esposo e seu filho em uma casa própria em condomínio no Bom Retiro.	Sócia de uma papelaria Pós-graduada.	1500,00

Caio, 33 anos	Nasceu em Teresópolis. Ensino fundamental incompleto, é Faxineira.	Nasceu em Teresópolis. Ensino fundamental incompleto, trabalha em construção.	Seu irmão possui o ensino médio completo, é técnico instalação de internet.	Mora com a esposa em um apartamento alugado no Centro de Teresópolis.	Sócio de um escritório de Contabilidade. Ensino Superior completo.	12.000,00
Ester, 35 anos	Nasceu no Rio de Janeiro e estudou até a quarta série, é dona de casa.	Nasceu em Santa Maria de Campos, RJ. Ensino médio completo, é policial militar aposentado.	Tem uma irmã e um irmão mais velhos que ela. Ambos possuem o ensino médio completo.	Mora com o filho em casa própria, na Ermitage.	Supervisora de recursos humanos, cursando pós-graduação.	2.750,00
Kátia, 38 anos	Nasceu em Teresópolis. Tem o ensino fundamental incompleto, sempre foi dona de casa. Atualmente é aposentada.	Nasceu em Teresópolis. Possuem o ensino fundamental incompleto. Antes da aposentadoria trabalhava de técnico da Brastemp.	Tem duas irmãs mais velhas: Uma é professora de Educação Física, tem o ensino superior completo. A outra o ensino médio completo, é dona de casa.	Mora com seus pais, em casa própria da família, no Meudon.	Substituta do oficial de registro de imóveis, pós-graduada.	2.000, 58

O quadro 8, permite observar que apenas três dos dez pesquisados moram com os pais, enquanto os sete demais moram em casa própria ou de aluguel, confirmando que o apoio parental diz respeito mais a um acolhimento emocional do que a recurso financeiro. Além disso, destacam-se algumas informações importantes sobre a família de origem e sobre a família de procriação. Por exemplo, se o entrevistado é o mais novo da família, o único a cursar o ensino superior, ou se há outros irmãos/as que também alcançaram este nível de ensino, a profissão dos pais e o local de moradia dos entrevistados. Através do quadro podemos observar também a profissão e escolaridade dos pais dos entrevistados, os dados indicam a predominância de graduados/as oriundos de classes menos favorecidas e em menor proporção graduados de classe média. Uma parte dos pais deixou a escola antes de concluir o nível médio e atuam ou atuavam (os/as aposentados/as) em profissões que não exige muitos anos de estudo: como pedreiro, faxineira, jardineiro, manicure entre outras. Em relação aos seus pais podemos dizer que houve aumento dos anos de escolaridade e mobilidade social para os entrevistados. Cabe ressaltar ainda, que o acesso ao ensino superior possibilitou a permanência e crescimento na hierarquia da empresa para quase todos os entrevistados.

Quadro 9 – Síntese das trajetórias de escolarização e trabalho

Nome e idade	Concomitância Ensino Médio e Trabalho	Concomitância Curso superior + Trabalho	Reprovação ou interrupção	Dificuldades	Facilidades/Apoio	Projetos
Pâmela, 27 anos	Educação de Jovens e Adultos (período noturno) + Trabalho	Graduação em Direito + trabalho	Reprovação no primeiro ano do ensino médio	Até o sétimo período custeava integralmente seu estudo com seu salário.	A partir do 8º período, apoio do cartório no pagamento de 75% das mensalidades do curso. Não tinha que se ausentar do trabalho para fazer estágios e tinha isenção das horas necessárias às audiências do curso. Não era casada e não tinha filho.	Pretende casar e ter filhos, quando achar uma pessoa legal. Pretende realizar uma pós-graduação a distancia, sem sair da cidade.
Melissa, 29 anos	-	Graduação em Direito + Trabalho	-	Poucas horas de sono, estresse, muito trabalho, problemas com transporte, reposição de horas necessárias às audiências do curso de direito.	Financiamento parcial das mensalidades pelo FIES e desconto no UNIFESO. Isenção dos estágios. Estar trabalhando. Apoio psicológico da família e empregadora.	Pretende fazer uma pós-graduação na área de registro civil. Pretende prestar concurso para tabelião de cartório e casar.
Joice, 30 anos	Ensino Médio + Trabalho	Graduação em Direito + Trabalho	-	-	Não tinha que se ausentar do trabalho para fazer estágios e tinha isenção das horas necessárias às audiências do curso.	Pretende passar em um concurso na área de direito, casar e ter dois filhos.
Eliel, 30 anos	Ensino Médio + Trabalho	Ciências Contábeis + Trabalho	Trancamento da matrícula no terceiro período do Curso de Ciências Contábeis	Para custear o curso com o próprio salário. Na saída da casa da mãe, no período da graduação. Atrasos na chegada ao UNIFESO; pouco tempo para o estudo e muito trabalho.	A partir do 4º período apoio do empregador no pagamento das mensalidades do curso. Bolsa de 30% do UNIFESO.	Cursar mais uma pós-graduação em planejamento tributário, continuar trabalhando no ramo de Contabilidade e investir em outro ramo para diversificar.
Márcia, 31 anos	-	Graduação em Direito + Trabalho	-	-	Financiamento das mensalidades pelo FIES. Apoio dos colegas de classe. Não tinha que se ausentar do trabalho para fazer estágios e tinha isenção das horas necessárias às audiências do curso. Tinha os fins de semana livres para estudar.	Talvez, melhorar financeiramente e ter um filho mais tarde.

Vitória, 31 anos	Ensino Médio Formação de Professores + Trabalho	Graduação em Pedagogia + Trabalho		Dificuldade na organização da rotina. Cansaço. Tinha que sair do trabalho apressadamente para conseguir chegar no horário do curso.	Tinha 50% de desconto nas mensalidades do curso de Pedagogia dado pelo UNIFESO e seus pais custeavam o restante das mensalidades.	Pretende continuar na escola em que trabalha e ter mais um filho.
Carolina, 32 anos	Ensino Médio Formação de Professores + Estágio	Graduação em Pedagogia + Trabalho	Reprovação na terceira série do ensino fundamental	Era casada e não morava com seus pais. Exercer os papéis de esposa, trabalhadora e estudante foi muito complicado. Morava longe do UNIFESO e custeava metade do curso com seu próprio salário.	Tinha 50% de desconto nas mensalidades do curso de pedagogia dado pelo UNIFESO.	Pretende que seu empreendimento no ramo de papelaria de certo, melhorar a renda e que seu filho cresça saudável.
Caio, 33 anos	Educação de Jovens e Adultos (período noturno) + Trabalho	Ciências Contábeis + Trabalho	Reprovação no primeiro período do Curso de Ciências Contábeis	Para custear o curso; falta de tempo para o estudo; falta de pré-requisitos escolares necessários ao curso de Contabilidade; Relacionada à saída da casa dos pais no período da graduação.	Apoio do empregador no pagamento das mensalidades após o quinto período.	Comprar uma casa própria boa, ter filho, viajar e trabalhar um pouco menos.
Ester, 35 anos	-	Administração + Trabalho	-	Não tinha bolsa até o terceiro semestre. Subia a pé para a faculdade (até o 3º período). Ficava o dia inteiro trabalhando em pé. Custeava seu estudo com o próprio salário.	Era jovem, não tinha filhos e morava com seus pais. Conseguiu uma bolsa de 30% da UNIFESO, a partir do quarto semestre.	Continuar trabalhando na área de Administração e realizar cursos na empresa onde trabalha.
Kátia, 38 anos	Ensino Médio + Trabalho	Direito + Trabalho		Custeou com seu trabalho 50% as mensalidades do curso. Faltava renda para comprar outros itens que precisava no seu cotidiano.	Apoio da família no primeiro ano de graduação no pagamento das mensalidades e a partir do terceiro período bolsa de 50% do UNIFESO.	Cuidar dos pais, ajudar na criação dos sobrinhos netos. Continuar morando com seus pais, indo à igreja, passeando.

\* Projeto aqui considerado como a combinação de determinações, influências, expectativas e exigências provenientes de um “campo de possibilidades” a partir do qual os indivíduos tomam suas decisões, fazendo suas escolhas para atingir finalidades específicas (Velho, 1999).

O quadro 9, por sua vez, mostra uma síntese de todo o processo de escolarização concomitante ao trabalho, as dificuldades e facilidades na dupla jornada rumo a conclusão do ensino superior. Deixa claro os desafios enfrentados e, mais que isso, os projetos futuros, numa constatação de que os pesquisados possuem perspectivas concretas a serem atingidas, incluindo dentre elas a continuação dos estudos.

Através da análise dos projetos de vida dos entrevistados percebemos que muitos deles pretendem obter êxito profissionalmente, cursar pós-graduação, em nível de especialização e também formar uma família. A família parece ter um peso significativo nos projetos dos entrevistados.

Em relação ao apoio recebido pelos graduados em Ciências Contábeis podemos dizer que este era compensado, pelo menos em parte, através de uma dedicação maior ao trabalho nos fins de semana e depois do horário de trabalho.

Em relação ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) ressaltamos que depois de formadas as entrevistadas pagam ao governo as mensalidades do curso em parcelas menores divididas pelo dobro do período do curso. Desta forma, concluímos que apesar de muito necessário o apoio, na maioria das vezes, tem um custo a ser pago pelos entrevistados.

A representação gráfica dos principais eventos das trajetórias, consideradas com base no modelo desenvolvido por Mello (2012), objetiva dar ênfase aos principais acontecimentos de cada trajetória, observar melhor o período de vivências simultâneas de diferentes papéis e, partir daí, comparar entre as trajetórias suas particularidades e o que é comum entre elas.



Pâmela, 27 anos



Escrevente, solteira, pele clara, cabelos pretos, lisos e longos, Pâmela é filha única, que não reside mais com seus pais. No dia da entrevista, ela usava uma calça jeans e camisa social branca.

A entrevista foi realizada em seu ambiente de trabalho, numa segunda-feira. Ela é Bacharel em Direito e concluiu o curso faz quatro anos e meio. Ambos os pais têm o Ensino Médio completo; o pai é corretor de imóveis e a mãe era funcionária pública do INSS, estando aposentada há três anos. Os três nasceram em Teresópolis.

Pâmela estudou em escola pública no Ensino Fundamental e, no Ensino Médio, foi para uma escola particular, sendo reprovada no primeiro ano. No ano seguinte, cursou a Educação de Jovens e Adultos e concluiu o Ensino Médio, nessa modalidade, em um ano e meio.

Ingressou no ensino superior ainda com 17 anos. Escolheu cursar Direito: “Cursei direito pelo estímulo da minha mãe, mas logo depois eu me identifiquei com a área”.

Seu primeiro emprego, aos 17 anos, foi em uma loja de roupas femininas no comércio da cidade. Quando ingressou no ensino superior já estava inserida no mercado de trabalho. Permaneceu no emprego até o sétimo período de graduação, quando a loja em que trabalhava demitiu os funcionários para fazer uma recontração. Ela preferiu não ser recontração e buscou emprego no cartório do primeiro ofício da Cidade.

Através do cartório obtive desconto de 50% na mensalidade do curso, e o Tabelião depositava mais 25% em sua conta corrente. Disse que foi muito bom, porque custeava seu curso com o próprio salário. Como, nessa época, já estava no sétimo período de graduação, obtive êxito também na dispensa dos estágios do curso de Direito, porque trabalhava no cartório. Trabalhou ali por cinco anos e hoje está no cartório do terceiro ofício.

Considera que foi tranquila a concomitância entre trabalho e estudo e que não teve dificuldades: “Não tinha filhos, foi tranquilo”.

Seu trabalho de monografia teve correlação com a atividade atual que exerce no cartório do terceiro ofício. Há dois anos, exerce a função de Escrevente neste cartório e, apesar de ainda ser muito jovem, disse que nunca pretendeu advogar: “Sempre quis a área mais burocrática mesmo, fórum ou cartório”.

Sobre a prova da Ordem dos Advogados, relatou: “Aqui no cartório não podemos exercer a advocacia, então, quando fiquei reprovada na OAB, eu não procurei fazer novamente”.

Disse que seu trabalho no cartório é muito importante: “Desafoga o judiciário. União estável, divórcio, separação (não tem briga e filhos menores) resolve tudo aqui no cartório. Além de escritura, procuração, inventário”.

Pâmela considera que a graduação foi útil para a sua qualificação profissional. Sobre o diferencial de ter cursado o ensino superior, explica: “Quem cursa direito sabe como ler um texto melhor, sabe como pesquisar, tem um diferencial. Dá pra ser escrevente sem a faculdade, mas faz diferença ter feito o curso”.

Ela saiu da casa dos pais após terminar o curso de graduação, com 23 anos, para morar junto com seu ex-companheiro, com quem viveu junto por quase dois anos. Quando se separou, apesar de ser filha única, não quis retornar à casa dos pais: “Depois que você sai, fica difícil retornar pra casa dos pais”.

Sua renda atual é de 1.100 reais, mais as comissões, que dependem da procura das pessoas pelos serviços prestados pelo cartório. Ela pretende fazer pós-graduação na área em que trabalha, mas sem sair da cidade, talvez uma pós-graduação a distância.

Nos momentos de lazer, gosta de ir à igreja e ficar com a família. Disse que quando encontrar uma pessoa legal pretende casar e ter filhos.

Melissa, 29 anos



Em uma manhã, entrevistei Melissa, uma jovem solteira, sem filhos, branca, Escrevente Substituta e Juíza de Paz em um cartório. Encontrei-a, numa terça-feira, na praça de alimentação do mesmo shopping em que se localiza o cartório onde trabalha.

Ela tem cabelos castanhos, lisos e longos, usava uma calça jeans e uma blusa rosa no dia da entrevista.

Melissa nasceu e mora em Teresópolis, sempre estudou em escola pública e nunca repetiu de série; considera-se bastante estudiosa. Iniciou sua trajetória profissional como auxiliar de cartório e hoje é Escrevente Substituta e Juíza de Paz. Atribui a obtenção de crescimento na hierarquia da empresa ao diploma de Direito que conquistou com muito esforço, há cinco anos.

Seu pai tem Ensino Médio completo, é pedreiro; sua mãe também tem o Ensino Médio completo e trabalha no mesmo cartório que ela. Sua irmã está no quarto período do curso de Direito e trabalha em um outro cartório, enquanto o irmão possui o ensino superior incompleto, cursava Ciências da Computação. O namorado tem o Ensino Médio completo e trabalha no mesmo cartório.

Relata que comprou uma casa no bairro do Alto, há quatro anos, junto com os pais e o irmão, e auxilia no pagamento do imóvel. Seu namorado também mora na residência.

O emprego no cartório foi o primeiro e único na vida dela. Quando terminou o Ensino Médio, aos 18 anos, uma prima que já trabalhava lá a indicou. Depois de um ano trabalhando no cartório, quis cursar Bacharelado em Direito, mas seu salário era pouco:

Com a rotina do dia-dia, eu escolhi fazer Direito. O cartório não tinha convênio com a faculdade. Eu comecei no primeiro período tentando pagar a faculdade, ficou complicado. Ainda no primeiro semestre, eu fiz um acordo com a faculdade. Juntei todos os comprovantes de renda da minha família, que na época era de dois salários e meio, e consegui 25% de desconto no UNIFESO, pagava mais 25% e o FIES financiava 50%.

O financiamento ocorreu a partir do segundo semestre. No primeiro semestre contraiu uma dívida enorme, pois recebia um salário que não era superior a 300 reais e a mensalidade do curso era muito cara.

A faculdade dividiu pra mim em dez vezes as mensalidades do primeiro semestre, caso contrário não teria conseguido pagar nem o primeiro semestre. Eu não teria condição de continuar sem o FIES. [...] Se eu não tivesse trabalhando, também não

tinha condição. Meus pais tinham mais dois filhos que não trabalhavam, na época. Meu irmão não conseguiu dar continuidade ao curso de informática, no UNIFESO, abandonou no segundo período, porque não conseguia pagar.

Como irmã mais velha, explica que ajudava em casa quando era possível, pois tinha que custear 25% da mensalidade, livros, xerox e passagens de ônibus. Sobre a escolha do curso, relatou que, antes de trabalhar no cartório, queria cursar Contabilidade, mas depois apaixonou-se pela área jurídica. Escolheu o UNIFESO por ser a única opção em Teresópolis e ter de ir para outra cidade seria muito complicado. Na conciliação entre trabalho e estudo, teve algumas dificuldades, principalmente quando tinha que assistir as audiências.

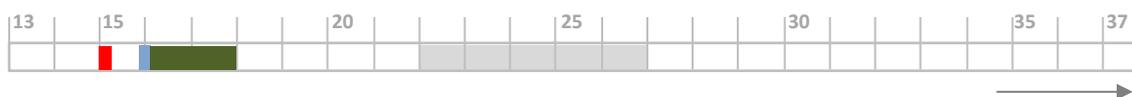
Ela conseguiu superar as dificuldades porque tinha o apoio da empregadora e da sua família: “Olha, muito o exemplo da minha titular aqui do cartório. Porque ela também estudou muito, mas com essa força de vontade conseguiu se estabilizar. Veio de família humilde e me dava muita força”.

Sobre o mercado de trabalho na sua área, explica que é bem concorrido: “Eu acho bem difícil, aqui no cartório mesmo eu recebo currículo de pessoas que já passaram na prova da Ordem e não estão conseguindo trabalho. Estão procurando ser assalariados mesmo”.

Outra conquista que a deixou bastante orgulhosa foi obter êxito na prova da Ordem dos Advogados do Brasil. Disse que se esforçou bastante para conseguir aprovação no exame, fez cursinho preparatório durante três meses e passou na primeira fase da OAB. Antes da segunda fase, uma amiga a emprestou uma apostila e ela estudou sozinha. Tem consciência de que não é fácil abrir um escritório de advocacia, que, em média, demora dois anos para obtenção de resultados financeiros; com isso, sabe que é difícil iniciar na profissão de Advogada pagando as prestações do FIES e da casa nova que comprou com os pais. Atualmente, seu salário é de 2.800 reais, mais um adicional de produtividade, de acordo com o movimento do cartório.

Futuramente, pretende fazer uma pós-graduação na área de registro civil, prestar concurso para Tabelião e casar.

Joice, 30 anos



Joice tem pele clara, é solteira, trabalha em cartório exercendo a função de Escrevente; cursou Bacharelado em Direito e é formada há três anos.

No início da entrevista, notei sua timidez. Assim, ela se apresentou: olhar que me apareceu acanhado, cabelos pretos e lisos com um coque, usava uma calça jeans e uma camisa preta. A entrevista foi realizada em uma segunda-feira, no seu horário de almoço, em uma galeria comercial.

Joice mora com os pais no bairro Golfe, em Teresópolis, em uma casa de caseiro. Seu pai nasceu em Conceição da Boa Vista, Minas Gerais, e sua mãe em Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro. Sua mãe possui o Ensino Fundamental completo, era doméstica. Seu pai estudou até a quarta série, era jardineiro. Os dois são aposentados atualmente. Seu irmão cursa Análise de Sistemas e é casado. Seu namorado é formado em Engenharia de Produção.

Ela começou a estudar com cinco anos e nunca repetiu de série, sempre estudou em escola pública e cursou formação geral no Ensino Médio, no período diurno.

Joice trabalha no cartório, há dez anos: “Não tive muito emprego não, foi no fórum e aqui mesmo”. Já trabalhou em vários setores no cartório. Até uma semana atrás fazia atendimento no balcão. “Dava entrada em todos os tipos de documentos”.

Afirma gostar do trabalho e conseguir aplicar ali muita coisa que aprendeu na graduação, numa confirmação de estar capacitada para a atividade: “Aqui a gente consegue aplicar muita coisa, muitas leis, muitos decretos”.

O interesse em cursar Direito começou aos 16 anos, quando começou a trabalhar no Fórum de Teresópolis, através do PROMAG<sup>25</sup>. Ao fim do estágio, permaneceu no Fórum como voluntária. Posteriormente, conseguiu emprego no cartório, o que lhe possibilitou cursar Bacharelado em Direito.

Não teve muita dificuldade na concomitância entre trabalho e estudo: o cartório a liberava para as audiências e tinha isenção nos estágios, por exercer trabalho no cartório. Atualmente, foi promovida a Escrevente, com salário flexível: “É por merecimento, o salário não tem uma base, é por merecimento, vai melhorando de acordo com desempenho, em média 1.000, 1.200 reais, ele [o empregador] valoriza o desempenho”. Segundo ela, o mercado de

<sup>25</sup> PROMAG é um projeto da prefeitura da cidade de Teresópolis que promove estágios, em tempo parcial, de quatro horas diárias para adolescente que estudam.

trabalho na área de Direito está muito concorrido: “Se você não estiver engajado em um bom escritório fica muito difícil conseguir advogar”.

Nos fins de semana busca ajudar sua mãe, que teve um AVC (anos atrás) e fica com seu namorado:

Antigamente, eu dividia meu tempo estudando. Agora, nos fins de semana, eu tenho que ajudar um pouco em casa, minha mãe se vira, mas essa coisa mais pesada ela não faz: fazer comida, lavar roupa. Divido o tempo entre o namorado, cuidar de casa e tudo mais. Nas férias geralmente eu fico em casa, é muito difícil viajar, fazer alguma coisa. Eu saio muito com meu namorado. [...] Ou eu tô na casa dele, ou a gente faz alguma coisa, cinema, restaurante.

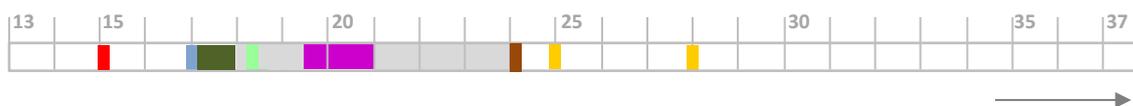
Porque pretende casar-se, está guardando recursos para comprar as coisas do enxoval: “O problema é guardar”. Namora há dois anos e seu casamento está previsto para daqui a dois anos e meio, quando ficar pronto o apartamento que comprou, juntamente com o namorado, pelo “Minha Casa, Minha Vida”.

Pretende também estudar para concurso: “Quando ficar um pouco mais leve aqui no cartório, em relação a trabalho, que é muita coisa, eu pretendo voltar a estudar. Eu tenho vontade de passar em um concurso público na área de Direito mesmo”. Se for aprovada em um concurso, relatou que mudaria até de cidade: “Ah, mas eu mudaria, alguns ficam aqui, conseguem transferência pra cá, tudo pelo salário, tudo pela estabilidade”.

Disse que não tem vontade de exercer a advocacia, pois ficou reprovada por duas questões na prova da OAB e, por enquanto, não quer fazer a prova novamente.

Ser jovem, segundo ela, é “ser uma pessoa feliz, disposta a enfrentar tudo, disposta a encarar tudo e pensar que vai dar certo, que você é capaz”. Seus planos para o futuro são: ser aprovada em um concurso da área de Direito, casar e ter dois filhos.

Eliel, 30 anos



Sócio de um escritório de Contabilidade, Eliel é branco, casado e pareceu-me um pouco tímido. No dia da entrevista usava o uniforme do escritório: uma calça verde escura e camisa social de manga longa, branca. A entrevista foi realizada no trabalho dele, em uma tarde de quinta-feira.

Iniciou seu discurso com a expressão: “Na verdade...”. No decorrer da entrevista, mostrou-se um pouco mais seguro e orgulhoso de sua trajetória.

Eliel mora com a esposa, dois filhos e um enteado, no bairro Albuquerque, em Teresópolis. Sua esposa tem primeiro grau completo, é cabeleireira. Seus pais são autônomos e possuem o Ensino Médio completo, nasceram em Teresópolis. Seu enteado tem o Ensino Médio completo e seus dois filhos cursam o Ensino Fundamental.

Seus pais são separados, ele viveu dos sete até os 11 anos com seu pai e dos 11 aos 18 com sua mãe. Sempre estudou em escola pública. Está formado há seis anos em Ciências Contábeis. Trabalha desde os 17 anos na mesma empresa. No CAMP (círculo de amigos do menino patrulheiro) fez um curso profissionalizante para jovens e, logo no primeiro mês, foi encaminhado para trabalhar no escritório de Contabilidade onde é sócio. Na época, cursava o Ensino Médio no período noturno.

Assim que ingressou, permaneceu por seis meses sem registro em carteira para, depois, ser contratado com registro de um salário mínimo em carteira. Segundo ele, escolheu cursar Contabilidade porque já trabalhava na área.

Como eu entrei no escritório de Contabilidade, nada mais certo do que se investir no que você está trabalhando. Obviamente eu tinha pretensões por gostar de esporte, ser professor de Educação Física, uma área mais voltada pro esporte. Só que, por estar trabalhando aqui dentro, nada mais normal do que a gente escolher a profissão que está trabalhando. E não me arrependo da escolha, não.

Entrou com 18 anos no ensino superior e trancou depois de um ano e meio de curso, quando foi morar junto com sua esposa, como explicou:

Morei até os 18 e pouquinho com minha mãe. Saí de casa, juntei, casei, dei uma trancada na matrícula e voltei. Na época foi mais por privacidade mesmo, por querer amadurecer mesmo, ter mais autonomia para as coisas. Então, esses foram um dos motivos que me fez parar, assumia despesas que eu não tinha até então.

Ele trancou a matrícula porque casou e começou a pagar aluguel e despesas do lar. Retornou no quarto período, mas havia mudado a grade, aí voltou fazendo o terceiro e quarto períodos juntos. Nesse retorno, seu patrão assumiu as despesas com o curso superior, pois, caso contrário, não teria como pagar as mensalidades, seu salário na época era pouco e tinha de cuidar das despesas de sua família. Eliel relatou que o apoio do seu patrão, na época, foi fundamental para conseguir permanecer no curso.

Suas maiores dificuldades para conciliar trabalho e estudo foram financeiras (teve de trancar a matrícula por um ano e meio, quando saiu da casa de sua mãe para morar de aluguel com sua esposa) e relacionadas à carga horária excessiva de trabalho – devido a isso, chegava sempre atrasado às aulas.

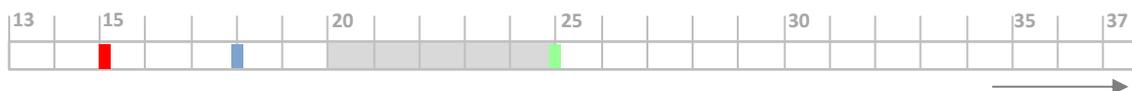
Hoje tem uma renda de aproximadamente 14 mil reais. Entretanto, disse que trabalha muito, em especial na época de declaração de imposto de renda: “Trabalho bastante, varo à noite, não tenho hora pra sair”.

Disse que o curso superior lhe ajudou no trabalho, mas acentua a importância do trabalho: “A minha escola foi aqui dentro da empresa e fiz cursos por fora, como já estava inserido, me ajudou muito”. Explicou ainda: “Fiz pós em gestão financeira e fiz cursos, sempre galgando aprender mais”. Quando perguntei se gostava do seu trabalho, disse que aprendeu a gostar da profissão.

Nos momentos de lazer, gosta de passear com a família. “Passeio bastante, o meu filho mais novo está mais espertinho, eu não consigo tirar férias com eles, geralmente tiro uma semana”.

Planeja “investir em outro ramo para diversificar, mas vou estar sempre aqui”. Pretende também fazer pós-graduação em planejamento tributário.

Márcia, 31 anos



Bacharel em Direito formada há seis anos, Márcia é branca, tem cabelos louros e lisos até o pescoço e voz firme. No cartório é Substituta do Tabelião. A entrevista aconteceu em seu próprio ambiente de trabalho, em uma segunda-feira. No dia da entrevista usava uma calça jeans e camisa social marfim.

Nascida em Teresópolis, mora com seu companheiro, que é professor de Educação Física, e com a enteada no centro da cidade. Disse que não é casada, mas que tem uma relação estável.

Seus pais têm Ensino Fundamental completo e nasceram em Teresópolis. Sua mãe é manicure e o pai, taxista. Ela morou com seus pais até os 25 anos.

Sempre estudou em escola pública e seu primeiro emprego ocorreu após terminar o Ensino Médio, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresópolis. Lá trabalhou por dois anos. Nesse período ainda não havia ingressado no ensino superior.

Após essa ocupação, trabalhou seis meses em uma imobiliária, depois no cartório do segundo ofício e atualmente no cartório do terceiro ofício.

Conciliou trabalho e estudo durante toda a graduação, a princípio na imobiliária e depois no cartório.

Ela tinha interesse em estudar Educação Física ou Nutrição, mas na cidade não tinha esses cursos, daí optou por estudar Direito por ser no período noturno e poder conciliar com o trabalho. Contudo, disse que, logo no primeiro período, apaixonou-se pelo curso.

Márcia vem de família de classe média baixa e a única maneira de custear a graduação era através do FIES, senão não teria condição de fazer o curso, a mensalidade do curso era o dobro do salário mínimo. Ela conseguiu o financiamento das mensalidades pelo FIES (70%) ainda no primeiro período. Atualmente, já formada, paga uma parcela mínima do financiamento de 210 reais por mês, que foi dividido pelo dobro do tempo de graduação.

Ela não teve dificuldades na conciliação: “Os colegas me ajudavam muito enviando trabalho por e-mail, tinha os fins de semana, trabalhava de nove às dezoito horas, mas o cartório me liberava para as audiências, tinha isenção das horas do período de estágio”.

Disse também que gosta do trabalho que exerce: “No cartório aqui, eu tive reconhecimento”. É Substituta do Tabelião, cargo de responsabilidade: “Tem que estar no

cartório a todo tempo”. Também é Escrevente, disse que no cartório todo mundo faz de tudo um pouco, que é só um cargo de hierarquia.

Quando perguntei sobre os concursos na área de Direito, relatou: “Na verdade todo mundo cursa Direito pra fazer concurso público, né? Essa é a visão. Depois que você vai vendo que a vida não é assim, que as coisas te levam pra caminhos diferentes”. Não realizou o exame da Ordem: “Nem prestei, deveria até, mas não me dediquei a isso”. Disse que nunca pensou em exercer a advocacia: “Sempre estive nesse âmbito, eu fiquei restrita aqui, nunca pensei em ser Advogada”.

Quando perguntei sobre o mercado de trabalho da sua profissão, explicou que na cidade de Teresópolis é difícil advogar:

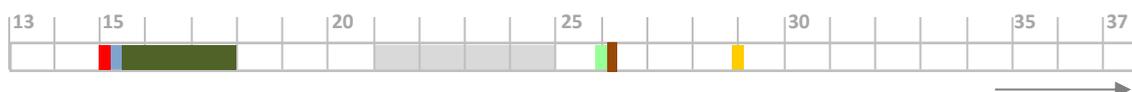
Eu penso que pra quem tá começando deve ser bem difícil, hoje em dia os Advogados que eu trabalho aqui [clientes do cartório] já estão no mercado há muitos anos, eu penso que pra quem tá começando deve ser bem difícil. É difícil ver graduados que estudaram comigo conseguindo alguma coisa, a maioria que se formou comigo, hoje, não trabalha mais aqui. E muitos não trabalham na área. E aqui tem um preconceito muito grande de pessoas novas, geralmente as pessoas procuram os Advogados mais experientes.

O diploma de ensino superior lhe possibilitou exercer o cargo: “Se não tivesse a formação, não estaria no cargo”.

Sobre seu tempo livre, relatou: “Gosto de ir à academia, mas não no momento de lazer, porque meu esposo é professor de Educação Física, gosto de ver tv, viajar nas férias”.

Márcia disse que hoje está satisfeita com as conquistas que já obteve, no futuro pretende “talvez melhorar financeiramente, ter um filho mais tarde”.

Vitória, 31 anos



Professora branca, com cabelos louros lisos, presos, Vitória é dona de um sorriso contagiante e voz firme. A entrevista foi realizada na casa dela, em uma tarde de sábado, ela usava uma bermuda jeans e uma camiseta estampada.

Vitória nasceu e mora em Teresópolis, é casada e mãe de um filho de quase dois anos. Formou-se em Pedagogia há sete anos, trabalha em uma escola particular.

Sua escolarização iniciou-se em escola particular e depois, ainda no Ensino Fundamental (primeiro segmento), foi estudar em escola pública, nunca repetiu de série. Quando ingressou no Ensino Médio, cursou formação de professores, pois pretendia exercer a profissão docente.

Seu esposo tem o ensino superior incompleto, é policial. Seu pai estudou até a quarta série, é aposentado. Sua mãe tem o ensino superior incompleto, é secretária. Seu pai nasceu em Cachoeiras de Macacu e a mãe nasceu em Teresópolis. Sua irmã também é professora, pós-graduada.

Vitória morou com seus pais até os 26 anos, saiu de casa um ano depois de formada em Pedagogia quando se casou. Os pais dela também custearam seu estudo no ensino superior e tinha 50% de desconto nas mensalidades do curso dado pelo UNIFESO.

Ela escolheu cursar Pedagogia porque sempre quis ser professora. Escolheu o UNIFESO por comodidade, por ser perto, pois, quando ingressou na faculdade, já estava empregada, não tinha como ir para outra cidade. Seu primeiro emprego foi na creche de uma prima, aos 15 anos. Conciliou trabalho e estudo desde o Ensino Médio.

Ela apontou o mercado de trabalho como um dos grandes desafios para os jovens:

O grande desafio é o mercado de trabalho, se você não tem experiência você não é aceito e se você não é aceito você não tem experiência. Comecei a vida na escola que era da minha prima, eu não procurei trabalho, o trabalho me procurou, por já ter parentes na área. Eu tive uma oportunidade imediata.

Na graduação relatou que foi muito cansativo realizar as duas atividades:

Você tem que dar conta de pesquisa, de trabalho que você tem que fazer, é bem complicado. Não é qualquer pessoa que aguenta, é muito puxado. Eu trabalhava em creche oito horas por dia. Era bem cansativo, eu saía correndo de um para o outro, é bem puxado. [...] Você trabalhar o dia inteiro e encarar uma sala de aula de noite não é fácil. Mas cheguei até aqui, valeu apena.

Vitória e o marido tiveram ajuda de suas famílias para comprar sua residência atual e apoio com relação ao casamento:

Foi tudo muito tranquilo, porque a gente teve apoio, a gente deve ajuda de todo mundo, e quando você tem a família junto apoiando a decisão, se torna uma transição tranquila. Não queria ficar no aluguel. Ficamos dois anos esperando uma casa pra comprar. Mas valeu a esperar, porque agora eu moro no que é meu. Hoje a casa vale três vezes mais do que a gente pagou. A casa está quase quitada.

Vitória trabalha há três anos em um colégio particular. Exercia a profissão de professora em duas escolas, depois que o filho nasceu ficou só em um emprego (à tarde). Fez pós-graduação em Arte e Educação, trabalhava com educação artística três vezes na semana, no período da manhã, antes de o filho nascer – fato que mudou: “Não pretendo voltar a trabalhar de manhã, de manhã minha profissão é mãe”. Trabalha apenas à tarde e tem um salário de aproximadamente 2.100 reais. Sobre a divisão dos gastos na casa, disse: “Tudo é de todo mundo: as despesas e o lucro são do casal”.

Sobre sua profissão dentro do mercado de trabalho, relatou: “É muito desvalorizado, a escola hoje parece depósito. Muito desvalorizado pela sociedade de uma maneira geral. Eles acham que você tem que dar conta de tudo: ensinar, educar, mas alguns princípios precisam vir de casa. Escola virou, infelizmente, um depósito”.

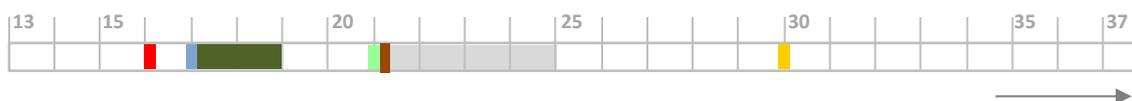
Entretanto, explicou que, mesmo sendo seu trabalho cansativo e desafiador, ela gosta muito do que faz: “É muito gratificante, sempre gostei; sou apaixonada pelo que faço”.

Nos momentos de lazer gosta de passear com o filho, vai para a casa de amigos da família, “dar umas voltas por aí”. Com relação a férias, tornou-se difícil conciliar as férias dela com as do marido: “Quando a gente pode a gente viaja, nas minhas férias a cidade está mais cheia, é mais difícil meu marido tirar férias nessa época”.

Além de pretender continuar na escola em que trabalha, ela planeja ter mais um filho. Seus planos para o futuro são:

Quero continuar estudando, quero fazer concurso público para a área de educação, penso um pouco nisso. É, tentaria... Não sei. Penso um pouco nisso, não sei se eu quero ir pra uma escola pública. Tem a questão do meu filho, eu, estando em uma escola particular, ele tem bolsa, isso tudo é muito favorável pra mim. [...] Por enquanto, eu pretendo continuar lá, pro meu filho ter o estudo dele lá.

Carolina, 32 anos



Sócia de uma papelaria e graduada em Pedagogia, há sete anos, Carolina está casada há onze anos e tem um filho de dois anos; é branca, seus cabelos são castanhos claros e lisos estavam presos no dia da entrevista, falava com uma voz suave e simpática. Ela estava vestida com uma calça cinza e uma camiseta estampada. A entrevista foi realizada na casa dela, em uma tarde de sábado.

Carolina e seus pais nasceram e moram em Teresópolis. Seu pai tem o Ensino Médio completo e é seu sócio na papelaria; sua mãe tem Ensino Médio incompleto e é artesã. Tem dois irmãos com ensino superior completo. Seu esposo é graduado em Administração de Empresas, também trabalhou e estudou durante o ensino superior; atualmente, trabalha como autônomo, de Técnico em Informática.

Ela começou a estudar com quatro anos no Sesc da cidade. Posteriormente, a partir da alfabetização, estudou em escola pública. Repetiu a terceira série do Ensino Fundamental e sempre teve um pouco de dificuldades na escola, na área de Exatas. Quando ingressou no Ensino Médio, cursou formação de professores, pois tinha vontade de seguir a profissão docente; concluiu o Ensino Médio com 19 anos.

Depois de alguns anos sem estudar, já casada, iniciou a faculdade de Pedagogia. Na época tinha 21 anos, e seu esposo estava terminado o curso de Administração. “Eu sempre quis ser professora, já tinha optado pelo normal e tudo. Então a Pedagogia veio para complementar uma formação que eu já tinha. Até mesmo para se especializar e abrir melhor o campo”.

Ela disse que foi bem difícil conciliar trabalho, estudo e família: “Muito, muito difícil, sempre é, mesmo porque eu já era casada, não morava mais com os meus pais. Então, era casa, comida, roupa, tudo mais, marido e a faculdade, então é sempre muito difícil”.

Explicou também ser essa a realidade da maioria dos alunos do curso de Pedagogia:

A realidade da Pedagogia em si é muita gente que já é casada. A maioria no curso já era casada, tinha alguns solteiros e tudo, mas a maior parte já é casada, já tem filho, já tem todo um processo, então todo mundo, a maioria assim, a gente observa que enfrenta esse problema no período da faculdade.

No período de graduação, teve bolsa de 50% para cursar Pedagogia e custeava com sua própria renda o restante da mensalidade do curso.

Seu primeiro emprego, de carteira assinada, foi quando ainda cursava o Ensino Médio, o primeiro ano, na época com 16 anos. Foi contratada pelo SESC como auxiliar de professora, pelo período de um ano. Com 18 anos, começou a trabalhar em uma loja de roupa infantil onde foi vendedora por dois anos. Depois, trabalhou numa imobiliária, quando entrou no UNIFESO conciliava o trabalho da imobiliária com sua graduação. Já quase terminando o seu curso de graduação, foi trabalhar em outra empresa como assessora de cobrança e, depois, em um orquidário. Ela relatou que no orquidário teve a oportunidade de cursar uma pós-graduação em Pedagogia Empresarial. Concluiu sua pós-graduação faz um ano e meio. Ela custeava 50% da pós-graduação e a empresa pagava o restante.

Sobre a saída da casa dos pais explicou que, quando se casou, foi morar em uma casa que o pai a emprestou. Só depois de alguns anos ela e o marido compraram a casa em que moram atualmente, pelo “Minha Casa, Minha Vida”, com a divisão das prestações em 30 anos; pagam 450 reais por mês de financiamento da residência.

Disse também, que havia planejado engravidar do seu primeiro e único filho quando estava no último período de graduação, em 2007. Mas, devido a um problema que tinha, só engravidou seis anos depois. Não pretende ter outros filhos.

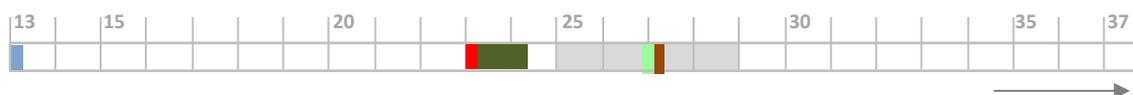
Sobre a renda da família, relatou que ela e o esposo dividem todos os gastos. O casal tem uma renda de aproximadamente 2.000 reais.

Nos momentos de lazer, Carolina gosta de ir ao cinema, passear na ferinha do Alto, disse que não tem muita coisa para fazer na cidade. Nas férias, ela, seu filho e seu esposo vão para a Região dos Lagos, onde mora a mãe do marido.

Seus planos para o futuro são:

Se Deus quiser, que a papelaria dê muito certo, né? Que a gente tá no início, tá tudo ainda muito no início, mais investimentos do que ganho. Mas que a papelaria dê certo, que, assim, que a gente melhore de renda, é lógico. E meu filho, que ele cresça bem, esperto inteligente.

Caio, 33 anos



Em uma manhã de sexta-feira, antes de iniciar no trabalho, entrevistei Caio. Ele é branco, sócio de um Escritório de Contabilidade, muito extrovertido e fala bastante. Durante a entrevista ele se mostrou muito à vontade ao compartilhar os fatos que ocorreram em sua vida. Ele usava uma calça verde escuro e camisa social de manga longa branca, uniforme de sua empresa.

Nasceu em Teresópolis, é formado em Ciências Contábeis há quatro anos, casado e ainda não tem filhos. Sua esposa é recepcionista – cursa Administração. Seu irmão tem o Ensino Médio completo, trabalha como técnico de instalação de internet; sua mãe tem o Ensino Fundamental incompleto, é faxineira; seu pai tem Ensino Fundamental incompleto e trabalha em construção.

Caio iniciou o Ensino Fundamental em escola pública, estudou até a quinta série. Posteriormente, saiu da cidade de Teresópolis e foi trabalhar no Rio de Janeiro de faxineiro, em casa de família. Nessa época, sua empregadora disse que ele deveria fazer um curso preparatório para o provão. Ele fez o curso e conseguiu eliminar as disciplinas do segundo segmento do Ensino Fundamental pelo provão, que realizou no Rio de Janeiro. Retornou ao estudo na modalidade Educação de Jovens e Adultos, no período noturno, com 23 anos, em colégio público. Concluiu o Ensino Médio em um ano e meio, na cidade de Teresópolis.

Trabalha desde os treze anos de idade em várias funções: lavoura, casa de família, faxina, obra, jardim, segurança de shopping, estacionamento de carro, *motoboy*.

Atualmente, é sócio de um escritório de Contabilidade, e já passou por vários setores na empresa, antes de ser sócio. “Eu era motoboy, fazia rua, estudava na FESO. Depois trabalhei no arquivo, fiz um pouco do financeiro, depois eu comecei a fazer cálculo de impostos federais”.

Ele disse que passou muitas dificuldades no período de graduação:

Foi muito difícil, eu tinha uma carga de horário muito intensa. Eu chegava no escritório era oito e meia. Até hoje eu não faço meu horário de almoço, meu horário de almoço é em torno de meia hora, quarenta minutos. Eu almoço e volto. Eu tinha que chegar na faculdade quinze para às sete, eu não conseguia. Eu chegava na faculdade sete e meia. [...] Aqui eu tendo oportunidade de crescimento e a FESO meio que segurando meu crescimento, porque eu sabia que só iria ter uma oportunidade melhor aqui se eu tivesse meu diploma. E aquele desespero, chegava no final do período olhava minhas notas e, pô gente! Eu não vou conseguir. Aí eu conseguia uns pontinhos lá na recuperação e aí conseguia passar de período.

No primeiro período de graduação no UNIFESO reprovou em matemática, português e sociologia. No segundo período, começou a puxar matéria do primeiro e segundo.

Comecei a puxar matéria igual um louco. [...] Eu sempre querendo mais, eu sempre querendo aprender. [...] A faculdade pra mim foi uma das piores sensações, porque eu passei muita dificuldade, eu tive que aprender tudo; em casa, devorava o livro, aprender tudo na pancada mesmo.

Caio persistiu firme também porque tinha o incentivo do patrão. Quando ficou reprovado no primeiro período, seu empregador o incentivou: “É assim mesmo, tem que estudar, senão, não tem jeito”. Ele se tornou gerente da empresa onde atualmente é sócio, antes de concluir a graduação, no quarto período do curso de Contabilidade, o que o motivou bastante.

O empregador também custeou os últimos três períodos do seu curso de graduação, pois ele havia saído da casa dos seus pais e tinha muitas despesas com moradia, alimentação e curso superior.

Relatou que teve várias dificuldades no período da graduação: financeiras, relacionadas ao tempo para os estudos, falta de pré-requisitos escolares necessários ao curso de Contabilidade e saída da casa dos pais, quando teve o apoio fundamental do seu empregador.

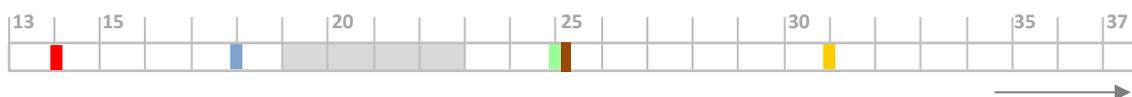
Ganha uma renda em torno de 12 mil reais por mês, administra a empresa em que trabalha e adora levar trabalho para casa, quando não leva sente até falta.

O que eu vivi, o que eu fazia na época, nunca sonhei em ter uma mesa de escritório e trabalhar na frente de um computador. [...] Quando eu peguei uma oportunidade de ter um escritório pra mim trabalhar, de tá com o teclado. Eu nunca pensei, pô, ficar trabalhando com computador, ficar no teclado. Isso pra mim não era trabalho. Então, assim, por eu ter conseguido eu valorizo, mas eu valorizo demais, eu sou viciado no meu trabalho. E isso às vezes, eu sinto que me faz mal, mas eu não consigo me desprender. Quando eu vô para o interior é tranquilo, que a família dela é de lá, [da esposa] aí eu me distraio.

Geralmente, costuma ficar até depois do horário de funcionamento no escritório, até às 22 duas horas, quando sua esposa retorna do UNIFESO; gosta muito do trabalho, apesar da carga horária excessiva.

Seus planos para o futuro são comprar uma casa própria boa, ter filho, viajar e trabalhar um pouco menos.

Ester, 35 anos



Formada em Administração há 12 anos e Supervisora de Recursos Humanos, em uma empresa de ônibus, Ester mostrou-se muito comunicativa. Ela tem pele clara, possui os cabelos pretos lisos e longos e estava usando um vestido longo com cores claras no dia da entrevista.

A entrevista foi realizada em um Centro de Estética, no bairro onde ela mora, em uma tarde de sábado.

Divorciada e com um filho de quatro anos, Ester mora com ele no bairro Ermitage, em Teresópolis. Seu pai nasceu em Santa Maria de Campos-RJ e é policial militar aposentado, tendo estudado até completar o Ensino Médio. Sua mãe nasceu no Rio de Janeiro e estudou até a quarta série, nunca trabalhou fora de casa. Sua irmã tem cinco anos a mais que ela, e seu irmão um ano mais velho. Os dois possuem o Ensino Médio completo.

Ela ingressou na alfabetização com cinco anos, estudou em escola pública, cursou formação de professores durante o Ensino Médio e terminou este ciclo de ensino com 17 anos. Na época, pretendia trabalhar, mas não conseguiu emprego: “Fiquei parada, ninguém aceitava professora menor de idade”.

Quando cursou a graduação disse que era caríssimo entrar na faculdade, não tinha tantos benefícios como hoje. Escolheu cursar Administração por falta de opção. Queria Direito, mas o curso era muito caro. Seu primeiro emprego foi em uma papelaria, quando tinha 18 anos. Trabalhava até sete e trinta da noite. “Fiquei um ano lá, eu queria fazer faculdade, mas o horário não comportava. Como era uma pessoa da minha igreja, a gente tinha, assim, muita amizade, eu optei por sair, e ele me mandou embora”.

Ester pediu demissão do emprego e, posteriormente, conseguiu outro emprego no shopping, em uma loja de roupas, calçados, brinquedos e utensílios para o lar, que acabara de chegar à cidade. Já na entrevista de emprego, explicou que tinha interesse em cursar o ensino superior no período noturno. “Quando eu entrei, falei que queria fazer faculdade”.

Nessa empresa havia a possibilidade de atuar em dois turnos, então ela conseguiu trabalho no período de nove às dezoito horas e no sábado trabalhava no turno da tarde para compensar os dias da semana que não trabalhava nesse turno; saía às dezoito horas do trabalho para chegar às dezenove horas no UNIFESO. Trabalhava também aos domingos, quando estava na escala.

Todo o valor do salário que ganhava era para pagar o curso superior que fazia. Não sobrava dinheiro nem para pagar as passagens de ônibus; por isso, muitas vezes ia para o UNIFESO a pé. Disse também que era cansativo ficar até tarde estudando, em época de prova; facilitou a concomitância o fato de ser jovem e morar na casa dos seus pais. A principal questão que lhe preocupava, apesar do pouco tempo para os estudos, era financeira: “Eu ficava muito preocupada com a questão da bolsa, no terceiro período veio à bolsa”.

Já formada, Ester saiu da Leader (emprego que trabalhou por nove anos) e deixou seu currículo em uma empresa de transporte, para um cargo relacionado à sua área de formação. A empresa ficava bem próxima da sua casa: “Depois de muito tempo me chamaram, na época eu ia trabalhar nas Casas Bahia”.

Ela relatou que ganharia muito mais trabalhando nas Casas Bahia que na empresa:

Na época, o salário era ruim, foi mais por causa do crescimento que optei por sair do comércio. [...] Entrei como auxiliar de escritório, trabalhava na bilhetagem, depois fui para assistente de departamento pessoal, depois fui assistente de recursos humanos, coordenadora de treinamento e hoje eu sou Supervisora de Recursos Humanos.

Atualmente, Ester cursa pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos, aos sábados.

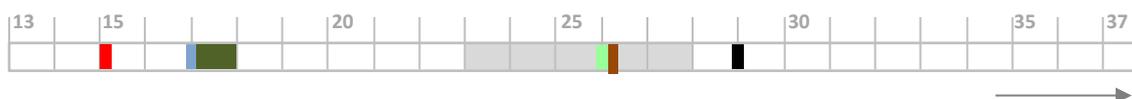
Casou-se aos 25 anos, depois de já ter terminado o curso superior. Foi morar de aluguel com o marido e, depois de um ano e meio, conseguiu comprar um terreno com o dinheiro que recebeu de quando saiu da Leader.

Ela e o marido financiaram o terreno em 30 parcelas e foram construindo, aos poucos, a casa em que hoje mora com o filho.

Nos momentos de lazer, Ester aproveita para ficar com o filho e ir à Igreja. Ela explicou que para o seu filho é uma festa ficar em casa com a mãe. Procura tirar férias em outubro, que é o mês do aniversário do menino. Costumava viajar com o marido no mês de férias, mas no último ano, já divorciada, preferiu não viajar.

Não pretende casar novamente, nem ter outro filho; seus planos para o futuro são continuar trabalhando na área de Administração e realizar cursos na empresa onde trabalha, sobre o ISO 9000, que está sempre atualizando.

Kátia, 38 anos



Branca, divorciada, sem filhos, Kátia é substituta do Oficial de Imóveis no cartório. Sua entrevista decorreu no ambiente de trabalho dela, em uma segunda-feira. Ela usava uma calça jeans e uma camisa social cinza, foi muito simpática durante a entrevista.

Kátia sempre estudou em escola pública e nunca repetiu de série. Quando estava no segundo ano do Ensino Médio, foi estudar à noite, pois queria trabalhar durante o dia. Concluiu o Ensino Médio no período noturno.

Seus pais são aposentados; antes da aposentadoria, o pai trabalhava de técnico da Brastemp, enquanto a mãe sempre cuidou da casa. Ambos possuem o Ensino Fundamental incompleto. Kátia tem duas irmãs mais velhas: uma é professora de Educação Física e a outra é dona de casa. Seu primeiro emprego foi num escritório de advocacia e, depois, como atendente:

Eu comecei com 17 anos. O juizado na época dava uma carta de referência te indicando para o trabalho. [...] Eu fiz um teste lá de datilografia [no escritório de advocacia] e aí comecei a trabalhar, mas meu horário era reduzido. Quando eu OUTRO completei a maioridade que ele me efetivou pra tempo integral. [...] Aí eu trabalhei em escritório, que não tinha carteira assinada, também. Era um escritório de representante comercial de materiais de construção, eu confirmava os pedidos, lá eu trabalhei dois anos e pouco”.

Depois que saiu deste emprego, prestou serviço para uma empresa que vendia lotes na cidade de Teresópolis e ingressou na faculdade. Prestava serviço para a empresa e estudava concomitantemente. “Os vendedores vendiam os lotes e a parte de documentação eu resolvia, documentação de cartório, escritura, Prefeitura”.

Kátia relata ainda que, no período da faculdade, estava sempre vendendo alguma coisa, que foi difícil custear o curso:

No início meus pais pagaram a faculdade, depois eu consegui uma bolsa de 50%. [...] Segundo, terceiro, quarto e quinto eles não precisaram pagar; eu mesmo custeava. Aí eu vendia bombom, lingerie, sanduíche natural, né? Eu estava sempre vendendo alguma coisa. Eu buscava em Friburgo lingerie pra vender. Porque os meus pais, ambos, eram aposentados com um salário mínimo.

Ela conta que, quando entrou na faculdade, não tinha recursos suficientes para pagar as mensalidades, que seus pais ajudaram muito a realizar seu sonho de cursar o ensino superior: “Quando eu entrei na faculdade, eles não deixaram o meu sonho, não deixaram que eu não realizasse meu sonho”. Os pais disseram a ela: “Não, minha filha, você vai fazer e a

gente vai te ajudar como puder”. Relatou que passou dificuldades: “Foram cinco anos de luta, sufoco, a gente teve que deixar de fazer um monte de coisas, teve que deixar de comprar um monte de coisas, mudamos alguns hábitos”.

Ela ingressou no ensino superior cinco anos após concluir o Ensino Médio, tinha vontade de cursar Direito, mas não tinha o curso na cidade. Disse que passou no vestibular para estudar na UCP, em Petrópolis, porém seu pai não permitiu que estudasse em outra cidade. Escolheu o UNIFESO para não ir contra as ideias do pai: “Foi mais porque era aqui na cidade, pra não ter que ir contra o pensamento do meu pai de ir pra outra cidade, eu respeitei a ideia dele e não me arrependo não, eu fiz a faculdade em uma época mais madura da minha vida”.

Quando se formou em 2005, ficou um ano desempregada, mas logo no ano seguinte começou a trabalhar no Instituto de Defesa do Consumidor: “Lá o contrato era por tempo determinado. Eu fiz o contrato de seis meses e renovei pra mais seis. Eu trabalhei lá onze meses, porque depois eu fui chamada pra vir pra cá”. Kátia trabalha no cartório há sete anos.

Casou-se com 26 anos, quando ainda cursava a faculdade, foi morar de aluguel, disse que permaneceu casada por três anos e cada ano morou em um bairro diferente, depois retornou para a casa de seus pais, pois ficou doente. Teve de fazer uma cirurgia e, como o marido não foi compreensivo, preferiu a separação.

Considera que atualmente está bem sem marido. Contudo, se casar novamente, disse que levará o futuro esposo para morar com ela e seus pais. Nos momentos de lazer, gosta de sair com os pais, ajudar na educação do sobrinho-neto e ir à igreja.

Seus planos para o futuro são: continuar ajudando na educação do sobrinho neto, cuidar dos pais e passear com eles.

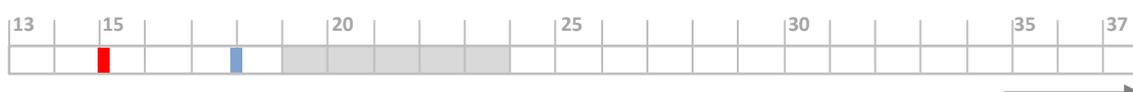
Representação gráfica dos principais eventos de todas as trajetórias consideradas:



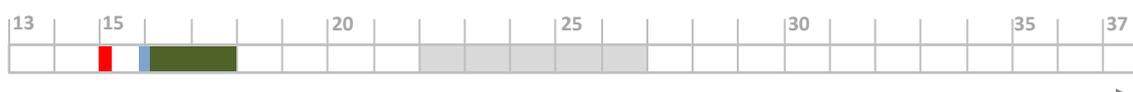
Pâmela, 27 anos



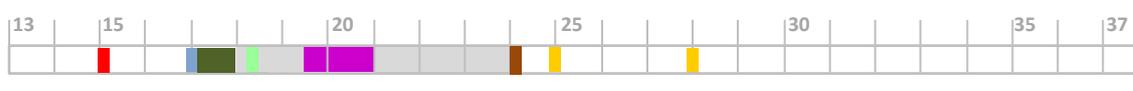
Melissa, 29 anos



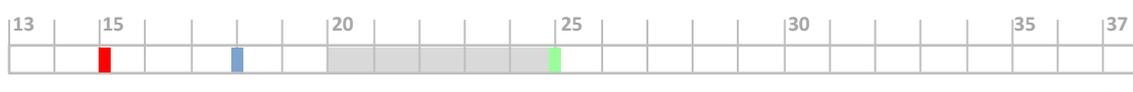
Joice, 30 anos



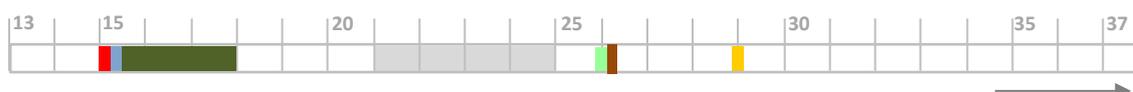
Eliel, 30 anos



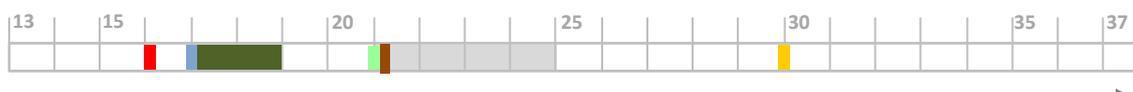
Márcia, 31 anos



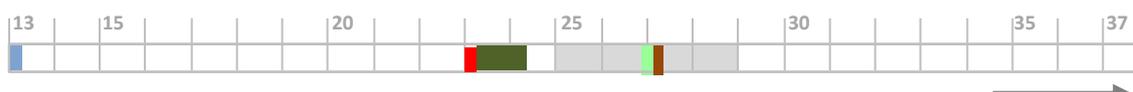
Vitória, 31 anos



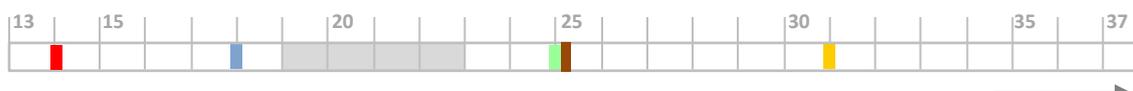
Carolina, 32 anos



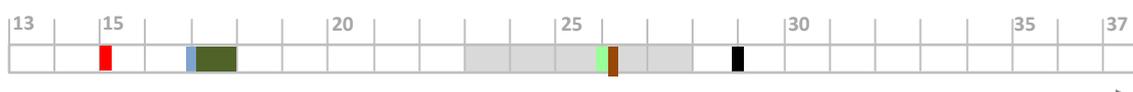
Caio, 33 anos



Ester, 35 anos



Kátia, 38 anos



## CAPÍTULO V - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

### 4.1 Procedimentos de análise das entrevistas

Primeiramente, a pesquisadora procurou ouvir atentamente seu(sua) entrevistado(a) para que, uma vez lhe tendo perguntado um assunto, ele(ela) pudesse falar com tranquilidade e sem pressa sobre o tema em questão. Considerando-se que o roteiro foi apenas semiestruturado, o agrupamento dos relatos foi feito a partir de categorias previamente definidas. Entretanto, outros temas-chave também foram posteriormente acrescentados.

Segundo Minayo (2008, p. 308), a análise de conteúdo permite uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material. Assim, procurou-se conhecer aquilo que está por trás das palavras, buscou-se interpretar o sentido que um indivíduo atribui às mensagens verbais ou simbólicas (TARTUCE, 2007). Inicialmente, foram analisadas as diversas interpretações narradas pelos sujeitos sobre suas trajetórias de escolarização, inserção profissional, arranjo familiar e planos para o futuro.

Em termos operacionais é a análise que toma o sentido explicitado pelo recorte de uma totalidade nas partes que a formam, que são então apreendidas na sequência apresentada em sua naturalidade para, num segundo momento, serem restabelecidas numa nova coordenação. [...] Admite-se que este desfazer de um objeto segundo uma marcha específica, seguido de um refazer em ordem diferente (pois no primeiro momento a ordem é de sucessão e no segundo momento a ordem é de simultaneidade), permite chegar a uma compreensão mais profunda de seu sentido, a uma avaliação mais clara de suas qualidades. (p.92). [...] Não sem razão, a análise dos dados constitui um dos momentos mais difíceis da pesquisa, pois depende da capacidade de integrá-los e dar-lhes significado, partindo da “arte de dividir, a fim de chegar à engenhosidade da construção” (TARTUCE, 1991, p.119).

Desta forma, foi analisado cada caso em profundidade, atentando para como o discurso foi produzido (observação do comportamento do entrevistado durante a entrevista, se o participante se mostrava mais tímido ou mais falante e a vontade), o que ele/ela falou (temas-chave, cerne do discurso) e como abordou esses temas, que campos de significação mobilizou (expressões, tempos verbais, pronomes utilizados). Tartuce (2007) explica ser preciso estar atento para as construções lexicológicas de que o entrevistado lançará mão para responder à primeira questão de abertura – no caso em questão, sobre como foi sua trajetória de escolarização e inserção profissional – e para as construções argumentativas posteriores, usadas para sustentar ou contrariar sua interpretação inicial.

Nesses dois movimentos, deve-se buscar simultaneamente reter os pontos de tensão expressos ao tempo em que o entrevistado formulará seu discurso. Adicionalmente, Tartuce explica que as mensagens emitidas são construídas socialmente e precisam ser ancoradas nas condições reais e concretas nas quais os indivíduos que as emitem estão inseridos. Assim, deve-se buscar relacionar o que será dito àquela pessoa, isto é, a sua posição social, a sua trajetória educacional e ocupacional, as suas características adquiridas, a sua realidade familiar; enfim, a sua experiência vivida. Assim fazendo, será possível observar se há uma linearidade entre perfis e discursos (TARTUCE, 2007).

O recorte temático das entrevistas foi organizado em categorias após sucessivas leituras do conteúdo dos discursos dos graduados/as sobre suas trajetórias de escolarização, ingresso no mercado de trabalho, estrutura doméstica e projetos para o futuro. Posteriormente, foram agrupados alguns temas similares e divididos outros em subtemas. Com isso, o material das entrevistas foi separado em cinco eixos principais: A centralidade do trabalho na vida dos/as graduados/as; A escolha do curso; Dificuldades versus facilidades na concomitância entre trabalho e estudo; Qualificação e Projetos; A família, subtema: Gênero, educação, trabalho e família – todos a serem individualmente descritos.

#### **4.2 A centralidade do trabalho na vida dos/as graduados/as**

Esta categoria foi construída a partir da necessidade de buscar na adolescência e juventude dos graduados a forma como ocorreram a inserção e permanência no mercado de trabalho. No Brasil o trabalho também constrói a juventude, principalmente quando o olhar fica direcionado para o jovem de baixa renda, tornando-o mais ainda significativo (SPOSITO, 1989).

Todos os entrevistados começaram a trabalhar antes de ingressarem no ensino superior, com predominância para as ocupações no setor terciário. Sete dos dez entrevistados começaram a trabalhar antes dos 18 anos de idade e do término do Ensino Médio, sendo um entrevistado antes de concluir o Ensino Fundamental. Três entrevistadas iniciaram aos 18 anos, logo pós concluírem o Ensino Médio. Interessante observar que, mesmo quem começou cedo, como Vitória, considera que a inserção profissional é complicada devido à falta de experiência.

O grande desafio é o mercado de trabalho, se você não tem experiência você não é aceito e se você não é aceito você não tem experiência. Comecei a vida na escola que era da minha prima, eu não procurei trabalho, o trabalho me procurou, por já ter parentes na área, eu tive uma oportunidade imediata (Vitória, 31 anos, formada em Pedagogia há sete anos, Professora em uma escola particular).

Vitória só conseguiu trabalho aos 15 anos de idade, por ter uma prima dona de uma escola que a indicou. Para Ester, apesar de ter cursado formação de professores, assim como Vitória, o primeiro emprego ocorreu de forma diferente e em um momento mais tardio. O primeiro emprego de Ester foi aos 18 anos, em uma papelaria. Quando terminou o curso normal, aos 17 anos, apesar do desejo de trabalhar exercendo a profissão de professora, infelizmente, não conseguiu emprego na área: “Fiquei parada, ninguém aceitava professora menor de idade”.

A experiência de ambas vem comprovar a importância da rede de familiares na busca pelo trabalho. O impacto da qualidade dessa rede pode determinar as escolhas futuras dos jovens, principalmente em contexto de reestruturação do mercado e das relações de trabalho, o que torna a busca juvenil pela adequada inserção uma sorte de fado generalizado e de inquietante duração (GUIMARÃES, 2006 p. 183). “Hoje as pessoas estão muito mais preparadas que antes, hoje a competitividade no mercado de trabalho é um grande desafio para o jovem”, afirma Ester.

Para Joice, o mercado de trabalho é um desafio, mas muitos também não querem trabalhar:

Eu acho que um desafio muito grande é igual... eu vejo, no cartório, o jovem engajar no mercado de trabalho. O mercado de trabalho é um desafio. Aqui a gente procura dar muitas oportunidades, mas muitos não querem. Não aproveitam. Mas o mercado de trabalho é um desafio (Joice, 30 anos, formada em Direito há três anos, Escrevente em um cartório).

Joice ingressou no mercado de trabalho quando tinha 16 anos, na época conciliava o Ensino Médio com o trabalho meio expediente. Começou estagiando no Fórum de Teresópolis, através do PROMAG.

Carolina relata que seu primeiro emprego foi quando ainda cursava o Ensino Médio (formação de professores). Foi contratada pelo SESC como auxiliar de professora pelo período de um ano. Aqui, ela considera o estágio como seu primeiro emprego, pois tinha registro em carteira. “No primeiro ano do normal, eu fiz um estágio com contrato de um ano em carteira. Depois dali, eu iniciei no comércio mesmo, que era a oportunidade que tinha, em loja de roupa infantil”.

Kátia disse que começou aos 17 anos em um escritório de advocacia, na época pediu uma carta de referência no fórum da cidade:

No Ensino Médio, quando eu estava no segundo ano, eu arrumei um emprego em um escritório de advocacia. Então eu fui estudar à noite pra poder trabalhar durante o dia. Foi no meio do ano, aí quando eu voltei para as aulas em agosto, já voltei estudando à noite. Uma pessoa do juizado de menor me indicou para o trabalho. O

juizado na época dava uma carta de referência te indicando para o trabalho. [...] Eu fiz um teste lá de datilografia [no escritório de advocacia] e aí comecei a trabalhar, mas meu horário era reduzido. Quando eu completei a maioridade que ele me efetivou pra tempo integral, aí eu trabalhava o dia todo de nove até dezoito horas, com duas horas de almoço. Eu fiquei lá um ano e oito meses, até eles mudarem o escritório para Rio das Ostras.

Pâmela disse que, apesar de ter ingressado bem jovem no ensino superior, com 17 anos, antes de iniciar já havia conseguido trabalho em uma loja de roupas. “Quando iniciei o curso já trabalhava aqui no comércio da cidade, não tinha como me ausentar, era meu primeiro emprego, trabalhei dois anos lá. Depois fui trabalhar no cartório do 1º ofício”.

Márcia explicou que seu primeiro emprego foi após terminar o Ensino Médio, com 18 anos, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresópolis. “Logo assim que terminei o Ensino Médio, eu fui trabalhar numa entidade de classe, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, trabalhava como auxiliar de escritório lá”.

Caio relatou trabalhar<sup>26</sup> desde os treze anos. Começou na lavoura ajudando o pai e depois foi para o Rio de Janeiro. “Fui trabalhar no Rio de faxina, assim não tive muita oportunidade, trabalhava fazendo lavoura com meu pai. Fui pro Rio trabalhar em casa de família, fiquei lá um ano e pouco”.

Eliel trabalha desde os 17 anos na mesma empresa onde hoje é sócio. Conseguiu seu primeiro emprego através de um curso que inserem jovens no mercado de trabalho e obteve promoções na empresa.

Na verdade, eu fiz um curso aqui chamado CAMP<sup>27</sup>, que é para incentivar os jovens. Logo no primeiro mês que eu estava fazendo curso, surgiu uma oportunidade nesse escritório aqui. Me encaminharam pra cá, tô aqui até hoje. Esse foi meu primeiro emprego, eu estava no Ensino Médio, antes de me formar eu entrei aqui.

O ingresso em curso profissionalizante ou estágio no período da adolescência pode ser crucial para o futuro dos jovens, pois direciona a escolha do curso de graduação. Nessa pesquisa observamos que as experiências pré-trabalho desse tipo foi muito importante e serviu de alicerce às trajetórias profissionais dos entrevistados.

---

<sup>26</sup> Somente um entrevistado (Caio) saiu da cidade de Teresópolis para trabalhar - quando ainda era adolescente - retornou depois de um ano e meio.

<sup>27</sup> Entidade sem fins lucrativos, o Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro, CAMP Teresópolis trabalha preventivamente há mais de 27 anos na cidade, contando com a parceria de diversos empresários. Milhares de jovens já foram beneficiados. Os programas desenvolvidos pelo CAMP auxiliam as empresas no cumprimento da Lei 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem. Com orientação adequada oferecida aos jovens pelo CAMP, as empresas dispõem de mão de obra treinada e eficiente. <http://www.campteresopolis.com.br/>

Melissa disse que, quando terminou o Ensino Médio, uma prima que já trabalhava no cartório a indicou para o trabalho, na época tinha 18 anos. “Eu saí logo do Ensino Médio já fui pro cartório”.

Exceto Eliel e Melissa, todos os demais entrevistados tiveram mais de um emprego. Arnett (2000) explica que, entre os 18 e 29 anos, é comum a rotatividade nos empregos. Os jovens ainda não estão qualificados de acordo com a demanda atual para o mercado de trabalho. Nos relatos de três entrevistados, foi possível perceber que, nessa faixa etária, a rotatividade no mercado de trabalho foi maior.

Carolina começou no SESC como auxiliar de professora; foi vendedora em uma loja; trabalhou em uma imobiliária; trabalhou no setor de cobrança em uma empresa; trabalhou em um orquidário; atualmente é sócia de uma papelaria.

Caio disse que trabalha desde os 13 anos: trabalhou na lavoura, de faxineiro, em obra, de jardineiro, de motorista, estacionando carros; de segurança em um shopping; de *motoboy*; atualmente é sócio de uma empresa de Contabilidade.

Kátia relata que, depois do primeiro emprego em um escritório de advocacia, trabalhou em outro escritório: “Aí eu trabalhei em outro escritório, que não tinha carteira assinada também; era um escritório de representante comercial de materiais de construção, eu confirmava os pedidos. Lá eu trabalhei dois anos e pouco”.

Depois que saiu desse emprego, Kátia prestou serviço para uma empresa de loteamento, quando ingressou na faculdade. “Eu prestava um serviço para uma empresa de loteamento. [...] Os vendedores vendiam os lotes e a parte de documentação eu que resolvia, documentação de cartório, escritura, prefeitura”.

Kátia disse que também trabalhava informalmente vendendo roupa íntima, sanduíche natural e bombom para conseguir pagar as mensalidades do curso.

Vitória começou trabalhando em uma creche; trabalhou ministrando aulas de arte, no segundo segmento do Ensino Fundamental, e atualmente é professora do primeiro segmento do Ensino Fundamental, em uma escola particular.

Márcia começou no sindicato dos trabalhadores rurais; trabalhou em imobiliária, no cartório do segundo ofício e atualmente está no cartório do terceiro ofício, onde é substituta do tabelião e escrevente. Márcia falou (orgulhosa) do cargo que ocupa:

Eu sou Substituta do Tabelião, além disso, eu tenho a função de Escrevente. Tirando o Tabelião, logo após vem a minha posição. O Tabelião administra todo o cartório, quando o Tabelião não está, eu respondo por ele, é um cargo de responsabilidade tem que estar no cartório o todo tempo, eu não posso sair daqui. **Na verdade, é só**

**um cargo hierárquico, só assim de função. Todo mudo faz um pouquinho de tudo.** O salário é melhor, mas eu prefiro não falar.

Pâmela e Joice que trabalham no mesmo cartório que Márcia exercendo a função de escrevente, disseram que o salário delas é em torno de mil ou mil e duzentos reais. Como disse Joice: “É por merecimento, o salário não tem uma base, é por merecimento, vai melhorando de acordo com o desempenho, em média mil, mil e duzentos reais, ele [o empregador] valoriza o desempenho”.

Pâmela foi vendedora em uma loja de roupas; trabalhou no cartório do primeiro ofício; atualmente é Escrevente no mesmo cartório que Márcia.

Joice já trabalha no cartório, há dez anos, como relata: “Não tive muito emprego não, foi no fórum e aqui mesmo”.

Kátia: “Eu comecei como auxiliar de cartório, depois eu fui pra Escrevente; aí, agora, eu sou Substituta do Oficial de cartório, eu sou Substituta do Registro de Imóveis. Na ausência dele, a parte de registro de imóveis eu fico responsável”.

Kátia ganha um salário de dois mil e cinquenta e oito reais, disse ter bastante responsabilidade no cartório. Mas disse também: “Sou apaixonada pelo que eu faço, aqui. Eu falo pro meu empregador, eu sou uma pessoa privilegiada porque eu trabalho naquilo que eu gosto”.

Ester foi atendente em uma papelaria. Saiu da papelaria porque queria cursar a faculdade. “Fiquei um ano lá, eu queria fazer faculdade, mas o horário não comportava. Como era uma pessoa da minha igreja, a gente tinha, assim, muita amizade, eu optei por sair e ele me mandou embora”.

Por nove anos trabalhou em diversas funções na Leader e, há cinco anos, trabalha em outra empresa, na função de auxiliar de escritório, mesmo já formada em Administração. Segundo ela, seu desejo era sair do comércio para ter mais tempo livre nos fins de semana e poder dar mais atenção para sua família.

Na época o salário era ruim, foi mais por causa do crescimento que optei por sair do comércio, pois na época o salário era metade do salário que iria ganhar nas Casas Bahia. Entrei como auxiliar de escritório, trabalhava na bilhetagem, depois fui para assistente de departamento pessoal, depois fui assistente de recursos humanos, coordenadora de treinamento e hoje eu sou Supervisora de Recursos Humanos.

Ester relata que foi uma “escadinha”: aos poucos, foi crescendo na empresa e podendo aproveitar o conhecimento adquirido no curso de Administração. Explicou que, quando cursava Administração e trabalhava na Leader, não tinha como pôr em prática o

conhecimento adquirido, o que “foi uma pena”. Hoje se vê satisfeita com sua trajetória na empresa.

Melissa começou como auxiliar de cartório e hoje é Escrevente Substituta já trabalha no cartório há onze anos. Em 2014, foi nomeada Juíza de Paz. Disse (orgulhosa) que para ser Juíza de Paz precisa ser Bacharel em Direito: “Aumenta a minha renda, mas Juiz de Paz não pode exercer a advocacia, por outro lado tem que ser Bacharel em Direito”.

Eliel, assim como Melissa, aproveitou a oportunidade do primeiro emprego que teve. A princípio, ficaria somente por um mês no escritório, mas lá permanece já faz onze anos:

Apareceu uma vaga de um rapaz que trabalhava de *motoboy*, na época, ele caiu de moto e eu vim pra ficar um mês só no lugar dele. Depois voltaria pro curso do CAMP, quando o rapaz voltasse a trabalhar, ele estava de licença. Acabou que consegui me adequar aqui, eles optaram por ficar comigo também. Aí eu fiquei seis meses pelo CAMP e logo depois me efetivou, aí eu só fui crescendo na empresa. Fui aprendendo muita coisa aqui dentro. [...] Na verdade, eu virei Sócio da empresa, são dois escritórios.

Caio, quando ingressou na empresa onde hoje é sócio, assim como Eliel, começou exercendo a função de *motoboy* e foi crescendo no escritório. Ele disse que todo sucesso e êxito que obteve foi fruto de muito trabalho. “Eu era *motoboy*, fazia rua, estudava na FESO. Depois trabalhei no arquivo, fiz um pouco do financeiro, depois eu comecei a fazer cálculo de impostos federais...”

Quando estava no quarto período da graduação, foi promovido na empresa, tornou-se gerente. Atribui a promoção que obteve ao fato de deixar seu empregador a par de tudo o que acontecia com os clientes. Depois dessa promoção, sua autoestima aumentou também no UNIFESO onde estudava. Sentiu-se mais seguro para continuar o estudo: “Agora eu sou o gerente da [empresa]”. Depois o seu patrão teve a ideia de expandir os negócios, abrir mais um escritório de Contabilidade. Conversou com Caio e Eliel e propôs que os três fossem sócios. O pagamento do novo escritório seria através de muito trabalho. Eles aceitaram o desafio, reformaram a loja para a expansão e gastaram mais de 100 mil reais. Caio disse que seu patrão ficava em pânico. Mas o negócio deu muito certo. Hoje conseguiram dobrar o número de funcionários na empresa, compraram uma moto para o *motoboy* e um carro para a empresa.

Caio relata que nunca pensou em realizar o trabalho que faz, por isso o valoriza muito, dedicando-se até nos fins de semana. Considera que ficou viciado em levar trabalho para casa:

O que eu vivi, o que eu fazia na época, **nunca sonhei em ter uma mesa de escritório e trabalhar na frente de um computador**. Eu trabalhava em obra, eu trabalhava em jardim, eu trabalhei de faxina. Então, pô, eu era *motoboy*. Quando eu peguei uma oportunidade de ter um escritório pra mim trabalhar, de tá com o teclado, eu nunca pensei, pô, ficar trabalhando com computador, ficar no teclado, **isso pra mim não era trabalho**, então assim por eu ter conseguido **eu valorizo, mas eu valorizo demais, eu sou viciado no meu trabalho**. E isso, às vezes, **eu sinto que me faz mal, mas eu não consigo me desprender**. Sexta-feira pra mim é o melhor dia. Eu cato isso aqui tudo, isso aqui já está tudo separadinho. Vou separar isso aqui e levar pra casa, final de semana eu vou trabalhar (risos). Amanhã eu ligo o computador umas três horas da tarde e fico até dez horas da noite na sala trabalhando. Domingo, acordo, aí fico lá, mexo um pouquinho, e vou pro sofá, mexo um pouquinho, saio com a mulher, como alguma coisa, faz alguma coisa e volto e trabalho. Então vou chegar segunda-feira, com meu serviço todo adiantado e começar uma outra semana. Então, assim, **eu amo levar trabalho pra casa**. Minha esposa briga comigo pra mim parar de fazer isso, levar trabalho pra casa. Mas eu amo levar trabalho pra casa. [Fala para a esposa: ‘Mô, tu não entende, porque pra mim é interessante e outra: o que eu conquistei eu tenho que agradecer a isso aqui’]. Então, eu tenho que **valorizar o meu trabalho**. **Às vezes, quando eu não levo eu passo mal**. Gente o que tem pra mim fazer? Não tem nada pra mim fazer, aí vô no Alto e volto. Quando eu vô para o interior é tranquilo, que a família dela é de lá, aí eu me distraio. Mas ficando aqui na Várzea, o que tem pra mim fazer? Não tem nada pra mim fazer, aí eu fico jogado no sofá, entende?

Caio explica o seu atual desafio: “Hoje, eu tô procurando mais a qualidade de vida. É tranquilidade, o que eu não tenho ainda. É poder sair cedo do escritório, não é nem questão do escritório estar muito necessitado”.

Cabe ressaltar que, dos dez entrevistados, apenas dois permaneceram inseridos no mercado de trabalho desde que iniciaram sua inserção profissional na juventude. A rotatividade no mercado de trabalho fez parte de mais da metade das trajetórias analisadas, o que confirma a tese muito destacada por vários autores como Tartuce (2007), Pimenta (2007), Mattos (2011), entre outros, de precarização e flexibilização das relações de trabalho atualmente. Frente ao cenário retratado, o empreendedorismo vem sendo uma solução buscada pelos jovens e adultos com forma de superar a crise econômica e política hoje instaurada no Brasil. Três dos dez entrevistados foram empreendedores. Interessante destacar no discurso desses entrevistados que a extensão do processo de escolarização foi importante para obterem conhecimento sobre a área em que atuam como empresários. Entretanto, foi possível compreender que a trajetória de empreendedor é permeada por muito trabalho e pouco tempo para o lazer.

Quando o “batalhador” – expressão usada por Jessé Souza para se referir ao trabalhador-estudante do ensino privado/noturno – foca muito em seu trabalho, acaba deixando de exercer outros papéis que também são importantes no exercício da cidadania: priorizar a família, o lazer, os amigos. O capitalismo vem propondo uma ascensão social através de muito esforço, muita dedicação ao trabalho.

Como qualquer sistema de dominação eficiente e que pretende se reproduzir no tempo, o capitalismo necessita se legitimar, ou seja, fazer com que as pessoas acreditem no que fazem e que, se possível, se empenhem ao máximo naquilo que fazem. O sucesso do capitalismo não pode sequer ser compreendido sem o trabalho de legitimação prévio no sentido de ganhar a boa vontade, a adesão ativa e o comprometimento de seus participantes (SOUZA, 2012 p. 27).

A definição de Souza corrobora a visão que os participantes adotaram para si, uma vez que o seu empenho de dedicação simultânea ao trabalho e ao estudo em instituição privada mostra uma motivação vinda da crença de êxito profissional (melhores salários, valorização profissional) através da extensão da formação. Destaca-se, portanto, a extensão de horas diárias dedicadas a dupla jornada, perfazendo 12 horas ou mais.

No mundo contemporâneo, o trabalho vem sendo o centro da vida de muitos jovens e adultos, não sem razão, pois é ele viabiliza a independência financeira, a emancipação da família de origem e a constituição de família e descendência. Os resultados desta pesquisa mostram também que o aumento do número de jovens em instituições de ensino fica atrelado à necessidade de manter-se no emprego. Tal situação implica outra: a sociedade capitalista expande o ensino superior pago e, ao mesmo tempo, mantém muitos graduados em profissões de nível secundário (mas qualificados), ou seja, a atuação na profissão para a qual se graduaram torna-se muitas vezes uma utopia e o trabalho na área de graduação uma realidade.

#### 4.3. A escolha do curso

“Estudar à noite não é opção do aluno; é contingência de sua história” (FURLANI, 1998 p. 97). Tal definição ajudou a refletir sobre as motivações apontadas pelos entrevistados na escolha do curso, tendo por base que a necessidade ou a vontade de ser uma unidade produtiva na família os impulsionou para a procura por trabalho precocemente.

Muitos jovens, pela necessidade de dedicação ao trabalho, não possuem outra opção que não seja frequentar o ensino superior noturno. Ser independente economicamente da família permite-lhes arcarem com as despesas que o ensino superior demanda. Despesas que, na maior parte das vezes, não podem ser assumidas por suas famílias. Contudo, foi relatado por uma única entrevistada a opção de trabalhar e estudar, mesmo tendo auxílio financeiro familiar.

Para Furlani (1998, p. 81), as consequências de não se levar em consideração interesses, habilidades e motivações na opção pela carreira são desastrosas não apenas em termos de realização pessoal e profissional, mas também para o conjunto da sociedade para a qual reverterá o produto do seu trabalho. A autora relata ainda que a escolha da profissão está

relacionada ao lugar que ela ocupa, sua representação na sociedade e o prestígio que lhe é associado. As opções podem ser influenciadas por estereótipos sociais ligados ao gênero, ao capital escolar, ao extrato social, entre outros.

Diversos fatores podem influenciar na escolha do curso superior e alguns deles foram relatados pelos entrevistados: vocação antes de iniciar o curso, vocação após definir o curso, profissionalização e influência da família.

A vocação compreende uma escolha de curso baseada em representações que levam em conta a realização pessoal e profissional. A escolha por vocação estava presente nas falas das graduadas em Pedagogia. As duas entrevistadas já haviam cursado formação de professores no Ensino Médio e atuado na área.

Como relata Carolina: “Eu sempre quis ser professora, já tinha optado pelo normal e tudo. Então a Pedagogia veio para complementar uma formação que eu já tinha. Até mesmo para se especializar e abrir melhor o campo”.

Vitória também disse identificar-se com a área: “Sempre gostei, sou apaixonada até hoje pelo que faço, acho que veio de infância, sempre quis ser professora e aí fui ingressando na carreira, gostava e tô até hoje e não pretendo sair”.

Historicamente, o papel da mulher na sociedade foi relacionado ao cuidado e à educação das crianças, esse papel social pode influenciar na escolha da profissão. Nenhuma “escolha” é realizada fora de um contexto social, econômico e cultural.

Kátia interessou-se pelo curso de Direito após sua primeira experiência de trabalho, em um escritório de advocacia; entretanto, na época que terminou o Ensino Médio, não havia ainda o curso na cidade:

Quando eu comecei no meu primeiro emprego, eles plantaram essa sementinha de cursar Direito na minha cabeça. Eu queria fazer Direito, mas não tinha aqui em Teresópolis, tinha que ir para Petrópolis ou Friburgo e, na época, o meu pai não deixou eu ir para outra cidade estudar. Então eu entrei na faculdade na época que eu deveria já estar me formando. Eu comecei a trabalhar com 17 anos em um escritório de advocacia e, na época, **eu tinha o apoio do meu empregador que era um Advogado, ele sempre me apoiou a fazer esse curso.** Eu até fiz vestibular para a UCP, em Petrópolis, passei no vestibular, fiquei toda feliz, mas o meu pai não deixou. Ele achou inviável eu pegar a estrada todo dia, ou morar lá sozinha, então ele não deixou eu fazer. Eu esperei de cinco a seis anos para ingressar na faculdade. O curso [Bacharel em Direito] começou [em Teresópolis] em janeiro de 2000, eu iniciei na segunda turma de agosto de 2000.

Kátia escolheu a UNIFESO para não ir contra as ideias do pai: “Foi mais porque era aqui na cidade, pra não ter que ir contra o pensamento do meu pai de ir pra outra cidade. Eu respeitei a ideia dele e não me arrependo não. Eu fiz a faculdade em uma época mais madura

da minha vida”. Explica, ainda, que realizou o curso porque queria realizar o sonho de terminar o ensino superior: “Eu queria muito realizar o sonho de fazer uma faculdade, de ter o ensino superior. Eu não queria tanto, por esse lado [ser Advogada]”.

Foi comum também no discurso de alguns entrevistados a vocação após iniciar o curso de graduação. Márcia tinha interesse na área de saúde, relata que sua escolha foi por exclusão:

Eu nunca quis fazer Direito, eu tinha vontade de fazer Biologia, depois pensei em fazer Educação Física, Nutrição. Pra poder fazer a faculdade tinha que trabalhar. Aqui na cidade não tinha esses cursos que eu queria, na hora de escolher por exclusão eu escolhi Direito, acabei fazendo. [...] No primeiro período eu já me apaixonei pelo Direito, me identifiquei ali.

Márcia explica que escolheu Direito porque o curso era no turno da noite e podia conciliar com o trabalho durante o dia. A escolha por exclusão da qual se refere está relacionada aos cursos que teria como opção cursar no período noturno e em Teresópolis. Apesar de no início da entrevista dizer que nunca pensou em cursar Direito, que escolheu por exclusão, no decorrer da entrevista disse: “No sindicato eu já tinha algum contato com Direito Previdenciário, isso ajudou porque eu já estava dois anos ali”. Desta forma, a opção pelo curso estava relacionada a sua condição de trabalhadora e as opções de cursos e turnos oferecidos pelo UNIFESO na época. Nesse sentido, a opção pelo curso também estava relacionada ao contexto social e econômico.

Ester escolheu Administração por falta de opção, queria cursar Direito, mas na época o curso era muito caro:

Na verdade, foi meio por falta de opção. Porque eu estava trabalhando já, e decidi fazer a faculdade. Eu queria fazer Direito, era o primeiro ano de Direito em Teresópolis. Só que era muito caro na época, e conseguir bolsa era muito difícil e o salário não comportava fazer a faculdade de Direito. Então eu optei por fazer Administração. Foi meio por falta de opção, mas eu me identifiquei muito com a área.

No discurso de Ester fica claro o desejo de cursar o ensino superior, mesmo que não seja o curso de sua primeira opção. Neste sentido, a “escolha” do curso relaciona-se à possibilidade de custeá-lo ou não, numa confirmação da hipótese de que o trabalho realizado no período diurno viabiliza a sustentação do estudo. Na outra ponta, existe o fato de que, diante das horas trabalhadas no comércio, por exemplo, haverá uma menor dedicação ao estudo.

A escolha do curso pode estar vinculada também às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho. De acordo com essa concepção, a aquisição do conhecimento não é algo importante em si, mas tem um valor instrumental, pois capacita o sujeito a desempenhar determinada tarefa. A procura de satisfação pessoal e a realização profissional são relevantes,

mas ficam condicionadas ao sucesso profissional, relativos a *status* e a ganhos financeiros (FURLANI, 1998, p. 83).

Melissa, a princípio, queria cursar Contabilidade, mas como estava trabalhando no cartório resolveu cursar Direito: “Pela rotina mesmo do cartório, **já é a linha**. Eu queria fazer Contabilidade, totalmente diferente, né? Mas aí eu fui me apaixonando, a gente lida diretamente com a lei, as pessoas e os casos individuais das pessoas”.

Eliel diz gostar de esportes, interessava-se por Educação Física, mas já estava trabalhando no escritório de Contabilidade quando fez a escolha pelo curso:

Como eu entrei no escritório de Contabilidade, **nada mais certo** do que se investir no que você está trabalhando. Obviamente eu tinha pretensões por gostar de esporte, ser professor de Educação Física, uma área mais voltada pro esporte. Só que por tá trabalhando aqui dentro, **nada mais normal** do que a gente escolher a profissão que está trabalhando. E não me arrependo da escolha, não.

Entretanto, quando lhe perguntei se gostava do trabalho, respondeu: “Aprendi a gostar”.

Joice despertou para o curso de Direito quando começou a trabalhar no fórum de Teresópolis e, posteriormente, no cartório.

Caio explica que sem o diploma não teria como crescer na empresa; o empregador exigia o diploma. A condição para ser promovido era cursar Ciências Contábeis. “Eu sabia que só iria ter uma oportunidade melhor aqui no escritório se eu tivesse meu diploma”.

Cursar o ensino superior por “estar trabalhando na área” é visto com naturalidade pelos entrevistados, através de expressões como “nada mais certo”, “nada mais normal”, “já é a linha”. Foi possível verificar nos discursos que a escolha vinculada ao trabalho na área dispensa qualquer outra opção relacionada à vocação. A realização pessoal é importante, entretanto, obter retorno financeiro e valorização social é tido como prioridade na vida dos entrevistados.

Como foi possível verificar pelo discurso de Caio, o objetivo para muitos jovens é obter um diploma para permanecer e crescer na empresa. Ele relata que o sócio, na época seu empregador, tem uma cabeça muito atrasada: “E ele pensa o seguinte: você tem valor pelo teu diploma”.

Levando em consideração as dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho e o contexto de expansão do ensino superior para a classe trabalhadora, pode-se dizer que o curso superior ficou atrelado às necessidades e demandas profissionais, sendo a

“escolha” muito mais voltada para a qualificação profissional, uma formação para o trabalho já conquistado ou almejado do que uma vocação com objetivo de realização pessoal.

Outro aspecto que influencia na escolha da profissão foi o relatado por Pâmela, que escolheu ingressar no curso por influência de familiares, no caso a sua mãe que trabalhou no INSS e a incentivava a cursar Bacharelado em Direito.

Minha mãe é funcionária pública do INSS, sempre me orientou em questão de concurso público, para eu prestar concurso. [...] No início foi o estímulo da minha mãe. Cursei Direito pelo estímulo da minha mãe, mas logo depois eu me identifiquei com a área.

Quando a pessoa recorda o passado reflete sobre suas opções seguidas levando em consideração o contexto biográfico e a pressão familiar (FURLANI, 1998). A mãe a influenciou na escolha do curso, mas Pâmela explica também que já era uma vontade dela, desde pequena, realizar esse curso. Os objetivos, a princípio, eram os concursos públicos. Entretanto, Pâmela trabalha de escrevente em um cartório, não tendo como prioridade, segundo ela, investir em concurso, ou seja, ao longo da carreira as opções se vão desenhando devido às oportunidades e à competitividade no mercado de trabalho. Nem sempre investir em concurso público é uma realidade desejada, mas a qualificação sim.

Com as colocações dos entrevistados, pode-se dizer que existem estereótipos que não se confirmam, como o de uma vocação preexistente estar acima de outros interesses igualmente importantes na vida do cidadão, como bom ambiente de trabalho, relações de hierarquia agradáveis (ser tratado como colaborador e não como empregado), entre outros fatores.

A pesquisa de Furlani (1998) constatou que 77,5% dos trabalhadores-estudantes ingressaram em cursos que, de alguma forma, correspondiam à profissão já exercida, o que indica a qualificação profissional como imprescindível para que os jovens já inseridos no mercado de trabalho permaneçam em seus empregos. Em um cenário de desencontro entre qualificação profissional e exercício da profissão, quem possui trabalho procura aumentar suas possibilidades de manter-se no emprego através de mais anos de escolarização. Nesse sentido, a escolha do curso está relacionada à valorização social no ambiente de trabalho e à possibilidade de exercerem-se cargos de maior hierarquia na empresa ou mesmo de obterem-se qualificações profissionais mais interessantes que capacitem o indivíduo a se tornar empregável evitando, assim, o desemprego.

A escolha do curso também pode estar relacionada a primeira experiência profissional como relatado por sete dos dez entrevistados. As experiências profissionais que se sucedem

na área ou não de atuação indicam que os jovens tendem a se identificar com as experiências profissionais mais marcantes em suas vidas, tornando-as relevantes na escolha do curso.

#### 4.4. Dificuldades versus facilidades na concomitância entre trabalho e estudo

Esta categoria auxilia na reflexão de como foi para os graduados conciliar trabalho e estudo. Muitas foram as dificuldades relatadas pelos graduados durante a conciliação: estresse; cansaço; pouco tempo (para dormir, estudar, divertir-se); dificuldades com os meios de transporte e com o pagamento das mensalidades; conciliação com as tarefas ou despesas domiciliares.

Ester relata que teve muitas dificuldades na época da graduação. O curso era caro, ela trabalhava muito, com uma carga horária de mais de quarenta horas semanais e pouco tempo para o estudo. Além disso, tinha de custear sozinha as mensalidades do curso:

Eu fiz faculdade na época que a faculdade era quase um luxo, à noite. Era cansativo ficava até tarde estudando, em época de prova. Subia a pé para a faculdade. O dinheiro não dava nem para pagar a passagem. A rotina de trabalho da Leader é bem puxadinha, ficava o dia inteiro em pé repondo mercadorias.

Caio explica que sempre priorizou o trabalho. Na época de provas, que coincidia com a época de declaração de impostos de renda, ele dividia sua noite entre o trabalho depois do expediente e o estudo para a semana de prova.

Foi, foi muito difícil, eu tinha uma carga de horário muito intensa. Eu chegava no escritório era oito e meia. Até hoje eu não faço meu horário de almoço, meu horário de almoço é em torno de meia hora, quarenta minutos. Eu almoço e volto. Eu tinha que chegar na faculdade quinze para às sete, eu não conseguia. Eu chegava na faculdade sete e meia [da noite]. Eu ficava aqui atolado de trabalho, não pô, **eu tenho que dá preferência ao meu trabalho**. Às vezes, ficava alguma coisa pra fazer aqui, eu ia pra faculdade. Na época de prova, março, abril, que também era época de imposto de renda, como eu estava aprendendo, estava gostando muito e era uma época de prova na faculdade. Eu saia correndo daqui, fazia e que tinha que fazer [prova na UNIFESO] no dia seguinte tinha outra prova. Passava no escritório pegava um monte de documento levava pra casa. Tomava um banho e ficava: até meia noite eu adiantava algumas coisas do escritório, de meia-noite às duas da manhã eu estudava pra prova do dia seguinte. Não dormia quase nada (Caio, 33 anos, formado em Ciências Contábeis há quatro anos, Sócio e Administrador em um escritório de Contabilidade).

Pouco tempo para as refeições, pouco tempo para repor as energias durante o sono, pouco tempo para dedicação ao estudo e muito trabalho, essa era a rotina de Caio durante a graduação. Além disso, tinha as dificuldades relacionadas ao conhecimento adquirido no Ensino Fundamental e Médio:

Eu estudava em colégio público; parei de estudar com 11 anos, parei na quinta série. Eu entrei naquele sistema que não podia reprovar [o ciclo durante o primeiro segmento do Ensino Fundamental] não tinha muita oportunidade, trabalhava fazendo lavoura com meu pai. Aí fui trabalhar no Rio, em casa de família. Aí lá acordava às seis horas da manhã pra fazer um curso, pra fazer aqueles provões que eliminava de quinta a oitava série. De quinta a oitava série eu eliminei tudo. A prova era bem simples, não era nada difícil, porque a intenção era tirar essa turma que não tinha escolaridade. Que era pra fazer a conclusão, mesmo assim, sem base nenhuma. [...] Eu não peguei nada de sexta série, sétima série e isso você usa muito na faculdade, a base de matemática. [...] O professor [no ensino superior] falava assim: 'Isso aqui vocês viram na oitava série, isso aqui é equação da sétima série'.

Posteriormente, com 23 anos, Caio retomou os estudos. No segundo grau estudou à noite (modalidade de Educação de Jovens e Adultos); concluiu cada ano do Ensino Médio em seis meses. E disse não ter aprendido muito: “Eles estavam só querendo formar os alunos que eram tudo pessoas de muita idade, que tinham abandonado o estudo, tinham muita dificuldade. Matemática era mais, menos, dividir, e isso eu já sabia”.

Apesar do pouco conhecimento adquirido durante o Ensino Fundamental e Médio, Caio consegue ingressar no ensino superior. Entretanto, no primeiro período de graduação na UNIFESO, reprovou em matemática, português e sociologia. “E aquele desespero, chegava ao final do período olhava minhas notas e, pô gente! Eu não vou conseguir. Aí eu conseguia uns pontinhos lá na recuperação e aí conseguia passar de período”.

No segundo período começou a puxar matéria do primeiro e segundo. Nas palavras dele:

Comecei a puxar matéria igual um louco. [...] Eu sempre querendo mais, eu sempre querendo aprender. [...] A faculdade pra mim foi uma das piores sensações, porque eu passei muita dificuldade, eu tive que aprender tudo, em casa devorava o livro, aprender tudo na pancada mesmo.

Apesar das dificuldades, pouco conhecimento adquirido na educação básica, reprovação no primeiro período do curso superior, falta de tempo e dedicação aos estudos, ainda assim, com muita força de vontade, Caio conseguiu concluir o curso de Contabilidade em quatro anos e meio.

Vitória explica que cursar Pedagogia no período noturno e trabalhar exige muito esforço:

Você tem que dar conta de pesquisa, de trabalho que você tem que fazer, é bem complicado. Não é qualquer pessoa que aguenta, é muito puxado. Eu trabalhava em creche oito horas por dia. Era bem cansativo, eu saía correndo de um para o outro, é bem puxado. Você trabalhar o dia inteiro e encarar uma sala de aula de noite não é fácil.

Melissa relata que passou muita dificuldade no período em que tinha que assistir algumas audiências, muitas vezes, ficou sem ter tempo para almoçar e fazia relatórios até de

madrugada. Os problemas relacionados à distância e ao transporte do UNIFESO até a sua residência também diminuía seu tempo de descanso e era mais um agente de estresse. Outro problema apontado por ela era a responsabilidade que tinha no trabalho e a falta de concentração que ficava, sem ter dormido de forma suficiente, chegando até mesmo a ter crises de choro.

Muitas vezes eu chorava, porque eu tinha que conciliar aqui o trabalho, com assistir à audiência. Então, assim, meu horário de almoço era uma hora e, às vezes, a audiência demorava duas. Então eu tinha que chegar aqui às sete pra compensar o horário que eu fiquei fora e muitas vezes eu ficava no limite já de estresse, e todo relatório que os alunos que frequentavam o estágio faziam eu também era obrigada a fazer. Então eu ficava a noite toda fazendo para conseguir cumprir tudo, e eu nunca fiz nenhuma terceira avaliação, mas foi muito difícil. E em casa, como eu morava na Pimenteiras, do Alto lá eu chegava em casa meia-noite, porque não tinha ônibus toda hora. Então, eu chegava aqui às sete e lá meia-noite. E assim, estresse... que eu tinha que dar conta daqui, que é uma coisa que mexe muito com a mente, significa muito, é muita responsabilidade, que é registro de nascimento, casamento, óbito. Então, se tiver qualquer coisa, afeta excessivamente a vida da pessoa, sabe? Então tem que ter muita responsabilidade, foi uma época que eu fiquei muito estressada.

Cumprir as tarefas de trabalho e estudo demanda ao trabalhador-estudante esforço de adaptar-se às exigências da simultaneidade dos papéis, reduzir o período dedicado ao sono. Isso pode alterar sua qualidade de vida, diminuindo a concentração e o rendimento nas atividades de estudo e trabalho. Neste sentido, o que vai direcionar as prioridades na realização das duas atividades são as pressões impostas no ambiente de trabalho e/ou estudo.

Carolina já era casada quando ingressou no ensino superior, disse que tinha que conciliar o curso com o trabalho, a família e as tarefas domésticas. “Muito, muito difícil, sempre é, mesmo porque eu já era casada, não morava mais com os meus pais. Então, era casa, comida, roupa, tudo mais, marido e a faculdade, então é sempre muito difícil”.

Ela disse que essa é uma realidade da maioria dos alunos do curso de Pedagogia:

A realidade da Pedagogia em si é muita gente que já é casada. A maioria do curso já era casada, tinha alguns solteiros e tudo, mas a maior parte já é casada, já tem filho, já tem todo um processo, então todo mundo, a maioria assim, a gente observa que enfrenta esse problema no período da faculdade.

Outra dificuldade presente no discurso de quase todos os entrevistados foi custear o curso. Exceto Vitória que os pais pagaram seu curso, todos os outros entrevistados tiveram de pagar o próprio curso, pedir financiamento ou ajuda ao empregador. Na época de graduação, todos ainda eram jovens ou jovens adultos, trabalhavam, mas o salário era pouco para arcar com as despesas que o ensino superior demandava. Diz Ester: “Dava todo o salário para pagar a faculdade. Era tão tudo que não sobrava dinheiro nem para as passagens de ônibus. [...] Eu ficava muito preocupada com a questão da bolsa, no terceiro período veio a bolsa”. Conseguiu

uma bolsa com desconto de 30% do UNIFESO, o que lhe permitiu ter uma melhor qualidade de vida e custear o transporte.

Kátia só conseguiu custear o curso depois que obteve um desconto de 50%; no primeiro ano de curso, recorreu aos pais para lhe ajudarem no pagamento das mensalidades:

No início, meus pais pagaram a faculdade, depois eu consegui uma bolsa de 50%. [...] Segundo, terceiro, quarto e quinto ano eles não precisaram pagar, eu mesmo custeava. Aí eu vendia bombom, lingerie, sanduíche natural, né? Eu estava sempre vendendo alguma coisa. Eu buscava em Friburgo lingerie pra vender. Porque os meus pais, ambos eram aposentados com um salário mínimo. Foram cinco anos de luta, sufoco, a gente teve que deixar de fazer um monte de coisas, teve que deixar de comprar um monte de coisas, mudamos alguns hábitos...

Melissa recorreu ao FIES para pagar o curso, não tinha como pagar as mensalidades:

Eu comecei no primeiro período tentando pagar a faculdade, ficou complicado. Ainda no primeiro semestre eu fiz um acordo com a faculdade. Juntei todos os comprovantes de renda da minha família, que na época era de dois salários e meio, e consegui 25% de desconto na UNIFESO, pagava mais 25% e o FIES financiava 50%.

Melissa conseguiu o financiamento a partir do segundo semestre, tendo contraído, no primeiro semestre, uma dívida enorme, pois recebia um salário que não era superior a 300 reais e a mensalidade do curso era muito cara.

A faculdade dividiu pra mim em dez vezes as mensalidades do primeiro semestre, caso contrário não teria conseguido pagar nem o primeiro semestre. Eu não teria condição de continuar sem o FIES. [...] Se eu não tivesse trabalhando, também não tinha condição. Meus pais tinham mais dois filhos que não trabalhavam na época.

Márcia também recorreu ao FIES para cursar Direito. Ela relata que vem de família de classe média baixa e a única maneira de permanecer no ensino superior era através do FIES, de outro modo não teria condições de realizar o curso, pois a mensalidade era o dobro do salário mínimo. Conseguiu o financiamento das mensalidades pelo FIES (70%) ainda no primeiro período.

Eliel trancou a matrícula na UNIFESO quando estava no terceiro período. Nessa época havia saído de casa para morar com sua atual esposa. Então começou a pagar aluguel, despesas da casa e mensalidades do curso, infelizmente seu salário não possibilitou arcar com todos os custos e ele acabou trancando a matrícula. Conseguiu retornar somente depois de um ano e meio, quando seu patrão ficou responsável pelas despesas que tinha com o curso.

Caio também teve dificuldades para pagar o curso, tentou ficar um tempo sem pagar as mensalidades para negociar um desconto com o UNIFESO, porém não obteve êxito.

Posteriormente, teve de pagar as mensalidades atrasadas com juros e não conseguiu desconto. Só depois, quando já estava no quinto período, obteve um desconto de 50%. Ficou muito apertado a partir do quinto período, quando foi morar de aluguel com sua esposa. Recorreu ao patrão e ele assumiu as despesas dos últimos períodos. Em troca, ficou um bom tempo sem tirar férias: “Eu fiquei anos sem poder viajar pra lugar nenhum. Final de semana, pô, era aqui mesmo. Não tinha muita coisa pra se fazer, porque a gente não tinha grana pra isso. As coisas ‘foi’ indo dessa forma, bem apertadinho, mas deu pra levar, deu pra seguir”.

Pâmela pagava as mensalidades do curso com o salário que recebia na loja em que trabalhava. Permaneceu neste emprego até o sétimo período de graduação, quando a loja demitiu os funcionários para fazer uma recontração. Ela preferiu não ser recontratada e buscou emprego no cartório do primeiro ofício da cidade. Nesse cartório obteve desconto de 50% na mensalidade do seu curso e o Tabelião do cartório depositava mais 25% em sua conta corrente. Relata que foi muito bom ter mudado de emprego devido à possibilidade de não ter que custear integralmente seu curso.

Carolina só ingressou no curso de Pedagogia quando seu marido já estava concluindo o curso superior em Administração no UNIFESO, assim não pesaria nas despesas do casal. Explica que tinha uma bolsa de 50% do UNIFESO e custeava os outros 50% restante com seu salário.

Pâmela iniciou seu curso de graduação antes dos 18 anos, trabalhava em uma loja de roupas das dez às dezessete horas, até o sétimo período. Depois, quando teria que cursar os estágios, foi trabalhar no cartório e obteve a isenção deles. Dessa forma, considera que foi tranquilo conciliar trabalho e estudo, não tendo maiores dificuldades. Atribui às facilidades também por não ter filhos: “Não tinha filhos, foi tranquilo”.

Ester disse que, apesar dos problemas relacionados ao cansaço e custeio do curso, não sentia grandes dificuldades, atribui sua energia no desempenho dos papéis de estudante e trabalhadora à juventude, pois era bem jovem. Assim como Pâmela, considera que as dificuldades aumentam quando já se forma um novo núcleo familiar. “Conseguia conciliar tranquilamente, nunca pensei em desistir. Quando a gente é jovem tudo é mais fácil. Hoje a gente vê pessoas com famílias e filhos estudando e trabalhando deve ser muito mais difícil”.

Márcia diz que não teve maiores problemas na conciliação e naturaliza o fato de ter que conciliar trabalho e estudo: “Assim, eu acho que é como é pra todo mundo. [...] Os colegas me ajudavam muito enviando trabalho por e-mail, tinha os fins de semana, trabalhava de 9h às 18h, mas o cartório me liberava para as audiências, tinha isenção das horas do período de estágio”.

Atualmente já formada, Márcia paga as parcelas do FIES, que foram divididas em dez anos, considera que o financiamento viabilizou seu curso e que atualmente as parcelas de 220 reais são irrisórias.

Trabalhar o dia inteiro, estudar pagando a mensalidade com o próprio salário, ou pedindo financiamento ao governo, ou ainda pedindo auxílio ao empregador foi a realidade vivenciada pelos graduados no seu período de juventude, quando ainda recebiam salários menores dos que ganham atualmente. Apesar da dura rotina, algumas facilidades foram apontadas pelas graduadas em Direito e Administração.

Estas facilidades estavam relacionadas à possibilidade delas cursarem a graduação morando como os pais, serem jovens e não terem filhos. Três das graduadas em Direito conseguiram também a isenção dos estágios no curso de Direito (por já exercerem trabalho no cartório), bem como foram liberadas pelo empregador das horas necessárias às audiências e não trabalharam nos fins de semana.

#### **4.5. Qualificação e projetos**

Os entrevistados entendem que parte do conhecimento adquirido na graduação deve ser posto em prática no ambiente de trabalho, como relata Vitória: “Eu acho que juntou um pouco daquilo que a gente aprende na faculdade com um pouco da prática. A prática sem estudo não funciona e o estudo sem a prática também não”.

Melissa explica: “Ajudou muito a faculdade no trabalho, foi um complemento o trabalho e a faculdade”.

Nas palavras de Pâmela, quem cursa Direito “sabe como ler um texto melhor, sabe como pesquisar, tem um diferencial. Dá pra ser escrevente sem a faculdade, mas faz diferença ter feito o curso”.

Joice disse que gosta de seu trabalho e consegue aplicar muita coisa que aprendeu na graduação no exercício da sua profissão no cartório. “Aqui a gente consegue aplicar muita coisa, muitas leis, muitos decretos”.

Márcia disse que ter cursado Direito a ajudou muito: “Se eu não tivesse a formação que eu tenho, com certeza eu não estaria na posição que eu tô”. Ela vê o conhecimento adquirido durante a formação como ponte para alcançar uma posição mais elevada no cartório.

Eliel relata que o curso lhe ajudou no trabalho, mas que a prática também foi importante: “A minha escola foi aqui dentro da empresa e fiz cursos por fora. Como já estava

inserido me ajudou muito. [...] Eu acredito que tenha aprendido mais aqui do que na faculdade”.

Caio, assim como Eliel, disse que aplica muito pouco o conhecimento adquirido durante a graduação:

O ensino superior deu uma base, **deu uma base muito superficial**, mas deu. Mas foi na prática mesmo. A faculdade, o que eu aprendi na faculdade, vou ser sincero, 70% eu abandonei. Sendo que matemática I, matemática II, tu não usa pra nada, estatística a gente não usa, a psicologia, por incrível que pareça, a gente utiliza, você tem que ter bom senso para atender ‘aquele’ cliente, entende? Então, assim na Contabilidade o que eu usei de lá pra cá é o que eu uso até hoje, que é o meu trabalho, é a matemática financeira, que eu curti e uso aqui dentro. [...] Me deu uma base, mas nada assim, não a faculdade realmente foi meu ponta pé. **Eu só precisei do diploma**, é fato.

Nos discursos de Caio e Eliel, o saber institucional é mais valorizado pela exigência da aquisição do diploma, do que pelo conhecimento adquirido, o que indica a disparidade entre a lógica do mercado de trabalho e do curso de graduação concluído. Além disso, do discurso de Caio emerge uma visão da educação utilitarista, como se todo o conhecimento precisasse estar voltado para a profissionalização.

Saldanha (2013) explica que o trabalhador-estudante tende a enxergar o ensino superior de uma forma mais instrumental ou pragmática. Ele espera que os conteúdos vistos em aula sejam úteis para o desempenho profissional no mercado de trabalho. “A gente fica até chateado, que a nossa realidade é outra. Aí os professores falam o seguinte: ‘Nós estamos ensinando vocês pro mundo, não é pra Teresópolis’. Mas a minha vida é aqui, eu tenho que pensar é aqui”.

O discurso de Caio demonstra a desconexão dos conhecimentos adquiridos no ensino superior com a realidade regional. O professor precisa desenvolver um trabalho que esteja contextualizado com a realidade da cidade onde atua, mas também deve preparar atuar no mundo.

Kátia disse que trabalha com uma parte do Direito que estudou muito pouco no curso: “Aqui, eu trabalho com um outro lado do Direito, é uma parte do Direito que a gente quase não vê na faculdade, então eu tive que estudar, eu fiz uma pós-graduação, fiz cursos, né? Pra poder chegar onde eu tô hoje”.

Entretanto, disse que os estágios que realizou durante a graduação a ajudaram muito: “Muita coisa eu aprendi no estágio e não na faculdade, coisas que eu uso hoje no meu dia-dia, eu aprendi no estágio. [Principalmente, realizando estágio na defensoria pública]. Eu uso coisas que aprendi lá, aqui, até hoje”.

Foi recorrente também, no discurso das entrevistadas formadas em Direito, a obtenção do título de bacharel com o intuito de permanecer trabalhando no cartório ou prestar concurso.

Pâmela relata: “Nunca pretendi advogar, sempre quis a área mais burocrática mesmo: fórum ou cartório”. Entretanto, quando lhe perguntei a sobre a escolha do curso, ela havia dito que sua mãe sempre a incentivou a cursar Direito devido aos concursos oferecidos na área.

Tanto Márcia quanto Kátia e Joice comungam o mesmo pensamento:

Márcia: “Na verdade, todo mundo cursa Direito pra fazer concurso público, né? Essa é a visão. Depois que você vai vendo que a vida não é assim, que as coisas te levam pra caminhos diferentes.

Kátia: “Eu fiz faculdade de Direito visando os concursos, só que hoje em dia está cada vez mais difícil. [...] Todo mundo sonha trabalhar no TJ”.

Joice: “Quando ficar um pouco mais leve aqui no cartório, em relação a trabalho, que é muita coisa, eu pretendo voltar a estudar. Eu tenho vontade de passar em um concurso público na área de Direito mesmo”.

Se for aprovada em um concurso, Joice relata que mudaria até de cidade: “Ah, mas eu mudaria, alguns ficam aqui, conseguem transferência pra cá. Tudo pelo salário, tudo pela estabilidade”.

Melissa também pretende prestar concurso: “Pretendo prestar concurso pra cartório, eu prestei o concurso pra Minas e não fiquei muito longe não, tem que estudar mais”.

Melissa fez cursinho preparatório para a primeira fase da OAB durante três meses, para a segunda fase pegou uma apostila com uma amiga e estudou sozinha e conseguiu passar na prova da Ordem dos Advogados do Brasil.

Pâmela disse que o fato de trabalhar no cartório a desestimulou a estudar para a prova: “Aqui no cartório não podemos exercer a Advocacia, então quando fiquei reprovada na OAB eu não procurei fazer novamente”.

Joice disse que não tem vontade de exercer Advocacia, quando realizou a prova da Ordem dos Advogados ficou reprovada por duas questões e, por enquanto, não pretende fazer a prova novamente, porque não tem tempo para estudar. Ela relata que sua mãe teve um acidente vascular cerebral há mais ou menos oito anos e ficou um pouco debilitada. Nos fins de semana, Joice ajuda sua mãe e fica com o namorado: “Antigamente eu dividia meu tempo estudando. Agora, nos fins de semana eu tenho de ajudar um pouco em casa, minha mãe se vira, mas essa coisa mais pesada ela não faz: fazer comida, lavar roupa. Divido o tempo entre o namorado, cuidar de casa e tudo mais”.

Márcia não realizou o exame da Ordem: “Nem prestei, deveria até, mas não me dediquei a isso”.

Kátia disse que passou na primeira fase do exame da Ordem dos Advogados. Na segunda etapa abandonou a prova, porque passou muito mal. No dia do exame da OAB estava internada, pediu licença para o médico e foi fazer a prova. Mas como o exame era no Rio de Janeiro, não conseguiu terminar a avaliação doente e não tentou fazer a prova novamente.

Caio disse que não passou na prova do Conselho Regional de Contabilidade e não colocou seu diploma no mural: “E tá aqui na gaveta, nem botei nem no mural, não tenho nem a carteirinha. Eu sou sócio hoje, eu não falo que sou contador, eu falo que sou empresário. Fiz a prova, tentei duas vezes e não consegui”.

Caio ainda não conseguiu passar na prova que o habilita a exercer a profissão de Contador, por isso não pode assinar alguns documentos na empresa. Por isso, fez um curso de corretor de imóveis para permanecer com seu nome no contrato do escritório com os outros dois sócios. O argumento que utilizou para explicar sua reprovação foi o pouco tempo para os estudos.

Além das dificuldades para obter aprovação nos exames, as graduadas em Direito disseram que na cidade de Teresópolis é difícil advogar, como explica Márcia:

Eu penso que pra quem tá começando deve ser bem difícil, hoje em dia os Advogados que eu trabalho aqui [clientes do cartório] já estão no mercado há muitos anos, eu penso que pra quem tá começando deve ser bem difícil. É difícil ver graduados que estudaram comigo conseguindo alguma coisa, a maioria que se formou comigo, hoje, não trabalha mais aqui. E muitos não trabalham na área. E aqui tem um preconceito muito grande de pessoas novas, geralmente as pessoas procuram os Advogados mais experientes.

Joice considera ser difícil advogar num mercado tão concorrido: “Se você não estiver engajado em um bom escritório, fica muito difícil de conseguir advogar”.

Melissa explica que os resultados dos processos para quem está abrindo um escritório de advocacia são demorados. Em média, demora dois anos para conseguirem-se os resultados financeiros relacionados às causas. Fica, portanto, difícil iniciar na profissão de advocacia pagando as prestações do FIES e da nova casa que comprou com seus pais. Melissa relata ainda que há muitas pessoas formadas em Direito buscando emprego de nível médio: “Eu acho bem difícil, aqui no cartório mesmo eu recebo currículo de pessoas que já passaram na prova da Ordem e não estão conseguindo trabalho. Estão procurando ser assalariados mesmo”.

Continuar o estudo após a graduação também foi considerada uma estratégia de qualificação para o mercado de trabalho e para manter-se no cargo conquistado.

Exceto Caio, Márcia e Joice, todos os outros entrevistados cursaram pós-graduação, cursam ou pretendem cursar:

Carolina: “E depois de um bom tempo formada, devido a uma oportunidade no trabalho eu fiz pós-graduação em Pedagogia Empresarial”.

Vitória: “Realizei pós-graduação em Arte e Educação. [...] Dei uma parada, casei, tive filho, mas tenho vontade de continuar”.

Eliel: “Fiz pós em gestão financeira e fiz cursos, sempre galgando aprender mais. [...] Tem que estar sempre aperfeiçoando, estudando, é essencial. Pretendo fazer mais uma pós-graduação, em planejamento tributário”.

Ester: “A pós é mais tranquila, de 15 em 15 dias, no sábado. É muito tranquilo você fazer uma pós dentro da sua área, é tudo tão dentro do seu dia-dia, que fica fácil”.

Kátia: “Eu fiz pós em Processo Civil e cursos na área de Direito Imobiliário”.

Pâmela e Melissa ainda não cursaram pós-graduação, mas ambas disseram que pretendem realizar futuramente.

Melissa: “Quero fazer uma pós-graduação na área de Registro Civil e prestar concurso”.

Pâmela: “Quero fazer uma pós na minha área, mas sem sair da cidade”.

#### 4.6. A família

A categoria “família” proporcionou uma visão contextualizada das trajetórias de escolarização e trabalho, auxiliou na compreensão dos processos vivenciados pelos graduados durante sua formação concomitante ao trabalho e após a graduação.

Três entrevistados relataram ter tido compromisso com a formação de uma nova família antes de terminar a graduação. Eliel e Caio saíram da casa dos pais quando ainda estavam cursando o ensino superior.

Caio morou dois anos na casa dos seus pais com a esposa, que na época era noiva. Saiu da casa dos pais com 26 anos. A princípio, estava construindo uma casa no terreno de seus pais. A casa já estava quase pronta quando, segundo ele, começaram a ocorrer alguns problemas: “E construindo do lado, foi quando começou a dar problema com a família. Sempre dá, a gente vive muito junto”.

A esposa do seu patrão o aconselhou a vir morar no centro da cidade com a esposa, pagando aluguel. Alugou um apartamentinho e não tinha quase nada: “Só tinha um

fogão e um colchonete, não tinha cortina, não tinha nada. A sala não tinha nada. O aluguel era 600 reais, pô beleza dá pra pagar o aluguel, aí veio o condomínio. Eu ganhava 1.500 reais e eu pensei: ‘Pô, dá pra pagar, mas a gente esquece o condomínio’”.

Disse que, nessa época, seu patrão, vendo a situação difícil em que se encontrava, resolveu ajudar com o pagamento do condomínio e das mensalidades no UNIFESO: “Quando eu vim pra cá, ele deu um aumento e assumiu a despesa da faculdade”. A esposa de Caio havia perdido o emprego: “Não podia comer fora, ia pra casa, minha esposa prepara a comida e voltava”.

Devido às dificuldades que passou, Caio, que já possui um carro no valor de setenta mil, não quer comprar uma “*casinha*”, como disse: “Eu não quero comprar uma casinha, eu quero comprar uma casa que possa me satisfazer. Pro ano que vem, eu tô pensando na possibilidade de ter filho e correr atrás da casa”.

As dificuldades para conciliar diferentes papéis – trabalhador, aluno, esposo – faz parte da rotina de Caio; ser trabalhador viabilizou os outros papéis, pois, de outra forma, seria mais difícil ter a autonomia necessária para fazer a transição da família de origem à família de procriação. O estudo, como ele disse, foi essencial para crescer na empresa. Antes mesmo de concluir o curso de Contabilidade já tinha esperança: “Quando eu concluir a faculdade, as coisas vão mudar” – pensava. Conta que conseguiu dar uma cara nova para o apartamento quando terminou seu estudo. O trabalho e o apoio do seu empregador foram essenciais, mas, em tempos de desenvolvimento tecnológico e expansão do ensino superior, o estudo também passa a ter um peso significativo. Para obter êxito na empresa e viabilizar outros papéis, como o de esposo e cidadão, é fundamental ter escolarização elevada. Então, o trabalho e o estudo passam a ser parte de um mesmo conjunto onde um viabiliza o outro e ambos contribuem para a mudança de status, ou seja, para a formação de uma nova família.

Os jovens procuram, às vezes, até muito precocemente sua emancipação, devido à necessidade de privacidade e amadurecimento. Eliel disse que morou com sua mãe até quase 19 anos, quando saiu de casa para morar de aluguel com a esposa e um enteado.

Morei até os 18 e pouquinho com minha mãe. Saí de casa, juntei, casei, dei uma trancada na matrícula e voltei. Na época foi mais por privacidade mesmo, por querer amadurecer mesmo, ter mais autonomia para as coisas. Então, esses foram um dos motivos que me fez parar, assumia despesas que eu não tinha até então.

Eliel era muito jovem quando deixou a casa da sua mãe, trabalhava e estudava, seu salário era para pagar as despesas do curso de Ciências Contábeis. Quando foi morar de aluguel, assumiu despesas que não tinha e, por isso, teve de trancar o curso por um ano e

meio, só retornando quando seu patrão assumiu as mensalidades do curso. Sem apoio nesse momento da vida, o futuro de Eliel poderia não ser o mesmo.

Carolina namora o marido desde os treze anos; com 21 anos, casou-se e foi morar com ele numa casa que o pai dela emprestou. Com menos de um ano de casada, ingressou no curso de Pedagogia. Conciliou trabalho, estudo e família. Depois de alguns anos, ela e o marido compraram um imóvel pelo “Minha Casa, Minha Vida”, dividindo as prestações em 30 anos e pagando por mês 450 reais de financiamento. Ela conta também que havia planejado engravidar do seu primeiro e único filho quando estava no último período de graduação, mas, devido a um problema que teve, só engravidou seis anos depois.

Vitória morou com seus pais até os 26 anos; formou-se em Pedagogia e casou-se no ano seguinte. Vitória e o marido tiveram ajuda de suas famílias para comprarem a casa e apoio com relação ao casamento:

Foi tudo muito tranquilo, porque a gente teve apoio, a gente teve ajuda de todo mundo, e, quando você tem a família junto apoiando a decisão, se torna uma transição tranquila. Não queria ficar no aluguel. Ficamos dois anos esperando uma casa pra comprar. Mas valeu a espera, porque agora eu moro no que é meu. Hoje a casa vale três vezes mais do que a gente pagou. A casa está quase quitada.

Ela relata também que a ajuda da família foi essencial: “Quando você começa com ajuda, muda tudo”.

Ester casou-se com 25 anos, depois de já ter terminado o curso superior. Entretanto, ainda não trabalhava na área de Administração. Assim que se casou, foi morar de aluguel com o marido; depois de um ano e meio, conseguiu comprar um terreno (com o dinheiro que recebeu da loja, na qual exerceu trabalho durante nove anos). Ela e o marido financiaram um terreno em 30 parcelas e foram construindo a casa, aos poucos. Atualmente divorciada, moram ela e o filho na casa.

Márcia morou com seus pais até os 25 anos, depois foi morar com seu companheiro e a filha dele. Relata ter uma relação estável, sem ser casada.

Pâmela saiu da casa dos pais com 23 anos para morar de aluguel “com uma pessoa”. Depois de quase dois anos, separou-se: “Depois que você sai, fica difícil retornar pra casa dos pais”. Atualmente, mora sozinha e paga aluguel.

Melissa comprou uma casa com os pais. Moram na casa: ela, seus pais, uma irmã e seu namorado.

Já Kátia teve trajetória de saída da casa dos pais e de volta para lá.

Eu me casei com 26 anos, morei um ano na Barra, um ano em Agriões e um ano na Ermitage [bairros de Teresópolis]. [...] Voltei a morar com meus pais com 29 anos e não pretendo mais sair da casa dos meus pais. [...] Eu me divorciei na época que eu fiquei doente, o médico falou: Abre mão de tudo, inclusive do seu casamento, senão você não vai ficar boa.

Kátia teve um problema de rins muito grave e passou por uma cirurgia muito séria:

Eu fiquei três meses de repouso absoluto, tive que fazer a reconstrução do ureter, e o meu marido não soube entender isso. Eu tive que separar para cuidar da minha saúde, porque marido a gente arranja outro, mas a saúde não. Mas tá bom não arranjei outro marido, não, porque estou bem assim divorciada.

Ela mora com os pais e ajuda nas despesas da casa:

É o mínimo que eu posso fazer pelo que meus pais fizeram: cuidaram de mim na faculdade, cuidaram de mim na minha doença, por isso é que eu não penso em casar de novo, quero ficar lá junto deles, retribuindo tudo que eles fizeram por mim. Porque na hora dos meus dois sufocos foram eles que estiveram presentes na minha vida. Se um dia casar de novo, eu vou levar o marido para morar com a gente [ela e seus pais]; a casa é grande cabe mais um. [...] No mesmo terreno moram minhas irmãs com seus maridos e filhos. Todo mundo perto, a grande família.

Joice também mora com seus pais, ela pretende casar e está guardando dinheiro para comprar o enxoval do casamento. “O problema é guardar”. Ela namora há dois anos, e o casamento está previsto para daqui a dois anos e meio, quando ficará pronto o apartamento que comprou junto com o namorado, pelo “Minha Casa, Minha Vida”. Perguntei por que ela gostaria de se casar:

Assim, não tem motivos, se eu pudesse eu morava com meus pais a vida inteira, né? Até saber que um dia eles vão embora. [...] Se eu pudesse, eu seria só jovem. Até porque, quando a gente é jovem, você pensa que com trinta anos você vai estar superestruturado. [...] Mas, assim, principal é porque eu já tô namorando um tempão e quem namora é pra casar. Já namoro há dois anos e já não sou mais novinha, já tô com trinta anos. Daqui a pouco eu não posso nem ter filhos. Eu acho que a vida da gente é um todo: família, estudo, trabalho, eu penso assim.

Quatro dos dez entrevistados conciliaram trabalho, estudo e obrigações relacionadas à família de procriação. Observa-se também que, dentro de um provável padrão de formação de domicílios (domicílios familiares e não-familiares), o modo mais frequente foi sair de casa para a constituição de domicílios familiares<sup>28</sup>. Os estudos de transição compõem uma das perspectivas mais utilizadas nos estudos sobre juventude. Tais pesquisas se desenvolvem a partir de três enfoques: a transição escola-trabalho, a transição não-familiar, a saída da casa

<sup>28</sup> Um domicílio unipessoal considera a pessoa vivendo só como uma “não-família”. Também trata como “não-família” as pessoas que convivem em um domicílio multipessoal, mas que não possuem laços de parentesco, adoção ou casamento. Já os domicílios resididos por famílias podem ter as seguintes composições: 1) Domicílio com família nuclear: a) Casal: i. com filho/s; ii. sem filho/s; b) Pai com filho/s; c) Mãe com filho/s (ONU, 1998 *apud* ALVES; CAVENAGHI, sem data).

dos pais para residir em outro domicílio não familiar e sem cônjuge, e a transição familiar, a mudança da família de origem para a família de procriação (FURLONG, WOODMAN, WYN, 2011 *apud* CANESCHI, 2015). A transição não-familiar, por exemplo, é uma das que absorveu os efeitos da extensão da formação educacional e da dificuldade de ingresso no mercado de trabalho. Um dos efeitos mais claros desse fenômeno têm sido o prolongamento do período em que os jovens permanecem dependentes de suas famílias, em uma condição de semidependência. O prolongamento da semidependência é uma consequência importante a ser analisada porque altera o modo e a duração do processo de passagem para a vida adulta (CANESCHI, 2015).

Observa-se que os jovens em questão fazem parte de um universo em que a concomitância não se dá apenas entre o ingresso precoce no mercado de trabalho e a necessidade de continuar com os estudos. A conciliação prossegue, com ou sem interrupções, junto com a conciliação da transição familiar ou a transição não familiar.

Caneschi (2015) ressalta que a saída dos jovens da casa dos pais com a finalidade de constituição de outro domicílio, ou seja, em condição não marital, possui grande relação com o ingresso dos jovens no ensino superior (mas na fase e idade adequadas, sem precedência do ingresso no mercado de trabalho).

Apesar das dificuldades dos jovens quanto à escolarização e à conclusão do ensino superior, os dados sugerem que o padrão de conciliação dos entrevistados diz respeito não apenas à conciliação do estudo com o trabalho, mas também abrange a mudança de domicílio. Esses dados corroboram a ideia de formação de domicílio familiar de jovens dos segmentos sociais que ainda não foram beneficiados com a expansão do ensino superior sem ter de trabalhar.

#### **4.6.1. Gênero, educação, trabalho e família**

Esse subtema teve como objetivo enfatizar as diferenças de gênero nas trajetórias dos entrevistados. Analisando as linhas de trajetórias podemos constatar que nenhuma graduada engravidou antes de cursar o ensino superior e que apenas três das oito entrevistadas tem filho. Observamos também que apenas uma graduada saiu da casa dos pais no período de concomitância entre trabalho e estudo, contudo, esta retornou três anos depois para a casa dos pais, após divórcio.

Dentre as oito entrevistadas apenas três vivem com esposo ou companheiro. Apesar de já terem concluído o ensino superior e terem alcançado crescimento na hierarquia da empresa

alguns projetos relacionados à família de procriação e a profissão/aumento da renda ainda não foram concretizados. Os salários recebidos pelas entrevistadas são menores que a renda obtida pelos entrevistados. Observamos que o empreendedorismo e a dedicação ao trabalho facilitou o aumento de renda para os participantes do sexo masculino.

Contudo, no campo da educação, dados do INEP (2012) indicam que a expansão do ensino superior tem beneficiado as mulheres. Entretanto, elas ainda atuam em profissões menos remuneradas e apesar do êxito que possuem nos estudos, algumas vezes, superior ao êxito alcançado pelos homens, ainda assim, recebem salários inferiores. O que foi observado nesta pesquisa.

Cabe salientar também que as mulheres precisam parar de trabalhar e/ou estudar em determinado momento devido ao papel de mãe que querem exercer com êxito maior ou igual ao êxito na carreira profissional. Lembrar que cabe a elas o papel dar a luz, amamentar, dar amor aos futuros cidadãos é ter a consciência que só teremos um mundo melhor na medida em que essa atividade seja respeitada e compreendida como muito importante para a nação. Contudo, o que observamos é que na maioria das vezes a maternidade é vista pelos empregadores como um obstáculo na vida profissional das mulheres. Talvez, por esse motivo, muitas mulheres estejam adiando o projeto de ter o primeiro filho. Nesse ponto podemos dizer que os homens possuem vantagens, pois apesar de exercerem seu papel de pai zeloso, não geram, nem amamentam seus filhos. Cabe enfatizar também, que no Brasil muitos pais não auxiliam as mães em tarefas domésticas, ou seja, predomina a ideia da mulher cuidadora, voltada para as tarefas do lar e para a maternidade, reservada ao mundo privado, enquanto cabe ao homem atuar no mundo público. Contudo, este cenário vem mudando com o aumento do número de mulheres empregadas nos últimos dez anos, elas estão atuando no mundo público, mas não deixam de ter suas responsabilidades em proporção superior a dos homens no mundo privado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender como ocorreu o processo de concomitância entre trabalho e estudo para os graduados do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO) e os desdobramentos desta concomitância no âmbito do trabalho e da transição para a vida adulta.

Os participantes desta pesquisa são moradores da cidade de Teresópolis, uma cidade serrana do estado do Rio de Janeiro com 173.060 habitantes e apenas um curso superior público. Sete dos dez entrevistados possuem pais que também nasceram na cidade.

Desde a adolescência o trabalho faz parte da vida da maioria dos entrevistados e a concomitância entre trabalho e estudo, para uma parte dos informantes, teve início quando ainda cursavam o ensino médio. Inserir-se no mercado de trabalho representava para eles e elas uma estratégia de obterem autonomia financeira. O salário recebido, por sua vez, possibilitava maior liberdade, pois podiam ter acesso ao consumo de produtos próprios de sua fase de vida e investir em seus projetos, como cursar o ensino superior privado. Esse primeiro contato com o trabalho direcionou os projetos profissionais e de escolarização. O momento de entrada no ensino superior foi percebido pelos entrevistados como uma conquista importante que seus pais não tiveram quando jovens (somente uma graduada relatou que sua mãe cursou parcialmente o ensino superior).

O contexto da expansão do ensino superior também favoreceu a entrada dos entrevistados nesse nível de ensino. Atualmente, existe um maior número de cursos de graduação no período noturno e uma política de expansão do ensino superior. No Brasil vem ocorrendo uma tentativa de massificação do ensino, ou seja, atingir 30% das matrículas no ensino superior de jovens entre 18 e 24 anos. Neste sentido, vem aumentando o número de vagas nas instituições privadas no período noturno. As políticas de ampliação de bolsas de estudo através do Programa Universidade Para Todos (ProUni) iniciada em 2004; de ampliação do Financiamento Estudantil (FIES) e de diminuição do custo das mensalidades vêm atraindo um número crescente de alunos trabalhadores para as IES privadas. Outro aspecto que podemos apontar é a interiorização do ensino superior, o que facilita para o aluno que trabalha estudar sem ter que sair da sua cidade.

Durante o curso o apoio da instituição de ensino (através da concessão de bolsa parcial de estudo), da família, dos grupos de pares, do empregador e também a comodidades de estudar na cidade de moradia viabilizou não apenas o ingresso no curso de graduação, mais principalmente a permanência nesse nível de ensino para os entrevistados.

As facilidades apontadas pelos informantes estavam relacionadas ao fato de serem jovens quando cursaram a graduação, a não exigência pela família de origem de realização de trabalhos domésticos nos fins de semana, e não ter que sair da casa dos pais ou de sua cidade de origem para estudar. Podemos dizer que eles e elas tiveram apoio psicológico de suas famílias durante o curso. Essa comodidade de permanecer na cidade e para sete dos dez entrevistados na casa dos pais demonstra que esse processo de concomitância, mesmo que difícil pode ser realizado com algumas facilidades em relação aos estudantes que precisam mudar de cidade e de residência quando ingressam no ensino superior. Contudo, dedicar oito horas ao trabalho, mais quatro horas ao estudo dificulta o êxito profissional após a conclusão do curso de graduação, pois o tempo dedicado ao trabalho é superior ao tempo dedicado ao estudo.

A dedicação ao ensino privado/noturno foi dificultada pela carga horária de trabalho, muitas vezes superior a oito horas diárias, pela falta de tempo, pelo cansaço cotidiano e, principalmente, pelas despesas com o pagamento do curso.

Nem sempre é possível custear os estudos e financiar outras despesas cotidianas como alimentação, moradia, transporte, entre outras. À época de graduação, todos os entrevistados ainda eram jovens e seus rendimentos salariais não eram suficientes para arcarem com as despesas que o ensino superior demandava. Contudo, mesmo assim, foi o trabalho que viabilizou o curso superior em instituição privada para quase todos os entrevistados, até mesmo para os que relataram pedir financiamento estudantil (FIES), devido aos gastos com transporte, material didático e alimentação.

Durante o período de concomitância entre trabalho e ensino superior privado constatamos que apenas um entrevistado reprovou durante a realização do curso. O motivo estava relacionado a pouca base que tinha adquirido na educação básica. Outro entrevistado trancou a matrícula no período de graduação, durante um ano e meio, quando saiu da casa de sua mãe. Observamos também que alguns entrevistados mudaram de emprego e/ou realizaram trabalho informal quando ainda cursavam a graduação. Apesar das dificuldades, todos conseguiram concluir o ensino superior.

Neste estudo foram entrevistados graduados entre 27 e 38 anos com três ou mais anos de formados. Esse dado é importante, pois demonstra os desdobramentos da concomitância trabalho/estudo na vida dos entrevistados. Observamos que por tratar-se de trajetórias de concomitância entre trabalho e estudo, por já estarem inseridos no mercado de trabalho desde muito cedo e por estarem vivendo em uma cidade de pequeno porte, mesmo diplomados, seis dos dez entrevistados permaneceram em seus empregos da época de graduação com mudança

de cargo na empresa após a conclusão do curso de graduação. A mudança de emprego, após a formação, ocorreu para uma graduada em administração, que ingressou em uma empresa de ônibus. Para duas pedagogas: uma exerce a profissão de professora em uma escola; a outra se tornou sócia de uma papelaria e também para uma graduada que ingressou no cartório depois da conclusão do curso superior.

Neste sentido, podemos dizer que as trajetórias de quase todos os entrevistados são dominadas por estratégias de qualificação profissional e permanência no emprego ou busca por melhores oportunidades no mercado de trabalho, persistindo as dificuldades no que tange ao exercício da profissão condizente com a graduação concluída. Confirmando desse modo, a tese de Romanelli (2010), sobre a qualificação profissional atuar ora como oportunidade de avanço na hierarquia das empresas onde trabalhavam, ora como possibilidade de procurar-se melhor ocupação, de acordo com as novas habilidades.

O emprego que algumas entrevistadas possuem hoje não é o mesmo que pensavam em ter quando cursavam a graduação. Como disseram as entrevistadas formadas em Direito que trabalham no cartório, o objetivo delas era prestar concurso para a área do judiciário, passar em um concurso que as remunerassem bem eram seus planos antes de concluírem o curso. Após a graduação os planos mudaram para algumas delas, das cinco entrevistadas Bacharéis em Direito só duas relataram continuar com este objetivo.

No discurso das entrevistadas graduadas em Direito, foi possível perceber também que as promoções adquiridas no cartório exigiam mais responsabilidade das funcionárias, um salário fixo e adicional por produtividade, proporcional à quantidade de serviço executado; entretanto, elas também exerciam o cargo de escrevente, que era executado pelos profissionais de nível médio. O cargo de nível superior era visto pelas graduadas como uma forma de reconhecimento, pelo diploma adquirido na graduação, mas não como condição para um aumento salarial significativo.

Ainda de acordo com o material colhido, uma parcela dos entrevistados considerou que aplica parte do que aprendeu no ensino superior no trabalho, mas reconhecem também a importância do conhecimento aprendido na prática cotidiana, entendendo que teoria e prática são importantes para as atividades de trabalho que já exercem.

Foi possível compreender ainda, que o saber institucional é mais valorizado pela exigência da aquisição do diploma do que pelo conhecimento adquirido, ou seja, para alguns entrevistados o conhecimento teórico que não é vivenciado na prática do trabalho também não é avaliado como necessário e útil à sua formação integral. Pimenta (2007, p. 401) explica que a formação é um processo de preparação para a vida profissional. Mais do que “aprendizado”

e “estruturação do conhecimento”, o sentido da educação encontra-se imbricado com o universo do trabalho e não pode ser compreendido separado dessa dimensão.

Em relação aos projetos de vida dos entrevistados observamos que o mesmo inclui a formação de uma família ou ações que viabilize a união da família já construída. Constatamos também projetos relacionados à reciclagem dos conhecimentos adquiridos na graduação, através de cursos de pós-graduação lato sensu. Dos dez entrevistados, cinco já haviam cursado esse tipo de especialização ou estavam cursando e duas entrevistadas pretendiam cursar. A vontade de melhorar financeiramente também foi citada pelas participantes da pesquisa.

As trajetórias dos dez entrevistados que realizaram a concomitância entre trabalho e ensino superior em seu tempo de juventude, em idades entre 17,5 e 29 anos demonstram que a transição à vida adulta tornou-se mais complexa, porém, em relação à transição domiciliar podemos dizer que a forma predominante de saída da casa dos pais foi para formar uma nova família, ou seja, um domicílio familiar. A maioria dos/das entrevistados/as saiu da casa dos pais por meio do matrimônio ou união consensual, com pouca ou sem ajuda da família de origem, para viver em domicílio alugado, emprestado ou financiado. A mudança de domicílio ocorreu para uma entrevistada antes de cursar o ensino superior; para três entrevistados/as durante esse nível de ensino. O que indica que a transição para um domicílio familiar ocorre mais cedo para o jovem trabalhador que estuda, do que para o jovem estudante que realiza a transição não domiciliar antes de ingressar no ensino superior - como foi observado no estudo de (CANESCHI, 2015).

Observamos também essa mudança de domicílio (da família de origem para a família de procriação) após a conclusão do curso de graduação, para quatro entrevistadas. As idas e vindas (casamento/divórcio ou morar junto/separação) também foram observadas para três entrevistadas. Contudo, evidenciou-se que das trajetórias analisadas apenas uma entrevistada vive em domicílio não familiar.

Esses achados são importantes na medida em que existem poucos estudos no Brasil relativos à escolaridade e às mudanças no padrão de formação de domicílios de jovens (domicílios familiares e não familiares), que estão fortemente relacionadas com à expansão do ensino superior.

Outro dado importante, que foi observado após a conclusão do curso de graduação, está relacionado à reprovação dos entrevistados nos exames da Ordem dos Advogados ou do Conselho Regional de Contabilidade para quatro dos/das sete entrevistados/as que precisariam realizar esse tipo de avaliação.

De acordo com a argumentação que desenvolvemos nesta dissertação, a expansão do ensino superior privado e noturno, por um lado, viabiliza o estudo, mas, por outro, impede a dedicação plena ao aprendizado, demandando um esforço que só é possível com muita força de vontade e luta para conseguir-se alcançar os projetos almejados.

Devido a essa condição peculiar em que ocorre a expansão do ensino superior, podemos dizer que ser jovem é fator muito positivo durante a concomitância entre trabalho e estudo, pois a energia própria da juventude garante aos jovens vivenciarem essa fase da vida com a esperança de que, apesar de todas as dificuldades encontradas, é possível conquistar um diploma de ensino superior.

Os resultados encontrados nesse estudo são importantes, pois evidenciam a forma de ingresso e permanência no ensino superior, atualmente, para os jovens cujos pais não cursaram esse nível de ensino. O estudo enfatizou o processo de escolarização e inserção profissional dos entrevistados, suas vivências no ensino superior, suas dificuldades/facilidades e mais do que isso, mostrou as conquistas profissionais adquiridas após a conclusão do curso de graduação.

Conhecer as trajetórias desses/as graduados/as pode apontar caminhos para o fomento de políticas públicas condizentes com a realidade e necessidade do trabalhador que também é estudante.

Enfatizamos, também, que os resultados encontrados são de uma cidade serrana do Estado do Rio de Janeiro, com poucos habitantes, carente de políticas públicas de acesso ao ensino superior público. Os sujeitos desta pesquisa vivenciaram a concomitância entre trabalho e estudo no UNIFESO (à época), única opção viável de acesso ao ensino superior presencial em Teresópolis.

Como ponto que merece mais atenção em trabalhos futuros, destacamos a identificação dos fatores que contribuem atualmente para a ausência de opções de cursos de graduação em instituições públicas no município de Teresópolis, para a posterior apresentação de alternativas que possam representar, de forma inequívoca, uma contribuição para o Município.

## Referências Bibliográficas

ABRANTES, P.; ANÍBAL, A.; PALIOTES, F. (2010). Do método biográfico em sociologia da educação. *Sociologia da Educação, Revista Luso Brasileira*, n. 2.

AGUIAR, V. (2013). *Ampliação e diversificação de acesso no ensino superior: a formação do sistema de massa no setor privado (1995-2010)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000912118&fd=y>>. Acesso em ago. de 2015.

ALMEIDA, W. M. de (2012). *Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do PROUNI na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo.

ALVES, G. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2. ed. Londrina: Editora Práxis.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. (sem data). As recomendações da ONU sobre família. *Relatório Técnico*. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/familia\\_recomendacao\\_da\\_onu\\_02mai09.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/familia_recomendacao_da_onu_02mai09.pdf)>. Acesso em dez. 2015.

ALVES, J. C. dos R. (2007). *Política nacional de educação permanente no SUS: estudo da implementação sob a perspectiva dos gestores da secretaria municipal de saúde de Teresópolis em 2006*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ARIÈS, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.

ARNETT, J. (2000). Emerging adulthood: a theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55 (5), 469-480. Disponível em: <[http://jeffrearnett.com/articles/ARNETT\\_Emerging\\_Adulthood\\_theory.pdf](http://jeffrearnett.com/articles/ARNETT_Emerging_Adulthood_theory.pdf)>. Acesso em out. de 2014.

\_\_\_\_\_. (1997). Young people's conceptions of the transition to adulthood. *Youth and Society* (29).13-23.

\_\_\_\_\_. (2010). Elas são “adultos emergentes”. *Revista Época*. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0EMI168894-15228,00JEFFREY+ARNETT.>>>. Acesso em out. de 2014.

ARROYO, M. (1991). A Universidade, o trabalhador e o curso noturno. *Revista Universidade e Sociedade*. Ano 1, nº. 1.

AVELAR, C. P. dos R. C. (2013). *Projetos de vida e aspirações profissionais de jovens dos setores médios*. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Cefet/Mg - Mestrado em Educação Tecnológica - Belo Horizonte (MG).

BAIZÁN MUÑOZ, P. (2003). La difícil integración de los jóvenes en la edad adulta. Madrid (Espanha): *Fundación Alternativas*. 44 p. (Documento de trabajo, n. 33). Disponível em: <<http://www.falternativas.org/laboratorio/documentos/documentos-de-trabajo/la-dificil-integracion-de-los-jovenes-en-la-edad-adulta>> Acesso em maio de 2014.

BARREYRO, G. B. (2008). Mapa do Ensino Superior Privado. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - *Série Documental, Relatos de Pesquisa*, Brasília. Disponível em: <<http://each.usnet.usp.br/glaysb/Mapa%20do%20ensino%privado.pdf>>. Acesso em junho de 2015.

BARROS, M. M. L. D. (2010). Trajetórias de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social. *Horizontes Antropológicos*, 16(34), 71-92.

BERGAMINI, C.W. (1996). *Motivação*. São Paulo: Atlas.

BERTAUX, D. (1980) L’approche biographique: as validité méthodologique, sés potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v.49, p.197-225.

BERTAUX, D. (2009). Metodologia do relato de vida em sociologia. In: TAKEUTI, N. M.; NIEWIADOMSKI, C. (orgs.). *Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas*. Porto Alegre: Sulina, 328p.

BITTAR, M.; ALMEIDA, C. E. M. de; VELOSO, T. C. M. A. (2008). Ensino noturno nas políticas de educação superior: estratégia de acesso para o estudante trabalhador. In: CHAVES, V. L. J.; Silva JR, J. dos R. (Orgs.). *Educação superior no Brasil e diversidade regional*. Belém: EDUFPA.

BRASIL. Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 150, n. 150, 6 ago. 2013a. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº.9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, 23 Dezembro 1996.

BRANDÃO, C. R. (1981). *O Que é Educação*. 35a. ed. São Paulo: Brasiliensis.

BOURDIEU, P. (1983a). “Juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, pp. 112-121. Disponível em: <<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e- apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf>>. Acesso em abril de 2014.

BOURDIEU, P. (1983b). Coleção grandes cientistas sociais. N. 39, Org. Ortiz, R. e Fenandes – *Sociologia*.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; PASINATO, M. T.; KANSO, S. (2004). Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *Ultima décad.* [online]. 2004, vol.12, n.21, pp. 11-50.

CANESCHI, L. A. C. *A saída da casa dos pais e transição para a vida adulta: trajetórias de jovens no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Programa EICOS - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CASAL, J. (1996). Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo 21: aproximación sucesiva, precariedad y desestructuración. *REIS, Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 75. Disponível em: <[http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS\\_075\\_13.pdf](http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_075_13.pdf)>. Acesso em abril de 2014.

\_\_\_\_\_; GARCIA, M.; MERINO, R.; QUESADA, M. (2006). Changes in forms of transition in contexts of informational capitalism. *Papers* 79, 195-223. Disponível em: <<https://ddd.uab.cat/pub/papers/02102862n79/02102862n79p195.pdf>>. Acesso em abril de 2014.

CHAVES, V.L. J.; LIMA, R.N; MEDEIROS, L.; M. (2010.) Reforma da educação superior brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira.

CHAUÍ, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 5-15. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300002&script=sci_arttext)>. Acesso em out. de 2015.

CORROCHANO, M. C. (2005). *Políticas públicas e trajetórias juvenis no mundo do trabalho: um estudo de jovens egressos do Programa Bolsa Trabalho do Município de São Paulo*. [Primeiro Relatório Científico].

\_\_\_\_\_; FERREIRA, M.I.C.; FREITAS, M.V.; SOUZA, R. (2008). *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. Ação Educativa, São Paulo: Instituto IBI.

\_\_\_\_\_. (2013). *Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior*. Avaliação (UNICAMP), v. 18, p. 23-44. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772013000100003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772013000100003&script=sci_abstract&tlng=pt) >. Acesso em jun. de 2015.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS. (2012). Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <<http://www.unifeso.edu.br/graduacao/documentos/prod/PPP-EngProducao.pdf>>. Acesso em jan. de 2015.

COMIN, Á. A.; BARBOSA, R. J. (2011). Trabalhar para estudar: a pertinência da noção de transição-escola no Brasil. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 91, p. 75-95.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. (2013). “Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade”. Relatório técnico. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15878-centros-universitarios-produto-1-pdf&category\\_slug=junho-2014-pdf](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15878-centros-universitarios-produto-1-pdf&category_slug=junho-2014-pdf)> Acesso em jul. de 2015.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. (2001). Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. *Texto para a discussão* n. 797. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2393/1/TD\\_797.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2393/1/TD_797.pdf)> Acesso em jun. de 2015.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2012). *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000* - São Paulo. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>> Acesso em jun. de 2015.

DURHAM, E. (2003). O ensino superior no Brasil: público e privado. *Documento de Trabalho*. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>> Acesso em 11 de jan. de 2015.

FALCÃO, N. M. (2014). *É pesado, mas vou levando: jovens de Manaus entre a escola e o trabalho*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense: Niterói.

FAVERE, J. de (2011). *Produção da Subjetividade Escolarizada em Tempos de Biopolítica: Problematizando a Cidadania*. Universidade Regional de Blumenau. Mestrado em Educação.

FERREZ, G. (1970). *Colonização de Teresópolis à sombra do Dedo de Deus, 1700 -1900*. Da Fazenda March a Teresópolis. Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

FORACCHI, M. M. (1977). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2º ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional.

FREITAS, A. A. S. M. (2005). Acesso à Universidade: os alunos do ensino superior privado. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 16, n. 31. Disponível em: < <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view//2146>> Acesso em jun. de 2015.

FURLANI, L. T. M. (1998). *A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno*. São Paulo: Cortez.

GARCIA, D. M. F. (2002). *Juventude em tempo de incerteza: enfrentando desafios na educação e no trabalho*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: *Revista de Administração de Empresas São Paulo*, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995. Disponível em:

GOLLARTE, de Fr. P. *Teresópolis 75 anos de existência. Dimensões de uma joia em seu jubileu de diamantes*.

GOMES, A. M.; MORAES, K. N. de. (2012). Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. *Educação & Sociedade*, 33(118), 171-190. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-7333](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-7333)> Acesso em dez. 2015.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. (2007). *Transições incertas: o jovem perante o trabalho e a família*, Direção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, Lisboa, 2 edição, 186 pp.

GUIMARÃES, M. G. G. S. (2006). *Trabalhadores-estudantes: um olhar para o contexto da relação entre trabalho e ensino superior noturno*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE: Presidente Prudente – SP.

GUIMARÃES, N. A.; GEORGES, I. (2009). A construção social de trajetórias de mando: determinantes de gênero nos percursos ocupacionais. *Cadernos pagu* (32), 83-134. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332009000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000100004)> Acesso em fevereiro de 2015.

HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (2003). *Origens de destinos. Desigualdades sociais ao longo da vida*. Ed. Topbooks - 443pág.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2010). Sinopse estatística da educação superior 2009. Brasília.

\_\_\_\_\_. (2011). Sinopse estatística da educação superior 2012. Brasília: INEP.

\_\_\_\_\_. (2012). Sinopse estatística da educação superior 2013. Brasília: INEP.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (2008). *Resumo técnico*. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. (2011). “CENSO 2010 – *Dados preliminares.*” Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (2015). “CENSO 2014 – *Dados preliminares.*” Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2013). História da cidade de Teresópolis.

\_\_\_\_\_. (2015). Perfil dos municípios brasileiros. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

JESUS FILHO, R. T. de. (2013). *Contrariando a sina – da Educação de Jovens e Adultos ao Ensino Superior: escolaridades exitosas de alunas-trabalhadoras.* Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <[https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/2914/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Rubem%20Teixeira%20de%20Jesus%20Filho.pdf](https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/2914/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Rubem%20Teixeira%20de%20Jesus%20Filho.pdf)> Acesso em agosto de 2015.

LAHIRE, B. (2002). *O homem plural: Os determinantes da ação.* Petrópolis – Ed. Vozes.

\_\_\_\_\_. (2006). *A cultura dos indivíduos.* Porto Alegre: Artmed.

LAMEGO, A. R. (1950). *O Homem e a Serra.* Rio de Janeiro: Bibl. Geogr. Brasileira.

LEÃO, Geraldo. (2011). Entre sonhos e projetos de jovens, a escola. In: Dayrell, Juarez; Moreira, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (Org.). *Juventudes Contemporâneas: um mosaico de possibilidades.* Belo Horizonte: PUC Minas.

LEHER, R. (2004). Para silenciar o campi. *Educação & Sociedade*, 25(88), 867-891.

LOPES, M. C. (2005). Transições e pontos críticos das trajetórias de escolaridade: estudo de caso em seis escolas secundárias da Grande Lisboa. *Interações*, 1 (1):55-75. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2169>> Acesso em junho de 2015.

MACHADO, M. DE F. P. (2014). *Conselho Municipal de Educação de Teresópolis: Criação, Funcionamento e Atribuições.* Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Católica de Petrópolis-RJ.

MADEIRA, F. R. (1986). Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.58, p. 15-48, ago.

\_\_\_\_\_. (2006) Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A. A. (Org.). (2006). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* 1. ed. Rio de Janeiro: IPEA 1, 332p.

MARAFON, G. J. et al. (2005). *Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: Uma Contribuição Geográfica*. Rio de Janeiro: Gramma.

MARQUES, A. M. G. (2011). *Percursos escolares e projetos de vida dos jovens: um estudo de caso num bairro social da cidade de Lisboa*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4475/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Andreia%20Marques.pdf>> Acesso em jun. de 2014.

MARTINS, C.B. (2009). A reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 12 de out. 2015.

MARINI, M. M. (1984). The Order of Events in the Transition to Adulthood. *Sociology of Education* 57(2), 63-84.

MATTOS, V. B. de (2011). *Trajetórias profissionais de mestres e doutores formados pela Universidade Federal de Santa Catarina: inserção no mundo do trabalho*. Tese de Doutorado em Educação - Universidade Federal de Santa Catarina.

MELLO, J. L. E. (2005). Transições para a vida adulta: Os Jovens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *XIV Encontro Nacional De Estudos Populacionais, ABEP*, Caxambu – MG. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_229.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_229.pdf)> Acesso em julho de 2015.

MELLO, M. A. (2012). “Ninguém usa sempre. Ninguém”: estudo sobre os contextos relacionais que determinam o uso e o não uso do preservativo na iniciação amorosa e sexual de jovens universitários do Rio de Janeiro.

MESQUITA, M. C. G. D. (2010). *O Trabalhador estudante do ensino superior noturno: possibilidades de acesso, permanência com sucesso e formação*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Goiás-Goiânia.

\_\_\_\_\_; CARNEIRO, M. E. F.; SIQUEIRA, T. C. B. (2012). A relação entre trabalho e estudo: uma reflexão sobre as estudantes dos cursos noturnos de Pedagogia. *Revista de Ciências Humanas*, 13(20), p-51. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/353>> Acesso em jun. de 2015.

MINAYO, M. C. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11ª. Ed. São Paulo: Hucitec.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC (2008). Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Disponível em: <[http://download.uol.com.br/educacao/Instrumento\\_de\\_avaliacao\\_externa.pdf](http://download.uol.com.br/educacao/Instrumento_de_avaliacao_externa.pdf)> Acesso em out. de 2015.

MOISÉS FILHO, J.G. (2006). *Qualidade de ensino e eficiência técnica no ensino superior privado: o caso do Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de Brasília – Brasília.

MONTAGNER, M. A. (2007). Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias, Porto Alegre*, ano 9, nº 17, p. 240-264.

NASCIMENTO, A. (2008). Aspectos da transição para a vida adulta no Brasil, dos filhos adultos que residem com os pais, segundo a Pesquisa sobre Padrões de Vida 1996-1997. *Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu-MG-Brasil, de, 29.*

OLIVEIRA, E.L. de; RIOS-NETO, E.G.; OLIVEIRA, A.M.H.C. de. (2006). Transições dos jovens para o mercado de trabalho, primeiro filho e saída da escola: o caso dos jovens brasileiros. *Rev. Bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 109-127.

OLIVEIRA, J. F.; BITTAR, M.; (2011) Ensino Superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade. *Revista de Educação Pública (UFMT)*, v. 19, p. 247-268.

PAIS, J. M. (2003). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2ª edição.

PAULA, C.R. de (2010). *Educar para a diversidade: entrelaçando redes saberes e identidades*. Editora IBPEX.

PEREIRA, F. C. B. (2003). *Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de ensino superior*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86403/198634.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em jun. de 2015.

PERES, W. (2009). *A estrada de ferro Therezopolis*. Editora: Pro Memórias Teresópolis.

\_\_\_\_\_; FERRADEIRA, J. N.; MARIANO, O.; OLIVEIRA, N.; OLIVEIRA, H. F. de (2010). *Homenagem ao Coronel Henrique Fernando Claussen*. Rio de Janeiro, Gráfica Brasil Itália. 31p.

PIMENTA, M. M. (2007). *Ser jovem e ser adulto: identidades, representações e trajetórias*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-15052007-111215/pt-br.php>>. Acesso em jun. de 2015.

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. (2011). *Diagnóstico do Setor Habitacional parte 1 e 2 consolidadas*. Relatório técnico.

POCHMANN, M. (1998). *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET).

\_\_\_\_\_. (2004). Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399.

PRATES, A. A. P & Silva, M. F.(2014). Os efeitos diferenciais do tipo de instituição de ensino superior sobre o prestígio dos egressos no mercado de trabalho. In Barbosa, M. L. O. (2014) *Ensino superior: expansão e democratização*. 1º ed. Rio de Janeiro: 7 Letras.

PRESS, M. R. G. (1997). A abordagem biográfica – história de vida na pesquisa psicossociológica. *Série Documenta, n. 8*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

RAHAL, O. (1987) *Reminiscências de Teresópolis*. 1ª ed. Rio de Janeiro.

RAMIREZ, N. O. *Políticas de educação superior: a expansão dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil (1996-2009)*. Campo Grande, 2011. 110 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8192-politica-de-educacao-superior-no-brasil-a-expansao-dos-cursos-de-ciencias-contabeis-1996-a-2009.pdf>> Acesso em jun. de 2015.

REZENDE, C. B. (1989). Identidade: o que é ser jovem? *Revista Tempo e Presença*, nº 240.

RISTOFF, D. (2008). Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB – da expansão à democratização. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. *Educação superior no Brasil – 10 anos pós LDB*. Brasília: INEP.

ROMANELLI, G. (2010). Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos: O estudante trabalhador. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (2010). *Família e escola – trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes.

ROSA W. M. (2009). *Moradia e preservação na comunidade da Coréia –Teresópolis – RJ: Diagnóstico de uma colisão de interesses*. Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, São Paulo.

SALDANHA, M. B. C. (2013). *Adaptabilidade de carreira em trabalhadores-estudantes do ensino superior*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SAMPAIO, H. (1991). *Evolução do ensino superior brasileiro: 1808-1990*, São Paulo: NUPES/USP.

\_\_\_\_\_. (1998). *O ensino superior privado: tendências da última década*. São Paulo: Documento de Trabalho NUPES, 6, 98.

\_\_\_\_\_. (2000). *Ensino superior no Brasil – o setor privado*. São Paulo: Fapesp/Hucitec.

\_\_\_\_\_. (2011). O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. *Revista Ensino Superior Unicamp*.

\_\_\_\_\_. (2014). Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos. In: BARBOSA, M. L. (org.), *Ensino superior: expansão, diversificação, democratização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 103-126.

SANSONE, L. (2003). Jovens e oportunidades as mudanças na década de 1990 – variação por cor e classe. In: HANSENBALG, C.; SILVA, N. do V. (2003) *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks.

SANTOS, B. de S. (2005). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez.

SAVIANI, D. (2007). Pedagogia: o espaço da educação na universidade. *Cadernos de Pesquisa (Fundação Caio Chagas)*, v. 37, p. 99-134. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/06.pdf>> Acesso em junho de 2015.

\_\_\_\_\_. (2010). A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Póiesis Pedagógica* - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.4-17. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14035>> Acesso em julho de 2015.

SCHWARTZMAN, J; SCHWARTZMAN, S. (2002). *O ensino superior privado como setor econômico*. Rio de Janeiro: BNDES.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, M. C. de. (2013). Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 563-624.

SEBRAE. (2015). *Informações socioeconômicas do município de Teresópolis*. Rio de Janeiro: Sebrae.

SENNETT, R. (1999). *A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, M. F. (2011). *Expansão do ensino superior e diferenciação institucional: uma análise comparativa do efeito dos modelos clássicos e vocacionais sobre o status ocupacional de seus*

egressos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS8TNNHH/disserta\\_o\\_matheus\\_faleiros\\_silva\\_expans\\_o\\_do\\_en\\_sino\\_superi.pdf](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS8TNNHH/disserta_o_matheus_faleiros_silva_expans_o_do_en_sino_superi.pdf)>. Acesso em ago. de 2015.

SOBRINHO, J. D. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educ. Soc.* vol.31 no. 113 Campinas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/10.pdf>>. Acesso em agosto de 2015.

SOUZA, J. (2012). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. 2º ed. Belo Horizonte: UFMG.

SPOSITO, M. P. (1989). *O trabalhador-estudante: um perfil do aluno do curso superior noturno*. São Paulo: Loyola, 1989.

\_\_\_\_\_. (2003). Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. *Revista USP*, São Paulo, n.57, p.210-226. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/57/14-marilia.pdf>> Acesso em agosto de 2015.

TARTUCE, G. L. B. P. (2007). *Tensões e intensões na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

TERESÓPOLIS. (2011). *Agenda 21 Teresópolis*.

TERRIBILI FILHO, A. (2007). *Educação superior no período noturno: impacto do entorno educacional no cotidiano do estudante*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 186p. Disponível em: <<http://dited.bn.pt/31614/2601/3148.pdf>>. Acesso ago. de 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.(2011). *Estudos socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro: Teresópolis*. Rio de Janeiro: TCE.

TROW, M. (2005). Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. *Berkeley: University of California*. Disponível em: <<http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>> Acesso ago. de 2015.

WOOD JR, T. (1992). Fordismo, toyotismo e volvismo. Os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 32 (4): 6-18.

VARGAS, H. M. (2008). *Repesando e distribuindo distinção: a barragem do ensino superior*. Rio de Janeiro. 230 p. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12564/12564\\_1.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12564/12564_1.PDF)> Acesso ago. de 2015.

\_\_\_\_\_; PAULA, M. F. C. de. (2013). A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 18(2), 459-485. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772013000200012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772013000200012&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso ago. de 2015.

VELHO, G. (1999). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_. (2012). *Individualismo e cultura – notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 2º Edição.

VIEIRA, A. (1938) *Therezopolis*. Irmãos Pongetti – Editores: Rio de Janeiro.

ZAGO, N. (2006). Do acesso à permanência no ensino superior, percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, SP, v. 11, n. 32, p. 226-37. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-24782006000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-24782006000200003&script=sci_arttext)>. Acesso ago. de 2015.

\_\_\_\_\_. (2014). Um filme pela metade: Conteúdos escolares e marcas das desigualdades. *Atos de pesquisa em educação*, v. 9, n. 2, p. 452-471.

## APÊNDICES

### Roteiro de entrevista

#### 1ª parte: Identificação

1. Sexo:
2. Idade:
3. Etnia:
4. Naturalidade:
5. Há quanto tempo você mora em Teresópolis?
6. Estado civil:
8. Possui filhos?
9. Em que cidade e estado seu pai nasceu?
10. Qual a escolaridade dele?
11. Qual a profissão ou ocupação dele?
12. Em qual cidade e estado sua mãe nasceu?
13. Qual o grau de escolaridade dela?
14. Qual a profissão ou ocupação dela?
15. Qual é bairro em que você mora?
16. Há quanto tempo você mora ou morou como seus pais?

#### 2ª parte: O processo de escolarização

1. Com que idade você começou a estudar?
2. Você estudou em escola pública ou privada?
3. Você já repetiu de série?
4. Como se deu a escolha do curso de graduação?
5. Por que você escolheu o UNIFESO?
6. Quando você concluiu o Ensino Superior?
7. Em que área?
8. Em que ano você iniciou o curso?
9. Em que ano você se formou?
10. Em qual turno você estudava?
11. Qual a sua formação e qual a sua profissão?

#### 3ª parte: Ingresso no mercado de trabalho

1. Quando você começou a trabalhar?
2. Há quantos anos você trabalha?
3. Como foi a sua inserção no mercado de trabalho?
4. Como é o seu trabalho atual?
5. Qual a carga horária semanal?
6. Você exerce alguma atividade informalmente?
7. O ensino superior lhe preparou para o mercado de trabalho?
8. De que forma?
9. Como você avalia o mercado de trabalho de sua profissão?
10. Como foi conciliar trabalho e estudo?

**4ª parte: O arranjo doméstico**

1. Em que tipo de residência você vive?
2. Quantas pessoas moram com você?
3. Quem são?
4. Seu marido (a) ou namorado (a) trabalha?
5. Qual a profissão ou ocupação dele (a)?
6. Qual o grau de escolaridade dele (a)?
7. E seus irmãos (as)?
8. Quem mora na sua casa?
9. Quantas pessoas?
10. Com ocorre a divisão de gastos na casa?

**5ª parte: Lazer - Como vivência o tempo livre**

1. O que você gosta de fazer nos fins de semana?
2. E nas férias?

**6ª parte: planos para o futuro**

1. Quais os seus planos para o futuro?
2. Você pretende prestar concurso?
3. Você pensa em se casar?
4. Quais são as principais razões pelas quais você pensa em se casar ou se casou?

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**  
**RESOLUÇÃO N. 466, 12 DE DEZEMBRO DE 2012**

**Dados de identificação do Projeto**

Título: Transição e juventude - um estudo com graduados sobre suas trajetórias de escolarização e inserção no mercado de trabalho.

Pesquisadora Responsável: Jane Soares da Silva

Orientadora: Simone Ouvinha Peres

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Psicologia

Telefone: (21) 992914495

Email: jane12silva@gmail.com

**Número da entrevista:** \_\_\_\_\_.

Prezado(a) Participante:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa, “*Transição e juventude* - um estudo com graduados sobre suas trajetórias de escolarização e inserção no mercado de trabalho”. O projeto é uma pesquisa sobre jovens que conciliaram trabalho e curso superior. Consiste em conhecer a trajetória de vida dos/das jovens que concluíram seu curso de graduação em um Centro Universitário privado em Teresópolis, RJ. Dessa forma, objetivamos examinar e melhor entender como se processou a experiência da inserção no mercado de trabalho concomitantemente com o período de graduação, para os/as jovens, e os significados e implicações da conciliação destes dois eventos no processo de transição para a vida adulta. A pesquisa terá duração aproximada de 30 a 50 minutos e seguirá um roteiro com algumas perguntas previamente estabelecidas pela pesquisadora, mas que poderão ser modificadas no decorrer da entrevista, caso isso seja necessário. As entrevistas serão individuais, realizadas em local previamente combinado entre a pesquisadora e o entrevistado, serão gravadas e a pesquisadora poderá fazer algumas anotações durante a entrevista. O gravador poderá ser desligado a qualquer momento caso seja solicitado por você. Qualquer dúvida acerca dos procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa serão esclarecidos pela pesquisadora. Sua participação é voluntária, conforme seu interesse, desejo e autorização, você tem liberdade de se recusar a participar deste estudo sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Você também poderá se abster de responder qualquer pergunta que lhe cause algum tipo de incômodo, e ainda, abandonar a entrevista caso sinta-se desconfortável, sem que haja prejuízo a você, às pessoas mencionadas na pesquisa ou aos proponentes da mesma. Cabe esclarecer também, que a sua participação neste estudo será mantida em sigilo. As informações fornecidas por você através da entrevista terão sua privacidade garantida pela pesquisadora (em publicações científicas serão utilizados nomes fictícios). Cabe ressaltar, ainda que segundo a Resolução no. 466, de 12 de dezembro de 2012, caso ocorra algum desconforto moral ou

psicológico decorrente da entrevista, e com nexos causal comprovado, o entrevistado terá direito de ser indenizado. Neste caso será oferecido avaliação e o acompanhamento psicológico necessários, desde que o dano tenha sido provocado durante a entrevista e possa ser devidamente comprovado por profissional da área credenciado da UFRJ. Se decidir participar do projeto você receberá esta folha de informações para guardar e deverá assinar um termo de consentimento. Ressaltamos que você não receberá nenhuma remuneração financeira ao participar da pesquisa, como também não terá nenhuma despesa. Embora essa pesquisa não traga nenhum benefício direto aos participantes, sua colaboração poderá contribuir para a construção do conhecimento sobre juventude, transição, escolarização, trabalho e para a formulação de políticas públicas para a juventude. Após a conclusão deste projeto, a pesquisadora compromete-se a lhe entregar uma cópia em formato digital da dissertação, se assim você o desejar. Além disso, os resultados vão compor o ACERVO de pesquisas da UFRJ ficando disponíveis para consulta. O material utilizado durante a pesquisa: as gravações e transcrições das entrevistas serão arquivadas em um banco de dados na UFRJ por cinco anos, sob a minha responsabilidade e da Professora Simone Ouvinha Peres. Se você precisar de informações adicionais sobre a participação na pesquisa você poderá procurar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo telefone (21) 3873-5167 ou pelo e-mail [cep.cfch@gmail.com](mailto:cep.cfch@gmail.com). Você também poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (21) 99291-4495 ou e-mail [jane12silva@gmail.com](mailto:jane12silva@gmail.com).

Obrigado por ler estas informações. Se desejar participar deste estudo, assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o a pesquisadora.

Esse documento é emitido em duas vias, uma para a pesquisadora e outra para o participante.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_, declaro ter sido informado(a) e concordo em participar, como voluntário(a) do projeto de pesquisa acima descrito. Confirmando que li e entendi a folha de informações para o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas. Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para desistir de participar da pesquisa, sem precisar dar explicações, e sem que meus direitos legais sejam afetados.

Teresópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora

Esse documento é emitido em duas vias, uma para a pesquisadora e outra para o participante.